

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

JOÃO CARLOS DIAS DE OLIVEIRA

**UNIDIMENSIONALIDADE E INVASÃO CULTURAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA O PEQUENO PRODUTOR RURAL: o pensamento único no discurso do
Projeto Paraná 12 Meses**

**PONTA GROSSA
2020**

JOÃO CARLOS DIAS DE OLIVEIRA

UNIDIMENSIONALIDADE E INVASÃO CULTURAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA O PEQUENO PRODUTOR: PENSAMENTO ÚNICO NO DISCURSO DO
PROJETO PARANÁ 12 MESES

Tese de doutoramento apresentada para
obtenção do título de doutor na
Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Área de Ciências Sociais Aplicadas –
Linha de pesquisa: Cidadania e Políticas
Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre
Gonçalves Cunha.

PONTA GROSSA
2020

O48 Oliveira, João Carlos Dias de
Unidimensionalidade e invasão cultural das políticas públicas para o
pequeno produtor rural: o pensamento único no discurso do Projeto Paraná 12
Meses / João Carlos Dias de Oliveira. Ponta Grossa, 2020.
182 f.

Tese (Programa de Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de
Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta
Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

1. Paraná 12 Meses. 2. Pequeno produtor. 3. Unidimensionalidade. I. Cunha,
Luiz Alexandre Gonçalves. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania
e Políticas Públicas. III.T.

CDD: 334

TERMO DE APROVAÇÃO

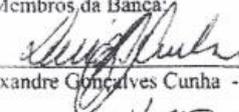
JOÃO CARLOS DIAS DE OLIVEIRA

“Unidimensionalidade e invasão cultural das políticas públicas para o pequeno produtor rural: o pensamento único no discurso do projeto Paraná 12 meses”.

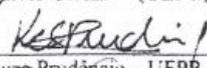
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 31 de agosto de 2020.

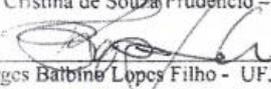
Assinatura pelos Membros da Banca:



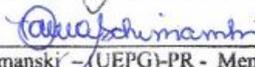
Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha - (UEPG) -PR - Presidente



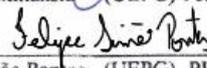
Prof.ª. Dr.ª. Kelly Cristina de Souza Prudêncio - UFPR-PR - Membro Externo



Prof. Dr. Boanerges Batbino Lopes Filho - UFJF -MG - Membro Externo



Prof.ª. Dr.ª. Edina Schimanski - (UEPG)-PR - Membro Interno



Prof. Dr. Felipe Simão Pontes - (UEPG)- PR - Membro Interno

Prof. Dr. Sérgio Fajardo – UNICENTRO – PR - Suplente Externo

Prof.ª. Dr.ª. Lenir Aparecida Mainardes da Silva – UEPG- PR - Suplente Interno

AGRADECIMENTOS

A minha esposa amada, Rosemeri Leane Knebel, por todo apoio, paciência e sugestões na construção metodológica da tese.

Iolanda Anita Knebel Dias de Oliveira, minha filha adorada, que muitas vezes se viu privada de minha presença por conta deste estudo.

A minha querida irmã, Clara Hoeldtke Roesler, e querida sobrinha, Kelly Alessandra Knebel, pela ajuda na pesquisa de campo em Ponta Grossa e Cascavel, respectivamente.

Aos demais familiares, pelo apoio e torcida durante todo processo de construção do doutoramento.

Ao amigo de sempre, Edilson Moura, pela acolhida e apoio na pesquisa em Londrina.

Colegas de doutorado Taciana Cordazzo, que me manteve "atenado" sobre datas e protocolos, e Silvana dos Santos Moreira, pelas trocas de ideias e referências.

Demais colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, pela parceria.

Meu orientador, professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, pelas orientações, dicas e conselhos desde o início até a conclusão.

Demais professores do Programa. Cada um contribuiu de alguma forma, com alguma reflexão, dica ou ideia.

Equipes do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL, Casa da Memória de Ponta Grossa e Biblioteca Municipal de Cascavel.

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), pela graduação, mestrado e doutorado.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar, a partir da análise de discurso, a unidimensionalidade marcusiana na divulgação de propostas do 'Projeto Paraná 12 Meses', desenvolvido pelo governo do Paraná entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000 para o atendimento de pequenos produtores rurais. Busca-se observar tendências favoráveis ao neoliberalismo e ao agronegócio e se essas contrariaram a horizontalidade e protagonismo do beneficiário no desenvolvimento do projeto, conforme era proposto e difundido na narrativa de documentos, releases e notícias. Para isso, foram analisados textos publicados em jornais do Estado entre 1998 e 2002. Foi feita uma pesquisa, qualitativa, em veículos impressos das três regiões históricas do território paranaense e verificados releases do governo e matérias que trataram direta ou indiretamente do assunto. Também foram pesquisados os documentos base que apresentavam e direcionavam os investimentos. A análise focou na maneira como as propostas foram apresentadas e defendidas na narrativa publicada, principalmente em relação aos conceitos políticos ideológicos em voga no momento, como defesa do mercado e globalização ou a ideia frente à reforma agrária. Expressões como camponês, pequeno produtor ou agricultor familiar puderam mostrar o posicionamento dos personagens envolvidos frente à maneira como se expressava a ideia de desenvolvimento dos beneficiários. Também foi verificado o protagonismo dos atores envolvidos, se a representatividade recaía mais sobre técnicos, produtores ou autoridades políticas. A análise de discurso demonstrou que a narrativa buscou a atração dos pequenos produtores à lógica do agronegócio industrial, voltado para o atendimento às necessidades e exigências do mercado comprador. O discurso era afirmativo no sentido de demonstrar que fora das tecnologias das multinacionais do setor e seus modelos de produzir, a pequena agricultura seria inviável. Assim, não havia uma emancipação do homem do campo na estrutura do Paraná 12 meses, mas legitimação do modelo agroindustrial responsável pelo êxodo rural observado nas décadas de 1970 e 1980. Tais relações consolidariam o modelo fundiário presente no Paraná desde o período colonial, com uma supremacia da grande propriedade sobre o camponês e um modelo econômico monocultor.

Palavras-chave: Paraná 12 Meses. Pequeno produtor. Unidimensionalidade.

ABSTRACT

This study is based on discourse analysis and aims to identify the one-dimensional Marcusean theory in the dissemination of 'Paraná 12 Meses Project's purpose. Such initiative was developed by the government of Paraná between the late 1990s and early 2000s which was thought for the care of small rural producers. We sought to observe any favorable bias to Neoliberalism and agribusiness and whether they had contradicted the beneficiary's horizontality and role throughout the development of the project, which was proposed and disseminated in the narrative of documents, releases and news. To this end, texts published in state newspapers between 1998 and 2002 were analyzed. A qualitative research was carried out in printed newspapers from the three historical regions of the state of Paraná. We had also verified government releases and articles that dealt directly or indirectly with that matter. The base documents that presented and drove the investments were also investigated. The analysis focused on the way in which the proposals were presented and supported in the published narrative. It was oriented mainly in relation to the ideological political concepts in vogue at that time, such as market efficiency and globalization or the idea regarding the agrarian reform. Expressions such as peasants, small producers or family farmers could show the status of such characters, regarding the idea of how the beneficiaries' development was expressed. The role of the agents involved was also verified, we wished to understand if the representation was on technicians, producers or political authorities. Discourse analysis showed that the narrative sought to attract small producers to the logic of industrial agribusiness, aimed at meeting the needs and requirements of the buying market. The discourse was affirmative regarding the attempt to show that without the farming multinationals' technologies and their models of production, small-scale agriculture would not be viable. Thus, there was no emancipation of the rural man in the structure of Paraná 12 Meses, yet legitimization of the agro-industrial model responsible for the rural exodus observed in the 1970s and 1980s. Such relations would consolidate the land model present in Paraná since the colonial period, establishing the supremacy of great property over the peasant and a monoculture economic model.

Keywords: Paraná 12 Meses. Small producer. One-Dimensional Theory.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Critérios de análise utilizados na leitura do material publicado	121
QUADRO 2: Matérias, releases e artigos sobre o Paraná 12 Meses	135
QUADRO 3: Uso das expressões pequeno produtor e agricultura familiar	137
QUADRO 4: Textos que não diferenciam adequadamente o público beneficiário. .	138
QUADRO 5: Matérias e release com tom enaltecedor o Projeto Paraná 12 Meses.	138
QUADRO 6: Matérias e releases sobre modernização e profissionalização.....	140
QUADRO 7: Eventos voltados para a disseminação de tecnologias	141
QUADRO 8: Notícias sobre projetos de integração propriedade/empresa	142
QUADRO 9: Discurso pela profissionalização do pequeno produtor	144
QUADRO 10: Notícias de parcerias para geração de renda	146
QUADRO 11: Liberação de recursos para estímulos à produção	146
QUADRO 12: Destaque dado às parcerias com a iniciativa privada.....	148
QUADRO 13: Críticas ao Estado e defesa da iniciativa privada	148
QUADRO 14: Redução do Estado e ampliação das propostas de terceirização	149
QUADRO 15: Fala técnica dos profissionais e opinião de grandes produtores	152
QUADRO 16: Vozes políticas favoráveis à ‘modernização’	152
QUADRO 17: Beneficiários do ‘Paraná 12 Meses’ como personagens do discurso	153
QUADRO 18: Textos enaltecedores ao projeto, publicados nos jornais	154
QUADRO 19: Destaques para valores investidos	155
QUADRO 20: Promoção política a partir do ‘Projeto’	155
QUADRO 21: Textos destacam sucesso do programa	156
QUADRO 22: Destaque para o controle do êxodo rural proposto pelas vilas rurais	157
QUADRO 23: Alusão a assentamentos e reforma agrária pela via das vilas rurais	157
QUADRO 24: Discurso sobre a suposta reforma agrária sem violência	158
QUADRO 25: Propostas de geração de renda para as vilas rurais.....	159
QUADRO 26: Beneficiários como objetos da política pública governamental.....	159

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Crescimento da área colhida entre 1960 e 1980	70
TABELA 2: Total de estabelecimentos rurais, no Paraná, de acordo com a área.....	71
TABELA 3: Área dos estabelecimentos do Paraná entre 1960 e 1980	73
TABELA 4 – Classificação dos PSM	96
TABELA 5: Investimentos do Paraná 12 Meses de 1998 a 2002.....	102
TABELA 6: Investimentos e projetos desenvolvidos	103
TABELA 7: Textos referentes ao Paraná 12 Meses publicados de 1998 a 2002....	134
TABELA 8: Tratamento positivo ao uso de tecnologias do agronegócio	139
TABELA 9 – Discurso referente à inserção ao mercado globalizado	145
TABELA 10 – Atores presentes no discurso noticioso do ‘Paraná 12 Meses’	151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - FORMAÇÃO FUNDIÁRIA: DA COLÔNIA À PROVÍNCIA DO PARANÁ	18
FORMAÇÃO FUNDIÁRIA: DA COLÔNIA À PROVÍNCIA DO PARANÁ	18
1.1 IMPACTOS DOS CICLOS ECONÔMICOS NO MEIO RURAL	24
1.2 FORMAÇÃO RURAL E AGRÁRIA PARANAENSE	27
1.2.1 A formação do 'Paraná Tradicional'	28
1.3 PRESENÇA MARGINAL Do PEQUENO estabelecimento rural	32
1.3.1 Do tropeirismo à erva-mate	33
1.4 PRESENÇA EUROPEIA NA CONSOLIDAÇÃO CAMPONESA	36
1.5 OCUPAÇÃO DAS ÚLTIMAS FRONTEIRAS: NORTE E SUDOESTE	39
1.5.1 Comércio de terras e colonização do 'Norte Novo'	41
1.5.2 Sudoeste paranaense: a última fronteira agrícola	43
CAPÍTULO 2 - REVOLUÇÃO VERDE E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: MUDANÇA AGRÍCOLA E AGRÁRIA	48
2.1 CAMPONÊS OU AGRICULTOR FAMILIAR: CONCEITOS E PARADIGMAS	50
2.2 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO	54
2.2.1 Reflexos das políticas públicas na condição agrária paranaense	56
2.2.2 Extensão rural e modelo difusionista chegam ao Paraná	59
2.3.1 Queda da cafeicultura e ascensão dos extensos campos de grãos	67
2.4 AGROINDÚSTRIA CONSOLIDA A CADEIA PRODUTIVA MODERNIZANTE ...	71
2.4.1 Modernização e exclusão dos pequenos produtores	73
CAPÍTULO 3 - ONDA NEOLIBERAL E INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPLANTAÇÃO DO PARANÁ 12 MESES	78
3.1 ASCENÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL NO MUNDO E NO PARANÁ	79
3.1.1 Os impactos neoliberais nas políticas para o meio rural	85
3.2 CONSOLIDAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO	86
3.3 IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ 12 MESES	90
3.3.1 Objetivos e análises do 'Projeto Paraná 12 Meses'	93
3.3.2 Participação dos pequenos produtores beneficiados	98
3.3.3 Objetivos e justificativas do Projeto	99

3.3.4	Resultados avaliativos do Paraná 12 Meses.....	101
3.4	PENSAMENTO TEÓRICO SOBRE O PROJETO RURAL.....	104
3.5	UNIDIMENSIONALIDADE DISCURSIVA.....	108
3.6	ANÁLISE DE DISCURSO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS	111

CAPÍTULO 4 - UNIDIMENSIONALIDADE DO AGRONEGÓCIO PRESENTE

NO PROJETO VOLTADO PARA O PEQUENO PRODUTOR 118

4.1	DOCUMENTOS PESQUISADOS PARA ANÁLISE DO PROJETO.....	122
4.1.1	Projeto Paraná 12 meses – Síntese.....	122
4.1.2	Paraná 12 Meses – SEAB.....	125
4.1.3	Sobre o Manual de Campo	127
4.1.4	Avaliação Institucional – Ipardes.....	128
4.2	FORMAS DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO VIA COMUNICAÇÃO SOCIAL	130
4.2.1	‘Paraná 12 Meses’ nos jornais: matérias, releases e artigos	133
4.2.2	Agricultura familiar ou produção camponesa através do discurso	136
4.2.3	Defesa do uso da tecnologia do agronegócio	139
4.2.4	Proposta de integração à agroindústria.....	141
4.2.5	Inserção do pequeno produtor ao mercado “globalizado e competitivo”	142
4.2.6	Discurso neoliberal e defesa do agronegócio	146
4.2.7	Os donos da narrativa do ‘Paraná 12 Meses’	149
4.2.8	Outros fatores presentes no discurso do Projeto	154
4.2.9	Vilas rurais como peça de propaganda contrarreforma agrária	156
4.3	PARA ONDE APONTA A ANÁLISE DE DISCURSO	160

CONSIDERAÇÕES FINAIS 163

REFERÊNCIAS 175

INTRODUÇÃO

Desde que se plantou a primeira cana-de-açúcar em terras brasileiras, a grande propriedade teve prioridade, seja ela a sesmaria, o latifúndio ou as fazendas. Quando a Coroa Portuguesa decidiu voltar os olhos para as possibilidades agrícolas da gigantesca colônia das Américas, as medidas oficiais foram lançadas a apoiar monoculturas de exportação, da cana-de-açúcar ao café, no Brasil Colônia, Império e Velha/Nova República, até as commodities das décadas mais recentes.

O modelo sustentou a propriedade da terra, a renda, os investidores e comerciantes no passado. Mais recentemente, a partir da “revolução verde” - processo transnacional que incentivou a adoção de novas tecnologias, como o uso de sementes classificadas, de defensivos, adoção de mecanização agrícola, entre outras - e do processo de modernização industrial do campo, um novo ator ganhou espaço no cenário rural: a indústria. Assim, se capitalizou ainda mais o chamado agronegócio, que foi responsável por um êxodo rural sem precedentes nas décadas de 1970 e 1980, protagonizado por famílias de pequenos produtores sem condições econômicas de participar da modernização. Tais acontecimentos atingiram diretamente o Paraná, que se sobressaía, a partir de então, como grande produtor de grãos. Ao mesmo tempo em que liberava terra mecanizável para o agronegócio industrial, a política de ‘modernização conservadora’ (FERNANDES, 1987) criava reserva de mão de obra, formada por exércitos de famílias camponesas que deixavam o campo rumo às cidades (IPEA, 2015).

O cenário de desmonte dos pequenos estabelecimentos rurais pode ser percebido pela redução agrária do Paraná, que perdeu em torno de 100 mil pequenas unidades entre 1970 e 1980. É nesse quadro e já num contexto de guinada internacional ao neoliberalismo (HARVEY, 2005) que são lançados, com recursos do Banco Mundial, projetos de investimentos para os pequenos produtores no Estado, entre o final da década de 1980, década de 1990 e início dos anos 2000. O período também coincide com o fim da ditadura militar no país.

Entre os projetos, foi lançado, no Estado, o ‘Paraná 12 Meses’, desenvolvido a partir do segundo governo Jaime Lerner, de 1998 a 2002¹ e que teve grande repercussão. Antes disso, o primeiro governo eleito democraticamente após a

¹ O projeto vigorou até 2006, mas a partir de 2003, já em outro governo, de Roberto Requião (2006) com outro perfil e dentro de um novo contexto nacional, já que o governo federal também mudou.

ditadura militar foi o de José Richa, que governou de 1983 a 1986 e desenvolveu o 'Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural' (Pro-Rural), direcionado exclusivamente para o chamado Paraná Tradicional e que teve início ainda em 1981; depois, entre 1989 e 1997 vigorou o 'Paraná Rural', que iniciou no governo Álvaro Dias, passou por Roberto Requião e por todo primeiro mandato de Lerner.

Ainda que com motivações ou intencionalidades diferentes, as políticas que se seguiram eram legitimadoras do agronegócio. Dessa forma, ao contrário das décadas anteriores, os três projetos citados foram voltados para o pequeno produtor², mas dentro de um processo que afunilava para um pensamento único e reificação desse agricultor, cooptado ao agronegócio. Os modelos propostos foram, em sua maioria, exógenos.

O 'Paraná 12 Meses' foi divulgado como um projeto que investiria milhões de reais para a transformação da agricultura familiar (conceito usado pelo governo para se referir ao pequeno produtor) e as propostas seriam desenvolvidas de forma horizontal, com a participação de todos os envolvidos, principalmente das famílias beneficiadas. A análise deste trabalho é que se assim ocorresse, deveria haver uma profusão de modelos de desenvolvimento aplicáveis aos beneficiários. A partir do estudo deste caso, o objetivo é verificar se o discurso comprova a transformação propagada ou se na prática, o que aconteceu foi a continuidade unidimensional do modelo do agronegócio já consolidado no Estado, via grande propriedade, absorvendo o pequeno estabelecimento. A análise deve recair também sobre a horizontalidade pela identificação dos atores responsáveis pelo discurso, polifonia participativa e que modelo eles defendem.

A proposta da tese é aplicar o conceito de unidimensionalidade de Herbert Marcuse (1969/1973/1975/1998) no estudo da análise do discurso do projeto, que priorizava as tecnologias agroindustriais como forma de desenvolvimento do pequeno estabelecimento rural. O teórico da escola de Frankfurt desenvolve a ideia de que a tecnologia industrial é unidimensional e, assim, ideológica. Por isso, se a agroindústria exercer dominação nas atividades agrícolas, o 'homem unidimensional', segundo esta tese, também se aplica ao meio rural da "modernidade" do agronegócio. Também será utilizada a visão de Paulo Freire

² A referência a pequeno produtor, neste trabalho, é conceitual e se refere a homens e mulheres que vivem e trabalham no campo.

(1987/2001) que se posiciona contra o difusionismo tecnológico e considera modelos exógenos como invasores e opressivos quando disseminados de forma vertical.

A hipótese é de que os recursos foram utilizados para investimentos em tecnologias e práticas próprias do setor agroindustrial, apresentado como a única saída para a permanência das famílias no campo. Assim, a ação do Estado se baseou num modelo associado e dependente, com os governos que se sucederam no Paraná agindo em favor da modernização conservadora, o que não alterou a estrutura fundiária, bem como não reverteu o processo de êxodo rural das décadas anteriores, além de manter a ordem antes estabelecida.

Para Herbert Marcuse, a sociedade moderna é unidimensional ao impor um projeto de pensamento único do capitalismo central, como se não existissem outras possibilidades de modo de vida e de produção a não ser aquela da industrialização e do consumo. Nesse sentido, o sociólogo e filósofo alemão analisa a tecnologia como instrumento de dominação política e social, onde não há neutralidade na aplicação tecnológica, uma vez que, para ele, “a sociedade tecnológica é um sistema de dominação que já opera no conceito e na elaboração das técnicas” (MARCUSE, 1973 p. 19). Assim, as novas formas de produzir se tornam um instrumento dentro de um projeto histórico definido. Nessa perspectiva, a modernização proposta e praticamente imposta pela revolução verde na agricultura se mostrou em uma perspectiva unidimensional. O que se pretende apresentar neste trabalho é que esse pensamento único persiste nos programas e projetos de governo para a agricultura, inclusive para a pequena produção e que a ideia de envolver os beneficiados nas discussões acaba se desfazendo, mesmo que involuntariamente, ao se propor pacotes tecnológicos do modelo agroindustrial.

A insegurança é uma das armas que levam à aceitação do modelo oferecido como único, pois, se considerando indefesa, a sociedade acaba por ser facilmente manipulável, segundo Marcuse (1973), já que não há dificuldade em fazer com que interesses particulares sejam aceitos como aspirações sociais. Portanto, a tecnologia institui formas mais eficazes e agradáveis de controlar e criar uma coesão em favor do pensamento único. Dessa forma, o autor fala que todo processo de racionalidade tecnológica é também político e considera que produtividade e eficácia são instrumentos subordinados aos organizadores de todo modelo unidimensional, capaz de espoliar a sociedade envolvida. Como a tendência totalitária se dissemina por todas as áreas, até aquelas pré-industriais – Marcuse (1973) se refere também

aos países subdesenvolvidos – parece natural a tendência à modernização capitalista ter percebido as grandes possibilidades de imposição unidimensional no vasto espaço agrário brasileiro.

Marcuse (1973) diz que um desenvolvimento que considere as condições autóctones de cada região elimina as forças opressoras presentes na tecnologia exógena. Portanto, não se trata de ser contra os avanços tecnológicos, mas de adequar as novas técnicas aos modelos locais, pois, do contrário, nada mais são do que uma manipulação técnico/científica que leva ao controle social.

De acordo com Bastos (2014), o homem unidimensional marcusiano se refere exatamente a esse modo de vida do capitalismo vigente e totalizante dentro da sociedade, que leva a todos os setores os pressupostos do mercado. Portanto, para Marcuse, “a sociedade globalizada é a do homem unidimensional e da sociedade tecnológica avançada” (BASTOS, 2014, p.114). Diante disso, ele propõe o ‘homem emancipado’ ao invés do ‘homem unidimensional’.

Assim como Marcuse (1973) propõe a emancipação à unidimensionalidade, o educador brasileiro Paulo Freire considera o capital internacional como um sistema invasor e opressivo (1987) e o modelo difusionista, presente na extensão rural, como algo que é imposto de cima para baixo ao agricultor brasileiro (2001). Professor Freire acredita que os opressores oferecem paradigmas e agem de maneira falsamente generosa para assegurar oportunidades de manter a injustiça que lhes traz vantagens materiais. Para ele, é preciso que os produtores se reconheçam como receptores da mensagem exógena (hospedeiros em suas palavras) para se libertarem de um modelo que não traz vantagens aos camponeses.

Mas o que se observa, na visão de Freire (1987), é que os invadidos se iludem no sentido de que atuam dentro do sistema e assim contribuem para que não ocorram mudanças, pois acabam por acreditar que suas decisões acontecem apenas por vontade própria, sem interferência externa. A unidimensionalidade de Marcuse encontra, assim, terreno fértil para se concretizar em diferentes áreas. A invasão é uma forma de dominação econômica e cultural (FREIRE, 1987). No meio rural, o conteúdo reflete a visão de mundo dos invasores (FREIRE, 2001), ou seja, o próprio agronegócio, se aplicada a teoria do autor. Isso não significa que não existam movimentos de resistência, que proponham outros olhares, mas se concretizam nos projetos de políticas públicas.

Não há neutralidade no modelo proposto da modernização da agropecuária imposto de fora para dentro. No momento em que sugere determinadas opções, o agronegócio já está manipulando e “coisificando” o produtor e gerando certa domesticação (FREIRE, 2001), conceito parecido com a reificação de Georg Lukács (2003), que surge a partir da relação mercantil que objetiva o desenvolvimento da sociedade e submete as consciências. Ou seja, a partir dos processos industriais o próprio trabalho acontece com base em leis que lhes são estranhas. Para Lukács, “a vocação para a dominação significa que é possível, a partir dos seus interesses e da sua consciência de classe, organizar o conjunto da sociedade conforme esses interesses” (2003, p. 144).

O estudo foi feito a partir da análise do discurso utilizada nos documentos do projeto, em releases do governo do Estado publicados em jornais do Paraná, matérias produzidas por esses mesmos jornais e artigos opinativos também veiculados nos mesmos periódicos. Os meios de comunicação impressos são os documentos disponíveis mais viáveis para compreender o recorte de momento da sociedade e o discurso disponibilizado, funcionam como elemento histórico de construção de significados. Para isso, foram escolhidos jornais de maneira a representar as três regiões histórico/geográficas do Estado: ‘Diário da Manhã’ (Ponta Grossa-Paraná Tradicional), ‘Folha de Londrina’ (Londrina-Norte) e ‘O Paraná’ (Cascavel-Sudoeste/Oeste). Foi preciso pesquisar em quase 4 mil edições dos três veículos, publicadas entre 1998 e 2002, para mapear o tema. A opção pela análise de discurso se deu pelo propósito da tese, de captar os significados que circularam relativos ao tema e não ao conteúdo.

A aplicabilidade dos conceitos de unidimensionalidade e invasão econômico/cultural no meio rural, mais especificamente nos projetos para o pequeno estabelecimento, é possível, uma vez que não há desvinculação do meio agrário à sociedade quando mercado e capital industrial penetram no campo. As políticas públicas para o pequeno produtor (ou agricultor familiar, como utilizam os projetos) legitimam o agronegócio e reificam esse público para inseri-lo em tal contexto ao qual o latifúndio se sujeitou de forma confortável durante a revolução verde. O tema trabalhado é o discurso do ‘Projeto Paraná 12 Meses’ a partir do problema definido que é atestar a intencionalidade de se impor uma visão unidimensional e reificada de vida e trabalho para o pequeno produtor.

A análise se concentra no período inicial, de 1998 a 2002, recorte de tempo definido para estudo do objeto por ser o mandato de Jaime Lerner em que o 'Paraná 12 Meses' foi desenvolvido dentro de uma clara opção pelo discurso neoliberal no governo estadual, que adotou uma narrativa favorável ao livre mercado, privatização e, principalmente, apoio ao empresariado (LIMA, 2006), com aporte também do plano nacional. Neste período eu atuava como jornalista da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-Pr), empresa vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e pude acompanhar de dentro do sistema os trabalhos e discursos desenvolvidos. Ainda que as raízes do estado fossem muito mais ligadas ao patrimonialismo, o discurso presente foi neoliberal, inclusive nos meios de comunicação.

A justificativa para o desenvolvimento do trabalho se dá pela conjuntura atual, em que o país e o Paraná também se inclinam para um discurso oficial unidimensional novamente voltado discursivamente ao liberalismo. Assim, vale o resgate do momento vivido no meio rural logo após a redemocratização e que não foi estudado ainda numa perspectiva do discurso. Por conta disso, pouco se aplica na comunicação de massa uma discussão paradigmática sobre questões agrárias que envolvem os diferentes públicos que compõem o universo rural paranaense.

O objetivo principal do trabalho é identificar elementos discursivos unidimensionais na divulgação do 'Projeto Paraná 12 Meses' que representem tendências favoráveis ao discurso neoliberal e ao agronegócio e se assim foi contrariada a proposta publicada em documentos e difundidas em narrativas de que haveria horizontalidade e protagonismo do pequeno produtor beneficiário, ainda que como efeito secundário. Para isso, foi feita a contextualização histórica da formação rural paranaense, bem como demonstrada a conjuntura que levou à instalação do Projeto com apoio do Banco Mundial.

Parte-se do princípio freiriano de que o discurso dos projetos coloca a agricultura familiar como ator passivo diante das políticas públicas, que são importantes para mantê-los no campo. Ainda que o texto literal propusesse uma participação horizontal dos beneficiados do Projeto, com participação efetiva das empresas do setor, como mostram os textos disponibilizados pela coordenação do Paraná 12 Meses, daí deriva o atrelamento à lógica agroindustrial nas duas pontas, na pré-produção e na pós-produção, com adoção tecnologia e insumos. O produtor passa, assim, a ser submetido como fornecedor de matéria prima para a indústria,

transformando o pequeno estabelecimento em uma extensão da fábrica ou do mercado, como já acontece com a grande propriedade. Surgiria, assim, a centralidade do setor industrial e as íntimas relações com o agronegócio, ainda que não apareça de forma explícita no discurso oficial.

Neste trabalho, outra questão levantada é de que o pequeno produtor pode assumir um papel ativo nas políticas públicas para o meio rural, como o 'homem emancipado' e não o 'homem unidimensional' (MARCUSE, 1973). Mas tal visibilidade colocaria em xeque a representação favorável ao agronegócio, por isso o discurso oficial opta por mostrar as políticas como custo social e não investimento, ainda que a palavra investimento surja na narrativa. Freire (2001) destaca que há interesse de manutenção do 'status quo e' dominação presente mesmo nas propostas relacionadas ao público atendido.

Políticas Públicas para o meio rural não são importantes apenas para o bem-estar das famílias rurais, mas para a sociedade como um todo. Se o agronegócio produz commodities e gera divisas relevantes para a balança comercial, o pequeno estabelecimento é gerador de emprego, renda, alimentos, justiça social e fixação do homem e da mulher no campo (Silva, 1981; Freire, 2005).

Ao longo da história do Brasil, e o Paraná não foge à regra, a propriedade/proprietário é colocada numa posição de maior importância do que o produtor e ambos inseridos em uma lógica de mercado superior à produção. A terra representa poder, segundo Silva (1981). Nesse sentido, a média e a grande propriedade - ou latifúndio - são localizadas historicamente como modelo ideal. Portanto, as políticas para estabelecimentos familiares seguem um direcionamento que trata estes com inferioridade econômica e de importância relativa menor.

O relatório de tese está dividido da seguinte maneira: o primeiro capítulo trata da formação rural brasileira e paranaense, mostrando como surgiu o modelo latifundiário e também como se consolidou um campesinato; o segundo capítulo mostra os aspectos de introdução da revolução verde e de tecnologias modernas na agricultura e seus reflexos, que são a mudança da forma de produção, êxodo rural e desgaste ambiental; o terceiro capítulo apresenta o contexto político e social do meio rural, nacional e internacional do momento em que se implantou o 'Paraná 12 Meses'. Na sequência, é apresentado o Projeto a partir dos documentos e avaliação dos trabalhos desenvolvidos, além das teorias discutidas e da análise de discurso.

Por fim, o quarto capítulo apresentará o trabalho de campo da pesquisa, com exposição e análise das notícias e releases publicados.

Alguns autores clássicos e obras documentais de décadas anteriores foram utilizados por conta da contextualização temporal entre o acontecimento e os escritos. Procurou-se oferecer uma releitura desses autores dentro do tempo presente ou do período estudado, do final da década de 1990 e início de 2000.

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO FUNDIÁRIA: DA COLÔNIA À PROVÍNCIA DO PARANÁ

A proposta deste capítulo é tratar da formação rural brasileira e paranaense e, assim, mostrar de que maneira surgiu o latifúndio, o campesinato e o pequeno estabelecimento. As raízes históricas mostram quem é o público atendido pelo 'Projeto Paraná 12 Meses', ou seja, o pequeno produtor de base familiar e porque as políticas de desenvolvimento se mantêm com um discurso subtendido de subordinação ao agronegócio. A forma de distribuição e ocupação da terra ao longo dos séculos, bem como os ciclos econômicos a que as gentes e terras estiveram envolvidos, além da cultura de cada povo e o meio ambiente natural e social, influenciaram na formação das classes aqui estudadas, envolvidas diretamente no estudo de unidimensionalidade industrial verificada a partir da segunda metade do século XX na agricultura paranaense.

O primeiro capítulo procura apresentar as diferenças de cada região, colonizadas em épocas distintas e, portanto, com particularidades. Inicialmente são apresentados os ciclos econômicos que foram responsáveis pela forma de distribuição de terra e utilização da mão de obra, principalmente no período colonial, quando começou a ocupação do Paraná Tradicional, por garimpeiros em busca por ouro. Procura-se mostrar como esse ciclo avançou para um processo lento de consolidação de vilas, cidades e atividades agropecuárias.

Também será tratada da forma de distribuição de terras no período colonial, que levou ao surgimento de extensas sesmarias no Paraná e a maneira como posseiros e agregados sobreviviam ao longo dos caminhos e criavam o embrião do estabelecimento camponês paranaense. A consolidação da forma de vida e das classes rurais passou por ciclos econômicos particulares no Estado, o que também é apresentado no capítulo, como a participação no tropeirismo, pelo território estar no caminho das tropas, a extração da erva-mate e da madeira.

Outro elemento que ajudou na formação do povo paranaense e, conseqüentemente, do pequeno produtor rural, é o imigrante europeu, que chegou ao Paraná a partir do século XIX. Procurou-se mostrar a importância desse movimento e as particularidades ocorridas no caso paranaense.

Finalmente, serão mostradas as ocupações das últimas fronteiras do Estado, com os projetos de colonização do Norte e do Sudoeste/Oeste do Paraná. Os dois

casos apresentam particularidades que diferem dos processos anteriores, já que se deram de forma capitalista, com a venda de terras e, até por isso, com a possibilidade da introdução de uma nova forma de pequeno estabelecimento, diferente da anterior, dos camponeses que desbravaram o território paranaense.

A estrutura fundiária paranaense é consequência do processo de ocupação e posse do território no período histórico que inicia no século XVI. Cada fase se revelou distinta da anterior e definiu modelos, como das extensas sesmarias, sítios de posseiros ao longo das estradas, pequenos estabelecimentos de projetos colonizadores ou da grande propriedade de acumulação capitalista dos anos recentes. A realidade do estado, embora tenha particularidades, está inserida no contexto histórico nacional, que mostra uma opção política pelo latifúndio da colonização até os dias atuais.

A posse das terras paranaenses se deu em três momentos, responsáveis pela divisão em três grandes regiões: primeiro o Paraná Tradicional, ocupado ainda no século XVI, depois a Região Norte, a partir da segunda metade do século XIX, e finalmente o Sudoeste, efetivamente no século XX (CUNHA, 2003).

No caso do Paraná Tradicional, as sesmarias foram o modelo utilizado de concessão das grandes parcelas de terras. Somente a partir do século XIX, devido à necessidade de ocupar o território e produzir alimentos é que mudou a forma de distribuição de terras. Nessa época foram atraídos imigrantes europeus que ocuparam pequenas parcelas para a produção de alimentos. Segundo Gediél (2013), a partir do século XVII foram expedidas 69 sesmarias no Paraná.

De acordo com Carvalho (1997), a colonização do território brasileiro foi um empreendimento 'capitalista-mercantilista', conduzido pelo reino português em um estamento, onde uma minoria social tinha o domínio econômico e político. Esse seria um dos motivos para que a estrutura agrária se caracterizasse, desde a sua formação, por uma concentração elevada da propriedade da terra (SILVA, 1981).

A ocupação do território se deu a partir de explorações das terras em busca de minérios e de práticas agrícolas em regime de sesmarias. Logo de início os colonizadores viram frustradas as buscas por materiais preciosos, que só seriam encontrados mais tarde (FURTADO, 1991). Diante disso, os colonizadores se voltaram para os engenhos de açúcar, inserindo-se no processo comercial por meio da exportação de produtos agrícolas tropicais, principalmente cana-de-açúcar e, posteriormente, café e importação de escravos africanos (SILVA, 1981).

Os portugueses começaram, então, a primeira forma de exploração colonial europeia que não se baseava apenas na extração, mas na produção local de riquezas (FREIRE, 2003). A formação brasileira, como colônia, ocorreu a partir da exploração da terra, de forma monocultural. Se o grande objetivo da tomada da posse da América Portuguesa foi de exploração, as atividades advindas da agricultura só podiam ter como meta a exportação. Assim sendo, a produção para o consumo interno se via relegada ao segundo plano, considerada como atividade medíocre (PRADO JÚNIOR, 1996). O que não quer dizer que não existisse, mas não tinha o destaque das culturas voltadas para a exportação.

Não é à toa que a escassez de alimentos e as dificuldades de subsistência passaram a fazer parte do cotidiano brasileiro durante longo período. Contraditoriamente, onde prosperava a produção de cana-de-açúcar - o produto escolhido para a exploração da colônia - a vida privada era modesta. Mesmo na casa grande e não apenas aos subalternos, como demonstra Freire (2003), havia carência de alimentos, a ponto de se ver necessária interferência governamental para que ao menos mandioca fosse plantada.

Machado (1962) considera que a formação brasileira, desde o começo, foi um processo capitalista, voltado para um tipo de empresa produtora de artigos de exportação. Guimarães (2011) diz que a forma social lusa de então continuou no Brasil-Colônia, onde houve um recuo secular para instauração de um regime econômico baseado no escravismo, que dominou a organização econômica e social do Brasil. O cultivo de alimentos era feito principalmente por escravos, em pequenas glebas, e por uma nascente e insipiente atividade camponesa de agregados ou não.

Foi ainda no período colonial que começou a formação do que viria a ser, no futuro, o campesinato e agricultura familiar, a partir de agregados, posseiros e outras formas de ocupação decorrentes do processo de povoamento do território para a execução das monoculturas, como foi o caso da produção de açúcar. O campesinato brasileiro se firmou a partir de duas necessidades: ocupar as fronteiras nacionais para fazer frente ao invasor estrangeiro e fornecer alimentos, dada à situação caótica que se encontrou a colônia em muitos momentos. Conforme explica Silva (1981), a pequena produção se firmou através dos sítios volantes e das posses, dentro das sesmarias, para fazer roças nos engenhos de açúcar ou fazendas de café. Segundo o autor, na Região Sul, o pequeno estabelecimento teve importância central, no que diz respeito à colonização.

A partir de 1532 organizou-se economicamente e civilmente a ocupação efetiva da colônia americana, pelos portugueses, através da produção agrícola à base de monocultura com mão de obra escrava (FREIRE, 2003). Se for traçar um retrato do momento inicial, será encontrada parte da franja litorânea, especialmente das províncias de São Vicente a Pernambuco, com grandes propriedades de famílias que receberam terras e trabalhavam de forma autônoma em engenhos de cana, com maior ou menor sucesso.

De acordo com Guimarães (2011), com o domínio dos extensos territórios colocados em mãos de proprietários de confiança do rei, era preciso, então, controlar também todos os demais elementos de produção. Segundo o autor, como não era possível contar com a mão de obra do estilo feudal, regrediu-se ao escravismo. Foi utilizado o escravo e investimentos externos no estabelecimento dos engenhos. Criou-se uma representação de que a atividade monocultora exportadora tem uma posição social superior às demais produções, o que deixa reflexos até os dias atuais. Além de estar em segundo plano dentro da sesmaria, ocupações como produção de alimentos, madeira ou carne também eram realizadas por pessoas não detentoras de títulos ou áreas doadas pela Coroa, o que define o status de cada uma dessas atividades na época.

O pequeno estabelecimento surgiu da relação com o latifúndio, agregado a este, como espaço de sobrevivência cabocla, mas sempre à margem das atividades que mais interessavam ao poder colonial, muitas vezes se estabelecendo como subproduto de projetos monocultores. Esse processo ajudou a construir as bases iniciais do meio rural brasileiro e as diferenças entre pequena e grande propriedade. Para Altafin (2005), os produtores de alimentos, independente do grupo, se mestiços, índios, negros ou imigrantes europeus, sempre ocuparam uma posição secundária no Brasil, quando comparado com os históricos produtos de exportação.

A grande propriedade se impôs socialmente e recebeu estímulos das políticas agrícolas. Assim, a agricultura familiar ficou em uma posição subalterna, com dificuldades para desenvolver suas potencialidades (WANDERLEY, 1996). O latifúndio monocultor é que contava com apoio de governantes enquanto os camponeses, produtores de alimentos, ficaram à margem dos grandes projetos.

Tal estrutura não mudou com a independência do Brasil, pois continuou a opção por um produto de exportação, ou seja, um capitalismo dependente, segundo Fernandes (1987). Depois da cana-de-açúcar, o café, também produzido em

grandes áreas, assumiu a posição principal, econômica e política da estrutura agrícola e fundiária nacional.

As atividades monocultoras estavam inseridas em um contexto de mercado externo mais amplo, observado pelo governo português, que teve em tal processo um foco nas relações internacionais, já que o açúcar aqui produzido era todo exportado para a Europa. A escassez de mão de obra foi, então, a maior dificuldade encontrada por tal empresa, uma vez que poucos europeus se aventuravam a vir para a colônia portuguesa. Furtado (1991) destaca que o escravo indígena não se adaptou à atividade e nem se apresentava em número suficiente. Com isso, foram os escravos traficados da África que deram conta do labor para expansão dos engenhos. Sem trabalho assalariado, a renda gerada na colônia estava fortemente concentrada nas mãos da classe de proprietários de engenho.

Por outro lado, era grande a carência de bens de consumo, uma vez que a produção de alimentos se encontrava às margens dos engenhos e próxima aos centros urbanos. Prado Júnior (1996) diz que a maior parte da atividade era realizada por pequenos proprietários ou ocupantes, que utilizavam áreas cedidas pelos senhores. Conforme descreve o autor, o cultivo nesses pequenos estabelecimentos era realizado com os filhos e, no máximo, algum agregado ou um ajudante. Também merece destaque o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência que surgiu pelos caminhos das tropas. Pasto e milho para as mulas eram, nesse caso, oferta lucrativa para os lavradores. Percebe-se, portanto, que tais atividades também decorriam da necessidade de manutenção das tropas que faziam longa jornada do Rio Grande do Sul a São Paulo.

A estrutura agrária adotada foi geradora de extrema desigualdade social no meio rural da Colônia.

A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito, uma espontânea seleção social, econômica e moral das categorias inferiores da colonização (PRADO JÚNIOR, 1996, p. 161).

Registra-se um paradoxo entre a prosperidade e a falta de gêneros de primeira necessidade, como destaca também Freire (2003). É observado pelos autores clássicos que durante quase todo período colonial a carência é rotineira.

A insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra. Sobretudo na Bahia e Pernambuco há um verdadeiro estado crônico de carestia e crise

alimentar, que frequentemente se tornam em fome declarada e generalizada (PRADO JÚNIOR, 1996, p. 163).

Só a partir de uma situação crônica que se percebe que houve uma interferência governamental, visto que era preciso mudar o quadro então apresentado. Um alvará de 25 de fevereiro de 1688 mandava os produtores de cana plantarem mandioca para a subsistência. Outro, de 1701, exigia que empresas ocupadas do tráfico de escravos também tivessem roças próprias. Em 1788, na Bahia, também os governantes exigiam o plantio de mandioca (GUIMARÃES, 2011). Segundo Prado Júnior (1996), os grandes produtores procuravam furtar-se de medidas que obrigavam a produção de alimentos, já que os negócios da cana-de-açúcar é que realmente interessavam. No início do século XIX, o proprietário de um engenho da Bahia, Manuel Ferreira da Câmara, desafiava: "Não planto um só pé de mandioca para não cair no absurdo de renunciar a melhor cultura do país (cana) pela pior que nele há (mandioca)" (PRADO JÚNIOR, 1996 p. 164).

Nota-se que o foco na monocultura de exportação como meta é um processo que acompanha a formação rural brasileira desde a organização colonial, em 1532. De outra parte, os engenhos se tornaram suficientemente rentáveis para autofinanciar a produção. O crescimento do setor, segundo Furtado (1991), ocorreu sempre de acordo com a demanda dos mercados compradores, mas pouco era reinvestido. O que explicaria isso, é que parte considerável dos capitais aplicados na produção açucareira pertencia aos comerciantes. Sendo assim, esse capital permanecia fora da colônia. Paralelo a isso, para dar conta da produção de alimentos, parte da força de trabalho escravo se dedicava a plantar roças para a população dos engenhos. Os demais se ocupavam das obras de instalação e das tarefas agrícolas e industriais do engenho, conforme destaca Furtado (1991).

De acordo com Prado Júnior (1996), eram utilizadas áreas de terra mais pobres para a produção de alimentos, o que era feito por escravos. Era cedido um dia da semana, geralmente os domingos, para que o trabalho nessas lavouras fosse realizado. Os empresários açucareiros não queriam desviar em demasia os fatores de produção para atividades secundárias, o que quer dizer que tais funções sofriam resistência (FURTADO, 1991). Foi assim que setores como a pecuária de carne e de animais de tiro acabaram por se estabelecer no interior do país, dentro de uma economia dependente da produção principal, a cana-de-açúcar.

1.1 IMPACTOS DOS CICLOS ECONÔMICOS NO MEIO RURAL

A formação de um sistema econômico monocultor e em rápida expansão trouxe consequências diretas e indiretas para as demais regiões, conforme Furtado (1991). O país foi se consolidando a partir de ciclos econômicos que interferiram diretamente na forma como se desenvolvia geograficamente o mundo rural. No século XVIII, por exemplo, ocorreu uma estagnação açucareira devido à baixa de preços. Por outro lado, nesse momento, a descoberta do ouro fez crescer a atividade mineira na região centro-sul da colônia. Furtado (1991) diz que foi a partir daí que se observou grande desenvolvimento rural na região Sul, que abasteceria Minas Gerais com carne e muares. A integração regional ocorreu a partir das chamadas 'atividades dependentes', especialmente aquelas de criação, que deram origem a outros negócios de latifúndios, como dos estancieiros criadores de gado (FURTADO, 1991). Mais uma vez era o homem de posse que se beneficiava de uma atividade econômica relevante, ainda que de apoio ao negócio principal e ia formatando as origens do latifundiário pertencente à revolução verde no século XX, bem como a produção camponesa.

O modelo inicial adotado para povoar a Colônia se manteve inalterado por longo período, chegando ao século XX ainda que as culturas fossem ganhando ou perdendo importância ao longo do tempo. Os ciclos do açúcar, do ouro ou do café ocuparam, em diferentes momentos, a centralidade econômica colonial do Brasil imperial ou mesmo da República. Furtado (1991) diz que a formação desses sistemas econômicos, que ofereciam grandes produções e rentabilidade para proprietários e Coroa, teriam consequências, sejam elas diretas ou indiretas, nas outras regiões da América Portuguesa.

A necessidade de abastecer as áreas mineiras ou engenhos desenvolveu a pecuária no sertão nordestino e no Sul do Brasil, além de roças em torno de cidades ou grandes latifúndios. A economia açucareira representava um mercado de grandes dimensões, o mesmo ocorrendo com a extração de ouro. Com isso, podiam atuar como um fator de desenvolvimento bastante dinâmico nas regiões em que ocorriam. "As principais fontes de energia, os animais de tiro e a madeira podiam ser supridos localmente com grande vantagem" (FURTADO, 1991 p.44).

A partir da criação de gado foi gerada uma forma de economia dependente dentro do próprio Nordeste, por exemplo. Dessa forma as atividades principais

contribuíram para o uso de largas faixas de terra no interior do País. Pequenos produtores sem recursos iam adentrando os sertões e montavam suas roças ribeirinhas ou nos caminhos, interior adentro (LINHARES e SILVA, 2009). Foram etnias e classes distintas, formadas pela miscigenação de portugueses pobres, indígenas e descendentes de escravos, além de, mais tarde, imigrantes europeus, que se ocuparam das monoculturas/atividades dependentes e da produção de alimento (FREIRE, 2003). Nas palavras do autor, de um lado estava a aristocracia rural e de outro, o camponês, sem posses ou títulos, produtor de alimentos. Dessa forma nasce o contraste social gerado pelo monopólio da terra (GUIMARÃES, 2011).

Os empecilhos legais fizeram, desde o período colonial, com que se consolidasse um quadro de imensas quantidades de terras abandonadas de um lado e pessoas sem um chão para trabalhar, de outro. Tais medidas agravavam principalmente a situação dos pequenos e médios estabelecimentos, tomados por contingentes de posseiros mantidos como mão de obra reserva dentro ou ao redor dos latifúndios (GUIMARÃES, 2009).

A compreensão de Fernandes (1987) sobre o processo de formação do estado nacional demonstra um apoderamento das estruturas por parte de uma oligarquia patrimonialista (CARVALHO, 1997), que teve suas origens na colônia e penetrou na formação do que se chama de burguesia nacional. Havia, portanto, na Independência e na Proclamação da República, uma continuidade nesse processo que fez com que as estruturas não se alterassem, apenas se adequassem aos momentos modernizantes, mantendo o meio rural com as mesmas características facilitando, no futuro, a adoção da unidimensionalidade agroindustrial.

Fernandes (1987) descreve como se deram as relações entre o modelo antigo, colonial, estabelecido a partir das grandes áreas de terra concedidas pela Coroa Portuguesa, e o novo, que se apresentava do século XIX em diante. Para o autor, a ideia de uma revolução burguesa deve ser vista de maneira diferente do que se viu na Europa, já que as dinâmicas não alteraram a formação social. Percebe-se, por exemplo, a manutenção do sistema escravista de produção, que conviveu com certa expansão do mercado capitalista, até mesmo interno.

A dependência da exportação de produtos primários, que continuou com a lavoura cafeeira, manteve inalteradas as relações no meio rural, com o pequeno produtor ainda revestido da representação do caboclo e a produção de alimentos sendo secundária. Com a queda gradual do escravismo, o governo começou a

adotar políticas de incentivo à imigração para substituir a mão de obra escrava, ocupar áreas ainda pouco habitadas e proteger as fronteiras, especialmente no Sul do Brasil (SEYFERTH, 1986). No século XIX, o problema do desabastecimento ainda estava presente, por isso os novos colonos tinham como desafio contribuir com a produção de alimentos. Dessa forma, levas de alemães, italianos, ucranianos, poloneses, entre outros, também passaram a fazer parte da multicultural formação camponesa brasileira. Em muitos casos as colonizações não deram certo, uma vez que as promessas de ajuda, feitas pelo governo para atrair os estrangeiros, não se concretizavam e as terras, em geral, não eram férteis. No mesmo período, os sítios e chácaras estavam estabelecidos com o caboclo que produzia quase tudo o que necessitava para a sobrevivência (VIANA, 1973).

Os ideais do que se pode chamar de um “liberalismo a brasileira” (patrimonialismo com autoritarismo) foram adotados pelas classes dominantes com restrições, ou seja, apenas para quem tivesse patrimônio, resguardando a estes o poder político e de direcionamento das decisões de governo. O método de trabalho foi substituído, mas sem alterar as formas de produção e distribuição. O poder autocrático da burguesia conservadora brasileira, segundo Fernandes (1987), garantiu, por exemplo, os privilégios dos grandes proprietários rurais após o golpe militar de 1964. Ao mesmo tempo, diminuía os benefícios para a classe trabalhadora do campo. A herança do patrimonialismo tornou o processo modernizador contraditório, com os grupos que formaram a dita burguesia brasileira tendo resguardado para si heranças patrimonialistas e o poder político. Portanto, uma modernização conservadora, onde Fernandes (1987) destaca que houve acomodações que em nada mudaram o estamento existente.

É a partir do rural que se observa a conservação do modelo, já que ainda na época da colônia, o objetivo essencial do sistema era o envio das riquezas aqui produzidas para a Europa. A produção tinha valor alto com custo relativamente baixo, principalmente por conta da não remuneração do trabalho escravo. Atividades como o financiamento dos engenhos, transportes da mercadoria ou refino do açúcar eram realizadas na Europa, o que influenciou, de acordo com Fernandes (1987), toda a estrutura da sociedade colonial brasileira. Assim, com a modernização, após a independência, os antigos senhores, antes isolados, começaram a lidar com os interesses em comum, levando o conservadorismo à política e daí para uma conformação de Estado com forte herança tradicionalista, que excluía os menos

capitalizados. Numa perspectiva rousseauiana (ROUSSEAU, 1978) preservou-se a desigualdade no meio rural, gerada a partir da garantia da grande propriedade.

A partir do século XIX, a cafeicultura se tornou a principal força econômica brasileira. As estruturas de poder conservadoras mostraram poucas alterações ao longo do período entre a Independência e as primeiras décadas da República. Observa-se que a partir da colonização foi construída uma estrutura agrária no Brasil que se perpetuou até a contemporaneidade. Estrutura que apresenta um modelo latifundiário exportador de commodities, concentrado em poucas mãos, de um lado, e de outro um camponês, produtor de alimentos quase sem apoio. Tanto no Brasil Colônia, como no Império ou na República, as tomadas de decisão privilegiaram a grande propriedade, ou sesmaria.

1.2 FORMAÇÃO RURAL E AGRÁRIA PARANAENSE

A ocupação do território paranaense é reflexo de todo histórico nacional e foi determinada pela aptidão, clima e políticas oficiais (PARANÁ, 1997). Assim, a colonização do Estado passou por três grandes frentes, conforme lembra Almeida (2016). Ainda no século XVII se ocupou o chamado 'Paraná Tradicional', do litoral e dos campos. Depois, entre os séculos XIX e XX, foram colonizadas as regiões Norte e Sudoeste, processo concluído apenas na década de 1960 do século passado. A compreensão desse aspecto é fundamental para contextualizar o espaço rural do Estado, como surgiu e qual é o papel do camponês, ou agricultor familiar, na lógica do Projeto de Governo.

Foi no final do século XVI que paulistas, em busca de ouro de aluvião, chegaram ao litoral do Paraná (PADIZ, 2006). Pelo menos 100 anos antes disso, espanhóis iniciaram um povoado na região de Guaíra, com vilas estratégicas para a tomada do território. "Tanto no caso dos espanhóis como dos mineiros, a ocupação se distanciava da posse da terra descoberta" (SERRA, 1992, p.2). De acordo com o autor, só em 1614 que foi concedida a primeira carta de sesmaria no Paraná. O paulista Diogo Unhates recebeu uma grande área na Baía de Paranaguá. Portanto, foi pelo litoral que começou a aventura luso-brasileira na região, em busca da riqueza que o ouro poderia proporcionar. Mineiros vicentistas foram sempre em frente, a garimpar o litoral, a Baía de Paranaguá até adentrarem o Vale do Ribeira.

De acordo com Padiz (2006), até os meados do século XVII o Paraná estava totalmente na periferia do sistema econômico brasileiro. Na agricultura, apenas pequenos roçados foram abertos para garantir o sustento dos povoados que surgiam em toda região litorânea. Quando o século chegava ao final e o pouco ouro já escasseava, a busca pelo metal precioso levou parte daquela gente a se aventurar serra acima até chegarem ao planalto. Foi “de onde surgiu Curitiba, que virou centro de uma expansão pelo Paraná tradicional” (MACHADO, 1962, p.5). Tal processo ocorreu pelas áreas de campo que ofereceram espaço para atividades de sustentação aos ciclos econômicos coloniais.

O garimpo ainda persistiu por algum tempo nos afluentes do Rio Iguaçu, mas a extração de ouro entrou em crise entre 1720 e 1730. A aventura, para aqueles que decidiram ficar em vez de seguir para regiões mineiras do Planalto Central, era substituída por alternativas econômicas como a pecuária extensiva, depois o tropeirismo ou a extração da erva-mate, além da madeira (SERRA, 1992).

1.2.1 A formação do ‘Paraná Tradicional’

Fazendas de criação de gado começaram a ser implantadas nos planaltos, através das concessões de sesmarias, e nos caminhos das tropas surgiam vilas, que viraram cidades, como Castro, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Guarapuava e Palmas (MACHADO, 1962). A atividade vaqueira absorveu os garimpeiros que decidiram permanecer no Paraná e ocupar as terras altas e frias do planalto, que foram utilizadas como área de pecuária extensiva (SERRA, 1992).

As sesmarias eram facilitadas e até estimuladas pela Coroa Portuguesa nas terras paranaenses, isso porque o objetivo era ocupar o território. O candidato a uma área tinha que contar com boa condição econômica e pagar dízimo à Ordem de Cristo para pleitear vastos territórios. Ajudava muito ter boas relações com o poder para conseguir as terras. Depois disso era necessário manter morada no local e passar a cultivar a área em até cinco anos, o que nem sempre acontecia de fato e sem ocorrer nenhuma sanção (GEDIEL, 2013). O autor destaca que nessa falta de rigor pode estar a origem do latifúndio improdutivo brasileiro.

Em geral, quem pleiteava essas áreas não tinha interesse em produzir e sim em possuir a terra como uma forma de status e busca de ascensão política. Assim, a sesmaria pode estar relacionada com dois fatores no Paraná Tradicional: de um

lado, se identifica com a área improdutiva e de outro, dificultou o acesso à terra para as comunidades menos favorecidas (SERRA, 1992).

Dentro desse quadro, a verdade é que o Paraná surgiu sem uma posição de destaque no País. De acordo com Machado (1962), a ocupação, vinda principalmente do litoral e fixada ao redor de Curitiba, em meados do século XVII, mostrava um modo de vida com muitas carências. Tais ocupantes plantavam apenas o necessário para a subsistência, até porque não tinham com quem negociar produções. Paz (1987) destaca impressões de viajantes que passaram pelo Paraná entre o final do século XVIII e primeira metade do século XIX, que descrevem carência de quase tudo. A vida econômica na região da capital se encontrava em condições bastante precárias, se viam apenas pequenas lavouras de subsistência, extrativismo vegetal e pecuária extensiva, atividades que exigiam poucos esforços. Não eram propósito primordial dos fazendeiros alguns investimentos, bem como não estava no projeto o aumento de produção (PADIZ, 2006).

No início do século XVIII, conforme explica Paz (1987), a comunidade local passou a encontrar uma função dentro da economia colonial através da pecuária. No início, o gado era criado nos campos curitibanos e abastecia as regiões mineradoras de Minas Gerais. Com o tempo, Guarapuava e Palmas também exportavam bovinos para as charqueadas do Rio Grande do Sul. Padiz (2006) destaca que a pecuária teve um papel importante, principalmente na ocupação do território, especialmente nos Campos Gerais. No aspecto econômico, o autor diz que a pecuária teve um destaque considerável, sobretudo entre os séculos XVII e XVIII.

A ocupação do território avançou pelas áreas de campo, mas sem grandes alterações na forma de viver e produzir. Quase todos os serviços das fazendas eram feitos por escravos, indígenas e negros (MACHADO, 1962). Os nativos foram encontrados nas áreas de mineração de Paranaguá (Carijós, vindos com os paulistas) e mais tarde nas fazendas dos Campos Gerais, onde Botocudos e Coroados eram feitos prisioneiros entre o século XVIII e início do século XIX. Vários relatos descrevem a situação difícil do território no início. Machado (1962) conta que os campos eram partilhados em fazendas que apresentavam total carência material, tanto de alimentos como de tratamento para o gado. A criação extensiva se tornou a principal atividade da economia do Paraná nos séculos XVIII e parte do XIX.

Essa estrutura, com grandes propriedades, se consolidou permanentemente. Em 1772, na região que ia de Curitiba a Itararé, existiam 29 grandes sesmarias.

Apenas nove proprietários viviam na fazenda, os outros residiam em lugares como Paranaguá, São Paulo e Santos, sendo que alguns deles possuíam mais de uma propriedade (MACHADO, 1962). As atividades eram realizadas, geralmente, por escravos sob as ordens de um feitor. Existiam também em torno de 100 pequenos sítios, conforme o autor. Esses estabelecimentos, à margem das grandes sesmarias, são embrionários do início da forma de vida do camponês no Paraná.

Formou-se uma estrutura patrimonialista nas fazendas (CARVALHO, 1997), com relações hierárquicas, famílias fazendeiras encasteladas dentro de suas terras, apoiadas no trabalho de seus escravos. Produziam boa parte das necessidades da propriedade, como roupas, casas, mobílias, cercas e galpões.

A atividade historicamente mais marcante no processo de ocupação dos campos paranaenses foi o tropeirismo. A partir do início do ciclo do ouro em Minas Gerais e Planalto Central do Brasil, foi essa a base da economia local, surgida graças à localização do Estado, que estava no caminho das tropas vindas do Sul (PADIZ, 2006). O abastecimento de muares necessários para o transporte nas áreas de mineração era feito pelas zonas de criação localizadas, principalmente, no Rio Grande do Sul, que era a única capitania autorizada a criar muares na colônia. Os tropeiros levavam as tropas para a grande feira de Sorocaba-SP, atravessando o território paranaense. Machado (1962) conta que em 1731 entrou a primeira tropa nos campos de Curitiba, o que deu início a esse ciclo. Até o fim do século XIX, essa atividade fazia parte da paisagem paranaense.

A rota era composta por pelo menos duas estradas principais. Segundo Machado (1962), a mais antiga vinha de Viamão e cruzava todo o Paraná. Já a outra via foi aberta pelos próprios fazendeiros paranaenses e partia das Missões, também no Rio Grande do Sul até chegar a Ponta Grossa, onde se entroncava com outro caminho. Ao chegar aos Campos Gerais, as tropas deviam invernar algum tempo, para depois seguir para a Feira de Sorocaba. De acordo com o autor, muitos campos foram, então, considerados reíunos e destinados ao descanso dos animais.

Mas a apropriação de terras de forma desordenada fez com que esses campos livres desaparecessem, virando mais e mais latifúndios particulares. Com isso surgiu, para os fazendeiros, uma nova oportunidade: o aluguel das pastagens, que passaram a ser classificadas como invernadas. Segundo Padiz (2006), as invernadas contribuíram para a redução da atividade pecuária ligada à criação de gado bovino e, em determinado período, chegaram até a dominar o negócio,

tornando-se a principal alternativa econômica da região. Machado (1962) explica que os fazendeiros começaram a ampliar cada vez mais a área da propriedade para as invernadas tropeiras. “Era uma renda mais fácil do que a da criação do gado”, conclui o autor (1962, p. 143). Muitos desses proprietários também se tornaram tropeiros e eles mesmos compravam tropas no Rio Grande do Sul, as invernavam e vendiam em Sorocaba. De outro lado, tropeiros que circulavam pelos campos paranaenses também procuraram estabelecer fazendas (SERRA, 1992).

Com a mudança na finalidade da propriedade, que passou a ser lugar de invernada em vez de produção, muitas famílias fazendeiras passaram a residir nas cidades. Isso levou ao incremento do comércio das vilas e cidades, redução da autossuficiência nas propriedades e diminuição do número de escravos. Somados todos esses fatos, fazendas dariam origem ao surgimento de núcleos urbanos que virariam cidades do caminho das tropas, como Ponta Grossa, Castro, Jaguariaíva, Palmeira, Rio Negro e Mafra (SERRA, 1992).

Tanto o tropeirismo como a criação extensiva de gado tiveram uma fase áurea, mas no século XIX essas atividades entraram em declínio e passaram a enfrentar problemas. Alguns dos motivos para que isso ocorresse foram: esgotamento dos campos, que nunca receberam melhoramentos; a óbvia queda na produção, devido ao enfraquecimento das terras; perda de mercado na atividade de criação para outras zonas criadoras e, ainda, a instalação de estradas de ferro. Os vagões passaram a substituir os lombos das mulas. Essa retração, ocasionada pelas ferrovias, principalmente aquelas que ligavam as regiões de cafeicultura aos portos, levou ao encolhimento definitivo do tropeirismo, o que ocorreu especialmente a partir de 1875 (PADIZ, 2006).

Com o declínio do tropeirismo, fazendeiros do Paraná Tradicional entraram em um processo de empobrecimento. A única riqueza que restava era a terra, uma vez que nem mesmo a bovinocultura se apresentava em condições de concorrer com a pecuária paulista. De acordo com Padiz (2006), após esse período, outros ciclos, como da madeira e da erva-mate deram sustentabilidade à economia paranaense. A extração da erva-mate e a condução de tropas conviveram por um curto período. O momento do declínio da atividade tropeira, na segunda metade do século XIX, coincidiu com a consolidação do negócio ervateiro.

1.3 PRESENÇA MARGINAL DO PEQUENO ESTABELECIMENTO RURAL

Dentro dessa conformação do território, composta principalmente de grandes sesmarias, vivia também o caboclo, o agregado, o ex-escravo, que formaram a, por assim dizer, primeira geração de pequenos produtores e produtoras rurais do Estado. Esses foram relegados quando os governantes decidiram que era preciso ampliar a ocupação do território e, também, abastecer a Província, onde faltava até o mais básico bem de consumo. As fazendas dos campos eram lugares de muita carência material, onde nem mesmo havia preocupação com uma alimentação mais decente. Machado (1962) diz que as lavouras eram feitas nas terras de mato, em roçados de queimadas, geralmente por essa gente que, sem aparato do Estado, ficava sujeita ao mandonismo local.

Toda estrutura social e econômica tinha ao centro a classe senhorial, de sangue português, especialmente. Grande parte dos fazendeiros dos Campos Gerais, por exemplo, descendia de portugueses, segundo Machado (1962). Mas a estrutura da propriedade era composta também por escravos e por uma classe que o autor chama de agregados, homens livres no aspecto jurídico, mas que estavam totalmente inseridos nessa estrutura como subordinados do latifúndio. Desse grupo descendia parte da fragmentada raiz do pequeno produtor paranaense.

Em 1836 eram contabilizadas 88 grandes fazendas em regiões centrais, como Castro, Curitiba e Lapa. À margem desses latifúndios surgiam pequenos sítios que se situavam em terras das fazendas ou ao lado delas, ao longo das estradas e nas proximidades das vilas. “Eram propriedades de gente pobre”, (MACHADO, 1962, p.136). Normalmente os sítiantes criavam cavalos e gado vacum. Na agricultura eram cultivados milho e feijão, que eles negociavam com os tropeiros.

A ocupação de parte da população pobre, inicialmente, se dava nos terrenos aparentemente sem dono. Serra (1992) conta que ali eles construía pequenas casas onde viviam até que um proprietário de sesmaria requisitasse a posse. São essas as primeiras formas de conflito pela terra do Paraná. Assim, consolidaram o pequeno estabelecimento rural dentro da estrutura fundiária (SERRA, 1992).

Machado (1962) oferece um retrato de considerável clareza de como vivia toda essa gente e qual era a relação deles com os fazendeiros. Entre os mais próximos estavam os feitores, que eram os capatazes e capangas da propriedade. Outra parte, dos jornaleiros, residia em pontos distantes das fazendas, atuando

como vigilantes das invernadas. De maneira geral, lembra o autor, se tratava de uma população flutuante, que se movia pela província, de fazenda em fazenda. Também trabalhavam nos ervais em períodos de corte de erva.

Depois da abolição da escravatura, essa camada da sociedade adquiriu novas funções. Como muitos escravos largaram as fazendas e foram viver a liberdade nas cidades, caboclos, mulatos e até mesmo negros que já eram libertos assumiram as funções na propriedade. Geralmente, moravam em ranchos espalhados pelos campos e tinham uma ligação de compadrio com os patrões (MACHADO, 1962). Mas as relações de proprietários e caboclos eram, na maioria das vezes, tensas, já que estes, de acordo com o autor, eram submetidos a algo parecido com uma “escravidão branca”. Paz (1987) diz que, como essa população vivia em situação de penúria e sem qualquer apoio do Estado, se via obrigada a pedir empréstimos aos fazendeiros em troca de trabalho temporário. Juros exorbitantes e falta de renda, já que suas lavouras eram de subsistência, mantinham tal população sempre endividada para com o proprietário.

1.3.1 Do tropeirismo à erva-mate

O tropeirismo reduziu ainda mais a já limitada atividade produtiva paranaense e contribuiu para mudanças estruturais na virada do século XVIII para o século XIX. Em meados dos anos 1800, a pecuária era escassa e as famílias de posse passaram a residir nas cidades. Apenas para exemplificar, segundo Machado (1962), o proprietário da fazenda Fortaleza (situada onde hoje é o município de Tibagi) vendeu a maior parte de uma centena de escravos que tinha antes, ficou com apenas oito e foi residir em Castro. A Fortaleza foi reduzida apenas a invernadas para tropeiros e engorda de gado.

A partir do século XIX, logo após a extinção do regime de sesmarias (o que ocorreu em julho de 1822, pouco antes da Independência), a posse, que antes era prática comum apenas de pequenos produtores, também passou a ser utilizada por grandes proprietários. Serra (1992) explica que esses latifundiários se apropriavam de extensas áreas irregulares em locais ainda não povoados. Ao contrário do que faziam os pequenos, eles não tinham interesses produtivos, mas sim de obter a terra. Em geral, eram fazendeiros e/ou militares de alta patente. Com a Lei das Terras (Lei 601) de 1850, surgiram novos instrumentos de legitimação do latifúndio

em solo paranaense (GEDIEL, 2013). A lei instituiu a mercantilização da terra, pois estabelecia que aquisições de terras devolutas só podiam ser feitas, a partir de então, pela compra. Era o proprietário e não quem trabalhava nela que teria a área. A Lei ainda legitimou o latifúndio já existente. No artigo 4º diz que:

Serão revalidadas as sesmarias ou outras concessões do governo geral ou provincial, que se acharem cultivadas ou com princípio de cultura, morada habitual do sesmeiro ou concessionário ou quem os represente, embora não tenham sido cumpridas as condições com que foram concedidas (SERRA, 1992, p.79)

Para Priori (2012), a Lei de Terras permitiu que o Estado fizesse um reordenamento agrário que permitia o monopólio dos meios produtivos, incentivava o fim do trabalho escravo e a fixação de estrangeiros como assalariados. Com isso, praticamente foram excluídos os mais pobres, como posseiros ou escravos libertos. “Inaugurou-se o tempo das grandes negociatas de terras, das grilagens ilegais, da violência contra posseiros e colonos” (PRIORI, 2012, p. 133). Dessa forma, a terra e o trabalho foram incorporados aos interesses capitalistas.

A compreensão, segundo Guimarães (2009), era de que as terras virgens não deviam ficar ao alcance dos mais pobres, porque, se isso ocorresse, muitas famílias se tornariam produtoras independentes em vez de trabalhar nas lavouras de café. Seria necessário estipular um preço alto, que não estivesse ao alcance dos despossuídos de renda, para assegurar mão de obra. Como medida de reforço, o Estado diminuiu a oferta de terras devolutas e reajustou os preços, para evitar que o imigrante com algum recurso se tornasse proprietário.

Ao impedir o acesso à terra para imigrantes, a Lei da Terra também excluiu uma grande camada da população brasileira. Serra (1992) reafirma que a lei serviu aos interesses do grande capital agrário de então, consolidando a liderança dos fazendeiros e a opção pelos ciclos monoculturais, como do café, naquele momento. No Paraná, a Lei contribuiu no sentido de preservar a extensão latifundiária e não para uma dinâmica produtiva, já que as atividades da Província não demandavam tanta mão de obra como a cafeicultura.

A conjuntura do século XIX, especialmente da segunda metade, era de uma fase de transição de ciclos econômicos na província paranaense. O tropeirismo entrava em decadência, nessa época, devido à instalação de ferrovias e queda de importância da atividade mineira. Sem o ouro e com o café paulista transportado

principalmente por estradas de ferro, a necessidade de muares reduziu drasticamente, já que os vagões substituíram os carroções e os lombos das mulas.

Registros mostram que o número de muares entrando em Sorocaba reduziu muito no século XIX. Para efeito de comparação, em 1860, em torno de 100 mil animais foram comercializados naquela feira, enquanto que no final do século, esse número não passava de 5 mil (MACHADO,1962). Dessa forma, ia encolhendo o tropeirismo e, em consequência, a necessidade das invernadas. Com isso, as fazendas perdiam a fonte de renda do aluguel dos pastos e voltavam à pecuária, atividade que estava na origem da ocupação dos campos paranaenses.

Ao voltar para a criação de gado, os pecuaristas encontraram uma situação diferente daquela que seus antepassados tinham no século XVIII. Naquela época, segundo Machado (1962), havia um mercado carente para a carne bovina, que pagava bons preços para o produto paranaense, independente da qualidade. Porém, ao final do século XIX, produtores de outros estados estavam bem estabelecidos e eram capazes de oferecer bovinos de melhor qualidade aos compradores, enquanto as fazendas do Paraná, depois de ficarem tanto tempo sem produzir, precisavam se refazer para poder competir. Machado (1962) diz que a conjuntura trazia um rápido processo de empobrecimento para os fazendeiros, que detinham mais o status de proprietários do que eficácia produtiva.

Enquanto isso, a erva-mate e a madeira assumiam maior importância na economia paranaense. De acordo com Serra (1992), a erva-mate já começava a se destacar na economia local na virada do século XVIII para o XIX, mas foi entre as décadas de 1850 e 1870 que ocorreu grande impulso do setor, principalmente com a introdução de engenhos a vapor, que melhoraram e intensificaram a produção. Também surgiram inovações nos meios de transporte, com a expansão das estradas de ferro e introdução dos carroções, pelos alemães do Volga. Dessa forma, no período, dois terços dos burros que desciam a serra rumo aos portos de Paranaguá e de Antonina levavam erva-mate.

A exportação de erva-mate se tornou a principal atividade econômica da Província. Padiz (2006) destaca que durante a segunda década do século XIX, acontecimentos externos, como a proibição de exportação por parte do Paraguai, interferiram positivamente na economia ervateira paranaense que passou a ser a principal fornecedora para o Uruguai e a Argentina. Por conta disso o setor deve ter sido o principal responsável pelas transformações por que passou Curitiba e o

Paraná entre 1820 a 1850. A erva-mate, segundo Padiz (2006), foi hegemônica até 1914, quando começou a perder espaço para o café, que crescia em importância.

As mudanças na economia local teriam efeito direto sobre a população camponesa do Paraná Tradicional. Paz (1987) destaca que homens, mulheres e até crianças que viviam nas regiões de matas se dedicavam quase que exclusivamente à extração da erva-mate, principalmente no período de março a setembro. A atividade era, então, o principal meio de subsistência das famílias desses locais. Por essa época, também ganhava força o ciclo da madeira, com uma diferença, esse setor envolvia apenas o dono da terra e a serraria, com seus funcionários, enquanto a erva-mate ocupava, desde a coleta, transporte, industrialização, até a comercialização, grande número de pessoas (SERRA, 1992).

No início do século XX, segundo Machado (1962), a pecuária continuava em decadência. O gado era insuficiente até para abastecer o consumo interno e a fazenda, assim, não cumpria mais a função de integrar a comunidade. Forçosamente a antiga estrutura se desagregaria e o resultado seria a dissociação entre a família e a propriedade. A desestruturação do patrimonialismo da grande organização fazendeira foi acompanhada de tensões que seguiram a decadência da velha classe em face das classes novas, principalmente dos imigrantes.

1.4 PRESENÇA EUROPEIA NA CONSOLIDAÇÃO CAMPONESA

Foi ainda no século XIX que imigrantes europeus começaram a chegar às terras paranaenses para ajudar a dar a conformação, daí em diante, do meio rural. Eles se somaram aos caboclos e escravos libertos como formadores do universo camponês local. Machado (1962) destaca que por essa época a família fazendeira adquiriu status elevado e poder político, principalmente depois da Independência do Brasil, em 1822, e da criação da Província do Paraná, em 1853.

Por outro lado, ainda persistia a carência de gêneros alimentícios. As poucas e pequenas plantações de feijão, arroz e milho existentes ao redor das vilas e cidades eram insuficientes para alimentar toda a população, o que ocasionava sucessivas crises de abastecimento, lembra Paz (1987). Com isso, ganharam força as ideias de políticas migratórias com o intuito de ocupar as terras e ainda tentar resolver a falta de alimentos, muito comuns na época.

No século XIX, as províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e, mais tarde, Paraná, receberam milhares de famílias imigrantes da Europa. Seyferth (1986) destaca que, diferente do que ocorria em São Paulo, que visava principalmente trazer trabalhadores de fora para as fazendas de café, no Sul, o objetivo era mesmo a colonização de povoamento do território, com o estabelecimento de pequenos agricultores que produzissem alimentos básicos para o abastecimento local. Foi assim que na década de 1820 se estabeleceram as primeiras colônias alemãs no Sul do Brasil.

A maioria desses imigrantes se estabeleceu nas áreas de mata. Com isso, levaram para o interior do continente costumes e cultura próprios de seus países de origem. Mas também adquiriram hábitos e práticas de trabalho das populações mais antigas que ali viviam. Um texto clássico do professor Leo Waibel, publicado na Revista Brasileira de Geografia de 1949, destaca como era o panorama de então, lembrando que nos campos vizinhos dessas matas vivia o fazendeiro de origem luso-brasileira, instalado em grandes propriedades, com empregados e/ou escravos.

Quase todos os europeus que emigraram para o Sul do Brasil eram pobres e poucos tinham sido agricultores em seus países de origem e, até por isso, rapidamente adotaram os sistemas agrícolas dos caboclos (WAIBEL, 1949). Além disso, o autor diz que foi dado a tais colonos, tanto por parte do Império como das províncias e estados, pouca atenção à situação econômica. A maioria deles foi colocada em áreas remotas, muito longe de qualquer mercado urbano.

No caso específico do Paraná, como no século XIX a maioria da população se dedicava à indústria da erva-mate, piorava a situação do abastecimento. Faltavam produtos e os preços subiam em demasia. Foi tal quadro que motivou o governo da Província a desenvolver uma política migratória, como vinha ocorrendo nos estados vizinhos. A ideia era de que os imigrantes poderiam solucionar o problema da falta de alimentos com cultivos ao redor dos centros urbanos (CODESUL, 1978). Dessa maneira, a estrutura agrária do Paraná criou condições para a consolidação dos modelos de pequenos estabelecimentos rurais destinados à outra categoria, a do estrangeiro. A colonização atenderia então, na concepção dos governantes, às necessidades de ocupação do território e da exploração econômica da terra, coisa que os grandes proprietários não faziam, já que produziam alimentos, quando no máximo, para garantir a subsistência de seus moradores.

O modelo imigratório adotado no Paraná se orientou ao cultivo, principalmente dos produtos de consumo alimentar, em áreas bem menores do que aquelas das fazendas. Assim, partir de 1860, principalmente poloneses e ucranianos começaram a ocupar terras paranaenses. Segundo Waibel (1949), o plano era de estabelecer pequenas colônias. Entendia-se que assim o excedente da produção de alimentos podia abastecer as comunidades locais. O esquema, em geral, foi bem-sucedido, já que também foram abertas estradas ligando as colônias às cidades. Entre as décadas de 1870 e 1880, diversas colônias alemãs, polonesas e italianas surgiram, sempre a uma distância não superior a 18 quilômetros de Curitiba.

Colônias semelhantes também foram criadas pelo governo ao redor de cidades importantes, como Ponta Grossa, Castro e Lapa. Assim como na região de Curitiba, tais agrupamentos ficavam situados em regiões mistas de mata e campo. Embora várias tentativas não tenham resultado em efeitos positivos, principalmente por conta do solo, de baixa qualidade, o fato é que muitos europeus acabaram ficando raízes, tanto nas regiões de mata como nos campos. Alguns deixaram o meio rural e seguiram para as cidades, outros até mesmo deixaram o país, mas boa parte consolidou-se como produtora de alimentos, a partir de então.

Essas colônias se expandiram até o século XX, com a chegada de milhares de imigrantes poloneses, ucranianos, alemães, italianos, russos e holandeses. No meio dessas propriedades continuavam a existir as grandes fazendas, com criação extensiva de gado. Dessa maneira, observa-se, no período compreendido entre os séculos XIX e XX, uma mudança conceitual nas decisões políticas sobre o meio rural, que sempre privilegiou as relações com o poder para conceder enormes áreas de terra a latifundiários. A escassez de alimentos e a necessidade de preenchimento do território fizeram com que os governos abrissem espaço para outros produtores, no caso os estrangeiros, no meio rural. Como havia muita terra, foi possível concretizar tal política sem mexer na estrutura do latifúndio. Ao mesmo tempo, o caboclo, que já vivia em campos e matas, continuou relegado a um segundo plano.

Ocupar o território e produzir alimentos eram atividades que necessitavam da sustentação de uma infraestrutura mínima, como a abertura de estradas. O Estado alegava não estar preparado para realizar tal trabalho, dessa forma, aliou-se a empresas, principalmente estrangeiras, que, em troca de grandes extensões de terra, passaram a erigir as bases do capitalismo no campo e subjugaram toda e qualquer atividade do pequeno produtor (SERRA, 1992). Eles abriam estradas e

ferrovias e faziam os projetos de colonização. Essa foi a forma básica de ocupação das grandes áreas de terra roxa do Norte e Sudoeste paranaense. Assim, foi tomando forma a estrutura capitalizada do pequeno estabelecimento de um lado e a manutenção, intacta, do patrimonialismo e do latifúndio, de outro.

A Lei 601 permaneceu em vigor até 1891, quando a primeira constituição republicana atribuiu aos estados a competência de legislar sobre as terras devolutas. A partir daí é que o Paraná passou efetivamente a definir o destino da ocupação fundiária de seu território e a implantar o modelo de pequena propriedade, com a colonização de estrangeiros, num primeiro momento, e depois abrindo também, via a iniciativa privada, condições a brasileiros.

1.5 OCUPAÇÃO DAS ÚLTIMAS FRONTEIRAS: NORTE E SUDOESTE

A Constituição Federal de 1891 transferiu o controle das terras devolutas da União para os Estados. A partir disso, a Lei Estadual número 68, publicada no ano seguinte, estabelecia que as terras devolutas do Paraná só podiam ser adquiridas por compra ou transferência do domínio útil na forma de aforamento (PRIORI, 2012). Isso garantia as posses das sesmarias. Tal lei, conforme lembra o autor, era uma decorrência da Lei de Terras de 1850, já que ambas determinavam que a propriedade da terra só se daria pela compra.

Mas também nessa mesma Lei nº68 o governo do Paraná garantiu para si o direito de alienar terras para quem se propusesse a desenvolver trabalhos em benefício da sociedade (PRIORI, 2012). Foi assim que o Estado, que tinha dificuldades financeiras, repassou largas faixas de terras a empresas privadas como a 'Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande', de propriedade inglesa. Daí surgiram grandes conflitos, sobretudo no Sudoeste, entre posseiros e capitalistas que chegavam se dizendo donos legais das terras.

Mais adiante, em 1907, o governo lançou o 'Decreto nº 218', daí sim com caráter colonizador, pois regulava o serviço de colonização no Estado a partir da concessão de glebas de terra. Inicialmente era voltado apenas para imigrantes estrangeiros, mas depois abriu também para núcleos coloniais de brasileiros (PRIORI, 2012). Mas o grande impulso, no sentido da colonização, segundo o autor, se deu com a publicação da Lei nº 1642, em 1916, que demarcava lotes para trabalhadores nacionais e estrangeiros. O objetivo principal, naquele momento, seria

a ocupação do território e a dotação de infraestrutura, já que o Estado carecia de vias de ligação, conforme destaca Padiz (2006).

Mesmo com essas medidas, segundo Priori (2012), entre 1916 e 1931 aconteceram poucas concessões de terras devolutas, principalmente na região Norte. Até que em 1922 foram concedidas cinco glebas de terras para colonização no Norte do Paraná. Muitas dessas foram incorporadas em uma única e transformadas em grandes empresas de colonização, como a Companhia de Terras Norte do Paraná, que revendeu 515 mil alqueires de terras (PRIORI, 2012). Com isso se incrementava a ocupação da região por famílias de pequenos proprietários, principalmente de paulistas, mineiros e nordestinos. De acordo com o autor, também foram atraídos colonos estrangeiros, da Europa e Japão.

A Lei 1.612 vigorou até 1922, quando foi revogada. A partir daí liberou-se áreas bem superiores ao limite inicial que até então vigorava (SERRA, 1992). Basicamente, segundo Silva (1996), o que ocorreu no século atual foi, principalmente, a colonização do Norte e do Oeste. No Norte paranaense, os projetos se deram a partir da expansão da cafeicultura paulista, que encontrou enormes extensões de terras roxas, ideais para essa cultura. A lógica capitalista foi o modelo que impulsionou a colonização de toda região, que não chegou a ser tocada pelos antigos criadores de gado e colonos que chegaram ao Paraná até meados do século XIX e se fixaram nos campos.

A Região Norte foi, então, ocupada com o objetivo de expandir a área agrícola para terras ainda desocupadas, segundo Fajardo (2007). Houve o aproveitamento dessas áreas com lavouras para exportação, como o café e a soja, além da agroindustrialização, que definiu o perfil regional. Mas os primeiros indícios de presença europeia nas florestas do Norte e Oeste do Estado remontam ainda ao século XVII, quando jesuítas espanhóis iniciaram missões. Eles acabaram sendo expulsos para a outra margem do Rio Paraná por bandeirantes paulistas. De acordo com Serra (1992), só mais tarde é que começou uma chegada mais efetiva de pessoas. Em 1855 foi fundada uma Colônia Militar em Jataí, às margens do Rio Tibagi. No mesmo período surgiram também os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo da Serra. Essas tentativas de ocupação não tinham nada a ver com colonização ou produção agrícola, portanto, mas com a emergência de tomar posse da região e resolver conflitos existentes entre brasileiros e paraguaios (PADIZ, 2006).

As primeiras áreas ocupadas com objetivos agrícolas foram propriedades cafeicultoras, implantadas no chamado Norte Pioneiro, o que ocorreu em meados do século XIX. Na década de 1860, chegaram mineiros e depois paulistas à região, atrás de novas terras que fossem adequadas à produção de café. Eles se instalaram próximo ao Rio Itararé e ali começaram a surgir fazendas e núcleos urbanos (PADIZ, 2006). A primeira cidade foi Siqueira Campos, fundada em 1862; depois Tomazina, Santo Antônio da Platina, Wenceslau Braz, Jacarezinho, Cambará, entre outras.

A produção de café seguia o modelo paulista, com produção em grandes fazendas. De acordo com hipótese levantada pelos pesquisadores do Codesul (1978), fazendeiros do estado vizinho, decadentes, teriam se mudado para o Paraná com recursos conseguidos da venda de suas antigas fazendas. Supõe-se que as terras da região não eram caras, se comparadas com as de São Paulo, o que permitiu a instalação com baixos investimentos. Tais produtores adquiriram áreas de três fontes: do Governo do Estado, de posseiros ou de antigos concessionários da região. Nessas fazendas eles iniciaram a produção de café e, em menor escala, a criação de gado, com mão de obra escrava, adquirida junto aos fazendeiros das regiões de campos, que estavam vendendo seus escravos devido ao declínio da atividade tropeira. Terra barata e mão de obra escrava facilitada garantiam aos latifundiários o mesmo status social no novo estado (CODESUL, 1978).

1.5.1 Comércio de terras e colonização do 'Norte Novo'

A ocupação do Norte, que iniciou no século XIX pelo Norte Pioneiro, foi concluída no século XX, quando projetos de colonização levaram migrantes às novas terras. O Estado assumiu tal proposta e em seguida repassou à iniciativa privada que, geralmente, tinha o café como a base produtiva, embora também fosse estimulada a produção de outros alimentos. Assim, a cafeicultura avançou da região Norte do Estado para o Noroeste, naquele que é o maior investimento imobiliário privado já visto (FAJARDO, 2007). Tais empresas adquiriam do Governo do Estado concessões que, em média, tinham 50 mil hectares de terra (CODESUL, 1978). Essas áreas eram divididas em pequenas e médias propriedades, o que permitiu que camponeses também tivessem a oportunidade de comprar pequenas áreas de terra na Região Norte do Paraná (CUNHA, 2015).

Geograficamente, o Norte Pioneiro vai da divisa com o Estado de São Paulo até o Rio Tibagi, já o chamado Norte Novo segue desse ponto até o Rio Ivaí e foi ocupado intensamente entre as décadas de 1920 e 1930, quando produtores do oeste paulista começaram a chegar à região. A terceira leva de colonos chegou até o Rio Piquiri, entre as décadas de 1940 e 1960, no que seria o Norte Novíssimo e onde termina a expansão da cafeicultura no Paraná (SERRA, 1992).

Um dos principais projetos feitos na região coube à Companhia de Terras Norte do Paraná, na década de 1920. O empreendimento pertencia inicialmente a ingleses. Durante a Segunda Guerra Mundial o governo brasileiro proibiu que estrangeiros tivessem propriedade da terra, assim, a Companhia foi vendida para um grupo paulista (PADIZ, 2006). Até 1928 eles já tinham adquirido uma área de 515 mil alqueires, o que corresponde a 16ª parte do total do estado. A partir da década de 1940, segundo o autor, a mesma empresa adquiriu áreas ao lado esquerdo do Rio Tibagi, começando a colonização do Norte Novo.

Segundo Almeida (2016), a colonização se intensificou a partir de 1929. Tal ocupação se ampliou à medida que a terra era valorizada e em pouco mais de 30 anos o café incorporou toda faixa de terra roxa do Norte. O que facilitou ainda mais os projetos de colonização foi a restrição, na década de 1930, ao plantio em outros estados produtores. Por conta disso, cafeicultores paulistas se deslocaram em massa para a região Norte do Paraná.

A forma de colonização, através das companhias, fez surgir um tipo de pequeno produtor no Norte do Estado diferente do camponês caboclo do Paraná Tradicional. Enquanto este se fez posseiro, sobrevivendo de pequenas roças e do trabalho como agregado nas fazendas ou na colheita do mate, aquele precisou adquirir uma área de terra e começou a produzir não só para a subsistência, mas também foi inserido no principal mercado agrícola da época, o café. Segundo Fajardo (2007), o propósito inicial da Companhia de Terras Norte do Paraná foi o cultivo de algodão, que na década de 1930 apresentava excelentes condições de mercado. Depois houve um redirecionamento para a cafeicultura. As dimensões das propriedades condicionaram um tipo de atividade baseada na mão de obra da família, tanto é que antes do café, as áreas foram ocupadas com culturas como milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar e amendoim (PADIZ, 2006).

Segundo Fajardo (2007), o baixo preço dos lotes, que variavam em tamanho de três a 15 alqueires, e as facilidades de pagamento atraíram os colonos

(principalmente paulistas e mineiros, além de nordestinos, em menor número) que tinham interesse na produção de café. Isso ocorreu principalmente entre as décadas de 1930 e 1950. Tradicionalmente, a cafeicultura era uma atividade de grandes fazendas, tendo feito surgir a 'aristocracia paulista do café', mas no Paraná as áreas médias variavam de 10 a 20 alqueires. A opção pela estrutura fundiária menor tinha como objetivo conseguir vender áreas para pequenos proprietários, que tinham poucos recursos financeiros. Isso não impedia que grandes fazendeiros, com dinheiro, pudessem comprar terrenos maiores (CODESUL, 1978).

Inicialmente, portanto, foi a policultura que garantiu a subsistência e comercialização aos pequenos produtores que chegavam à região, até que as lavouras de café começassem a produzir. Para isso, então, era preciso contar com consumidores. Assim, as companhias de colonização também incentivaram a criação de núcleos urbanos próximos uns dos outros para garantir mercado e local de abastecimento aos colonos, ou seja, apoio à agricultura (ALMEIDA, 2016). O café passou a ser a principal cultura do Paraná a partir da década de 1940, quando as lavouras estavam consolidadas nas regiões produtoras colonizadas com o foco especialmente voltado para a cafeicultura.

O fato é que o café foi responsável pelo desenvolvimento econômico do Norte do Estado com base em pequenas e médias propriedades. A partir de meados da década de 1950, a cafeicultura começou a crescer de forma acelerada, principalmente nas novas áreas de colonização. Em menos de meio século, passou de 0,4% para 60% do total do café produzido no país (PADIZ, 20006).

A hegemonia da cafeicultura trouxe pouco proveito para o Paraná, segundo Padiz (2006), já que o lucro era reinvestido no próprio café ou transferido para São Paulo, a partir de compras de produtos industrializados ou investimentos. Assim, os outros setores ficaram parados. Só na década de 1960 que começaram investimentos maiores em infraestrutura.

1.5.2 Sudoeste paranaense: a última fronteira agrícola

A última região do Paraná a despertar o interesse político e econômico foi a Sudoeste. Não que aquelas terras se encontrassem totalmente desabitadas, mas o extremo ocidente paranaense tinha chamado pouca atenção dos colonizadores até meados do século passado. Serra (1992) explica que até os anos 1940 não havia

uma grande motivação que atraísse grupos econômicos ou maior atenção do Estado para a exploração da região. Segundo Waibel (1949), desde o início do século XIX, tratava-se de uma frente pioneira, composta por criadores de gado e escravos que ocupavam parte dos campos de Palmas e Guarapuava. Mas essas localidades ainda representam o Paraná tradicional e as clássicas áreas de campo, que tanto atraíram os pioneiros. Tais comunidades viviam totalmente isoladas do restante do estado. A população do Sudoeste ia crescendo lentamente, chegando a 50 mil pessoas no início dos anos 1920 (WAIBEL, 1949).

No período pré-colonização, as categorias que se mantinham na região mais de mata do Sudoeste, segundo Serra (1992), eram os madeireiros e ervateiros, além de um campesinato marginal. Basicamente, esses grupos realizavam uma agricultura de subsistência. Padiz (2006) diz que ocorreu inicialmente um movimento de caráter precário ligado à economia madeireira. Nesse momento, a estrutura apresentava grandes propriedades, já que o desejo era de posse das imensas reservas de pinhais. Complementar a isso, desenvolveu-se uma pecuária extensiva nos campos da região. Tais atividades eram altamente predatórias e sem nenhum desejo de fixação definitiva na terra, tanto é assim que muitas serrarias que surgiam nesse processo fechavam quando a madeira escasseava. Ao mesmo tempo, a pecuária gerou latifúndios extremamente rígidos (PADIZ, 2006).

O quadro começou a ser alterado na década de 1940, com a chegada de agricultores catarinenses e gaúchos, somados à frente de expansão da cafeicultura, vinda do Norte do Estado. Na primeira metade do século XX, o Rio Grande do Sul (especialmente a região Noroeste) sofria com o problema da proliferação de minifúndios, ocasionado principalmente por conta de heranças. Áreas que já não eram grandes, por ocasião da falta do patriarca acabavam sendo divididas em parcelas ainda menores, que cabiam aos vários herdeiros (PADIZ, 2006). Esse fator funcionava como um elemento de expulsão de jovens do meio rural. Enquanto isso, enormes extensões de terra, aparentemente sem proprietários, no sudoeste paranaense, eram um atrativo para essas famílias. Terra em abundância e preços baixos, até três vezes menores do que no Rio Grande do Sul, faziam com que muitos migrassem em busca dessas áreas.

Havia duas formas de se fixar no Sudoeste: uma delas era adquirir posses já abertas pelos caboclos que viviam na região, outra, era fazer sua própria posse (SERRA, 1992). Colonos e caboclos passaram a se relacionar, mas por conta de

confrontos e contrastes culturais, segundo o autor, muitos moradores originais da região se deslocavam sertão adentro. Adotaram como forma de vida o desbravamento de novas áreas para vender a outros colonos que chegassem. Padiz (2006) diz que, como os preços das terras no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina eram mais elevados, os agricultores conseguiam valores que permitiam comprar áreas maiores no Sudoeste do Paraná, muitas vezes com o dobro ou triplo do tamanho da propriedade anterior. Ainda assim, não passavam de medidas como 10 alqueires (24 hectares). Por isso, segundo o autor, não se viam latifúndios na região, na década de 1950.

A migração voluntária ganhou caráter oficial a partir da década de 1940, através de políticas públicas que incentivavam a colonização. O governo Federal propôs a implantação de colônias pelo decreto 3.059 de 14 de fevereiro de 1941. O objetivo era

Receber e fixar como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros. (SERRA, 1992, p.75).

O Governo Federal começou a estimular e financiar as colônias do Sudoeste, que passaram a ser ocupadas principalmente por gaúchos, mas também por catarinenses, que deram feição à região (PADIZ, 2006). Com isso se pretendia resolver dois problemas: dos minifúndios do Noroeste gaúcho e da ocupação do Sudoeste do Paraná. Assim, iniciou a chamada 'marcha para o oeste'. Várias colônias começaram a ser instaladas por parte da iniciativa privada, cuja participação foi incentivada pelo governo (ALMEIDA, 2016).

O movimento migratório para o Sudoeste cresceu principalmente a partir de 1945. Os novos camponeses que chegaram ao Paraná deram uma configuração distinta à região, que se caracterizou por maior número de pequenos estabelecimentos, como já ocorria no Norte e diferente da ocupação, em séculos anteriores, do Paraná Tradicional. O trabalho era desenvolvido pela família e as culturas diversificadas, com produção principal de milho, feijão, soja, trigo e criação de suínos e bovinos (FAJARDO, 2007). Também desenvolviam atividades artesanais de fiação e produção de vinho, entre outras. De acordo com o autor, essas tarefas eram feitas com um nível tecnológico relativamente baixo, apesar de ter certa especialização e divisão do trabalho.

No Sudoeste do Estado, portanto, nesse momento, anterior à chamada 'revolução verde', os colonos desenvolviam uma agricultura a partir da produção de alimentos, com tomada de decisão sobre o que produzir e tecnologias próprias. Para aquele público, havia pouca interferência dos modelos do agronegócio. A produção era voltada basicamente para a subsistência (PADIZ, 2006).

O interesse pela migração para o Sudoeste paranaense crescia ano a ano. De acordo com Serra (1992), em 1947 existiam 467 famílias cadastradas para conseguir terras na região. Dez anos depois já eram mais de 15 mil famílias nessas condições. A colonização fez avançar a fronteira agrícola até esta encontrar com a frente Norte. Quando chegou a década de 1960, todo território paranaense estava ocupado com o encontro das frentes pioneiras.

A colonização contribuiu para o incremento total de estabelecimentos rurais nos anos 1960, quando o estado chegou a 285.342 unidades, praticamente o dobro do que existia antes daquela década (CODESUL, 1978). O avanço foi na ordem de 3.240.608 hectares, aumento de um terço sobre a área já ocupada.

De acordo com relatório do Codesul (1978), em 1970, 53,3% do total de estabelecimentos do Estado possuíam até 10 hectares e 92,7% até 50 hectares. Por outro lado, a valorização da terra despertou a cobiça de grupos políticos e econômicos, que viram na apropriação de grandes áreas um meio fácil de enriquecimento e poder, segundo Serra (1992).

Todo processo de colonização não serviu para romper com o padrão de concentração de terras no Paraná, pelo contrário, os novos grandes proprietários, se moldaram ao modelo (SILVA, 1996). O autor observa que na primeira metade da década de 1970 reduziu o número de estabelecimentos rurais no Estado, mas a área ocupada aumentou. Isso significa que, de uma forma geral, foram os grandes ocupantes que conseguiram legalizar os títulos de posse, o que ocorreu com a expropriação dos pequenos ocupantes. Segundo o autor, em 1960 o Paraná contava com 34 mil estabelecimentos de posseiros em uma área aproximada de 1 milhão de hectares e em 1970 eram 50 mil posses em 750 mil hectares.

Serra (1992) diz que os empreendimentos colonizadores deixaram para traz vários problemas devido a distorções nas fases de ocupação da terra. É isso que, mais tarde, acabaria por gerar crises agrárias e contribuiria para alimentar as lutas por reforma agrária, sendo, por sinal, a região Oeste do Paraná o berço do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As considerações sobre o contexto da formação rural paranaense, presente neste capítulo, são de que a propriedade da terra sempre foi um instrumento de poder e status para os latifundiários, como destaca Silva (1996), que a receberam em abundância na época das sesmarias e depois ocuparam áreas como posse. A propriedade, muitas vezes, foi mais importante do que a atividade produtiva.

O histórico da ocupação mostra que o surgimento do pequeno produtor se deu sem que ocorresse transformação na estrutura fundiária paranaense. O camponês, ou agricultor familiar, surgiu de três frentes. A primeira delas, do caboclo agregado ou do ex-escravo, que se tornaram posseiros e desbravaram áreas de matas. Depois vieram os imigrantes estrangeiros para povoar as terras devolutas e produzir alimentos. A eles se juntaram migrantes que adquiriram terras de empresas de colonização no Norte e no Sudoeste do Estado.

As famílias de pequenos produtores e produtoras sofreram o impacto das transformações agroindustriais a partir da revolução verde, que tecnificou muitas propriedades (sobretudo as grandes fazendas) e levou à ruína e ao êxodo muitos camponeses, que deixaram o campo por não conseguirem acompanhar as mudanças que transformavam agricultores em empresários rurais integrados ao sistema do agronegócio. Quem permaneceu no campo se tornou o público dos programas que vieram a seguir, incluindo o 'Paraná 12 Meses'.

Os ciclos econômicos racionalizaram a produção rural, definindo lugares de latifundiários e camponeses. Determinadas firmas, desde os séculos XVIII e XIX, como do tropeirismo, da madeira, erva-mate e café, este especialmente a partir do século XX, criaram um processo de pertencimento que pavimentou o caminho para o projeto unidimensional da modernidade proposta pela 'revolução verde'. Evidente que aqui prevalece a figura do grande produtor patrimonialista e do camponês oprimido descrito por Freire (2001). Ainda não se aplica a unidimensionalidade, mas forma o público para tal a partir da racionalidade teorizada por Marcuse (1973). Para o autor, o interesse próprio depende de padrões e demandas das ordens sociais dominantes, o que se observa na instalação dos ciclos econômicos. A 'modernização' do campo, trará a seguir a construção unidimensional.

CAPÍTULO 2 REVOLUÇÃO VERDE E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: MUDANÇA AGRÍCOLA E AGRÁRIA

*“Conheço todas as roças
Que neste chão podem dar:
o algodão, a mamona,
a pita, o milho, o caroá.
-Esses roçados o banco
já não quer financiar (...)”*

Morte e vida Severina – João Cabral de Melo Neto

O capítulo dois tem como objetivo mostrar de que maneira os acontecimentos do século XX e as políticas públicas para o meio rural afetaram o pequeno estabelecimento e foram responsáveis pelas dificuldades enfrentadas que levaram milhares de famílias ao êxodo rural. Inicialmente será apresentado o debate ideológico sobre os conceitos de camponês, pequeno produtor ou agricultor familiar, que são formas diferentes de pensar tal público, seja como estilo de vida e de relacionamento com a terra (camponês) ou atrelado à lógica do agronegócio (agricultura familiar). Além de ‘conceito’, será usado o termo ‘abreviatura linguística’, forma utilizada por Herbert Marcuse (1973) para tratar da intensão existente na fala/palavra para promover determinados conteúdos sociais e suprimir outros. O embate entre as diferentes correntes pode se localizar na discussão de unidimensionalidade ou emancipação de Marcuse.

Logo após, será feita uma apresentação e discussão das políticas públicas para o campo e quais foram os reflexos para o desenvolvimento e condição agrária paranaense. Ainda dentro deste tópico, é feito um breve histórico do papel da extensão rural e como esta trouxe um modelo difusionista para o Estado.

Paralelo à extensão rural, o segundo capítulo mostra como se deu a introdução da revolução verde e de tecnologias modernas na agricultura e seus reflexos, que passam pela forma de produção, êxodo rural e desgaste do meio ambiente. Nesse sentido, alguns aspectos como a erradicação de pés de café e incentivo, via financiamentos, à produção de grãos, mudou completamente o cenário rural e agrário, especialmente no Norte do Estado. A modernização da agricultura e avanço da agroindústria a partir das décadas de 1960/1970 contribuíram para o empobrecimento do pequeno produtor de base familiar e para o intenso êxodo rural experimentado pelo Paraná. Diante de tal quadro, o capítulo trabalha a hipótese de

que o Estado desenvolveu um modelo associado e dependente que favoreceu a modernização conservadora e manteve a estrutura fundiária inalterada, ao contrário, aprofundando a distância entre pequenos e grandes produtores e não revertendo o processo de êxodo rural.

A história agrária do Brasil, a partir do século XX, apresenta a continuidade do modelo fundiário anterior, com a valorização da propriedade da terra, onde ser proprietário, muitas vezes, foi ou é mais importante do que produzir e um forte pensamento patrimonialista. Diante disso, pouco se viu, no século passado, alguma ação efetiva para tentar reduzir as desigualdades no campo. Assim, esta também é a história da modernização agrícola e de exclusão de grande parte das famílias camponesas descapitalizadas.

É importante contextualizar o período de adoção dos pacotes tecnológicos modernizadores na agropecuária brasileira e paranaense e mostrar quais foram os impactos das políticas públicas na estrutura agrária do Estado. É a partir dos termos de comparação com esse período, principalmente, que será analisado o projeto 'Paraná 12 Meses' nos próximos capítulos. Faz-se necessário mostrar quais foram os efeitos da modernização conservadora, tanto para a agricultura em geral como para os pequenos produtores em particular.

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil apresentava economias regionais mais inseridas na lógica do mercado externo do que articuladas entre si, em território nacional, segundo Piori et al (2012). O domínio era da economia cafeeira, com influência das oligarquias do setor sobre as políticas de Estado.

Até a década de 1930, a estrutura agrária brasileira não mudou e o País ainda vivia ciclos monoculturais por indução de fatores externos, de onde se originaram os ciclos como do açúcar, borracha, cacau ou café (FURTADO, 1991), que neste período dominava o setor rural. Mas a cafeeira foi afetada diretamente com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929. Ainda assim, na terceira década do século passado a produção de café era a principal atividade voltada para a exportação, o que teria efeitos diretos no Paraná, já que a região Norte se tornara grande produtora do grão.

A constituição de institutos demonstrava, também na era Vargas, mais uma vez, a opção governamental pela produção de determinadas culturas voltadas para o mercado externo ou abastecimento dos centros urbanos, a maior parte produzida nas grandes propriedades. Assim, surgiram o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA),

Centro do Trigo Nacional do Banco Brasil (CITRIN), Instituto Brasileiro do Café (IBC), entre outros. Ao mesmo tempo, começou um processo de diversificação de culturas no campo e a urbanização do país, com as políticas econômicas centradas na industrialização e aplicação de tecnologias no meio rural. Tal medida manteve a estrutura agrária inalterada, com a manutenção de grandes propriedades exportadoras ou produtoras de gado de corte e ampliou o êxodo rural.

A urbanização ocorreu com a instalação da política de industrialização por 'substituição das importações', segundo Priori et al (2012), que tinha como objetivo, atender o mercado local, fornecendo bens de consumo. Se o projeto alterou as indústrias e as cidades, por um lado, por outro, manteve as mesmas formas de exploração da agricultura. Segundo os autores, entre as décadas de 1930 e 1960, as tecnologias para o campo pouco se modificaram. A introdução da mecanização ou uso de novos insumos agrícolas nas lavouras ocorriam a passos lentos e sem, necessariamente que a racionalização levasse a uma unidimensionalidade, como destacaria Marcuse (1973).

2.1 CAMPONÊS OU AGRICULTOR FAMILIAR: CONCEITOS E PARADIGMAS

O campesinato, que sempre foi relegado, começava a buscar seu espaço no cenário nacional. A luta pela terra e pelos direitos sociais dos pequenos agricultores ao longo do século XX, especialmente a partir da segunda metade, também foi reforçada no campo teórico, com posições antagônicas buscando uma abreviatura linguística que melhor legitimasse as ideias de classe ou a desconstrução da afirmação do campo ideológico oposto. Cada lado apresenta de forma mais intensa os conceitos de camponês ou agricultor familiar, dependendo do posicionamento defendido, ora colocados como objetos completamente diferentes, ora como sinônimos, como define Fernandes (2004).

Com a ampliação das lutas no meio rural e ação dos partidos de esquerda, principalmente do Partido Comunista do Brasil (PCB), a politização conceitual ficou cada vez mais forte, segundo Altafin (2005). A partir disso, se adotou definitivamente o termo 'camponês' por movimentos contestatórios da estrutura fundiária nacional. De outro lado, toda grande propriedade passou a ser denominada de latifúndio. Para Martins (1986), essas duas palavras são expressões políticas, acima de tudo, já que definem posicionamento em relação às formas de produção capitalistas.

A partir dos anos 1970, com a forte entrada do capitalismo no meio rural, passou-se a levar em consideração a existência de trabalho assalariado ou eminentemente familiar para tal definição. Daí resultou a oposição entre estabelecimentos empresariais, com funcionários remunerados e familiares, distanciando-se da polarização entre pequenos e grandes, com regras pautadas somente no tamanho da área ocupada. Segundo Altafin (2005), a discussão política em respeito à agricultura familiar apresenta autores que consideram essa como uma nova categoria, surgida das sociedades capitalistas desenvolvidas. Outros defendem ser um conceito que está em evolução e que tem raízes históricas no Brasil.

A opção pelos negócios agroindustriais ampliou a ruptura entre inseridos nos projetos “modernizadores” e os excluídos (ALTAFIN, 2005). Assim, entre o final dos anos 1970 e início dos 1980 ganhou força a polarização entre as noções de agricultura familiar e camponesa. A autora diz que a integração à agroindústria era analisada como uma forma disfarçada de assalariamento do produtor, isso devido ao controle exercido pelo agronegócio, que tirava toda autonomia do homem e da mulher do campo. Ao mesmo tempo, os camponeses estavam a caminho da proletarização, algo muito próximo da ideia de unidimensionalidade.

Wilkson (2000) atribui à corrente agroindustrial, distinções apresentadas entre a pequena produção tradicional e o produtor tecnificado, o que ocorreu, principalmente no início da década de 1980, quando foi difundida a categoria de produtor familiar, em ruptura com noções do campesinato, “como o esteio da agricultura moderna nos países industrializados e mesmo da sua dinâmica macroeconômica” (2000, p.2). A chamada ‘produção familiar’ seria vista por essa linha de pensamento agroindustrial como aquela com melhor capacidade de distribuição de renda e eficiente para o abastecimento alimentar.

A discussão se torna cada vez mais política diante da situação de integração ou exclusão a um modelo altamente relacionado ao capitalismo transnacional. Fernandes (2004) nota que aqueles que adotam o conceito de ‘agricultura familiar’, com forte consistência teórica, não usam o termo camponês. Por outro lado, pesquisadores que se utilizam da abreviatura linguística camponês, também chamam pequenos produtores de agricultores familiares, mas como categoria e não de forma conceitual. Para o autor, também é possível, nesse caso, chamá-los de pequenos produtores ou pequenos agricultores. De qualquer forma, é necessário deixar claro o campo teórico (BORDIEAU, 2007) que se vai trilhar.

A crítica dos campos alinhados mais à esquerda ao uso da abreviatura linguística de 'agricultura familiar' denuncia, ainda, que está tenta trazer uma compreensão do camponês não integrado ao agronegócio como o atrasado, o arcaico, o antigo. Enquanto isso, a agricultura familiar representaria o moderno, o progresso (FERNANDES, 2004). Como os governos de direita, em políticas públicas para pequenos produtores, passaram a adotar a nomenclatura 'agricultura familiar', principalmente como forma de se afastar dos movimentos sociais camponeses, a perspectiva se tornava cada vez mais de política econômica.

Segundo Fernandes (2015), há um confronto de interesses do campesinato, das corporações e dos governos. Dessa forma, para o Ministério da Agricultura e o setor agroindustrial, o agronegócio funciona como uma totalidade unidimensional das atividades no campo, enquanto para os movimentos sociais camponeses, esse setor representa as corporações capitalistas focadas na produção de commodities voltadas para a exportação. Movimentos como a Via Campesina, consideram que são os camponeses os responsáveis pela produção de alimentos para o mercado local, formando, assim, outra lógica (FERNANDES, 2015). Historicamente, o autor também considera que o Estado Brasileiro sempre se postou ao lado da agricultura capitalista. Por exemplo, definindo o setor apenas como agricultura: "Definir todos tão somente como agricultores, eliminando o caráter de classe, esconde as diferenças constituídas pelas relações de poder que produzem as desigualdades" (FERNANDES, 2015 p. 89).

Para Fernandes (2004), o conceito de camponês se contrapõe diretamente ao modelo econômico capitalista, isso, principalmente a partir dos anos 1990, com o governo alinhado aos organismos internacionais. Assim, a integração dos produtores ao agronegócio, incentivado por programas federais e estaduais, levaram à adoção, por parte de muitos pequenos produtores, de tecnologias modernas e atrelamento ao mercado agroindustrial, em muitos casos. Por outro lado, Lamarche (1993) considera que há diferentes níveis de adequação ao mercado que podem ser considerados como escalada do camponês até a categoria de agricultor familiar. Para ele, propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.

Diante do debate, os governos surgem com definições normativas sobre o tema. Nesse sentido, lembra bem Altafin (2005), é feito o uso operacional do conceito de 'agricultor familiar' na aplicação de muitos programas e projetos, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Governo

Federal. Assim, busca-se homogeneizar um grupo que é heterogêneo. Mesmo no Paraná, na década de 1990, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), para a aplicação de políticas públicas, considerava como agricultor familiar aquele com área inferior a 50 hectares (PARANÁ, 1996). Quanto à renda, prioritariamente, nesse caso, deve se originar das atividades econômicas vinculadas à terra, com a mão de obra sendo basicamente da família.

Mais adiante, já no governo Lula da Silva, as ideias mercadológicas acabaram por se sobressair e, em 2006, portanto depois do período analisado nesta tese, é sancionada a Lei 11.326/06 (BRASIL, 2006), pela qual o Governo Federal enquadró os agricultores familiares como um segmento produtivo. A Lei diz que estabelecimento familiar é aquele com área de até quatro módulos fiscais (unidade-padrão para todo o território brasileiro) onde deve predominar o uso de mão de obra da própria família nas atividades econômicas. Ou seja, legitimava regras que já vinham sendo utilizadas anteriormente em outros programas e projetos.

A discussão, nesses casos, estabelece uma contraposição direta entre agricultura familiar e agricultura empresarial, sem nenhuma menção ao discurso político social, ou seja, trata-se de categorização capitalista e não das diferenças entre agricultura camponesa e agricultura familiar. A crítica ao conceito 'agricultura familiar' feita por movimentos como o MST e de organizações de classe, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) se baseia na forma de produção e ao que seria a submissão de tal público ao agronegócio. Assim, pesquisadores alinhados a essas ideias rechaçam o modelo adotado e definem o pequeno produtor como um camponês.

Pode-se concluir que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Segundo Wanderley (1996), existe um modelo camponês clássico, não vinculado ao agronegócio. Esse produtor está arraigado à tradição e constrói daí o futuro. O trabalho desenvolvido é mais independente, tanto na tomada de decisão do que produzir como na forma de trabalhar e negociar insumos e produção. O camponês tem certa autonomia para deliberar sobre o uso do seu tempo e o bem-estar da família. Assim, decide também o que plantar e, num sistema de 'policultura', tira sua subsistência e excedente para comercialização, geralmente feita no mercado local (WANDERLEY, 1996).

Nesse sentido, a agricultura familiar integrada ao agronegócio, se afasta do modelo tradicional de pequena propriedade. Assim como todo sistema agroindustrial, esse produtor se integra a um mercado maior, até mesmo exportador, e sua produção, igual à do latifúndio moderno, se desloca do território local. O sítio que habita o imaginário geral deixa de existir em unidades integradas e se torna dependente de toda uma estrutura mercadológica transnacional, em outro campo, do produtor reificado (LUKÁCS, 2003) como peça de um sistema de unidimensionalidade do trabalho no campo.

Neste trabalho, portanto, o termo 'agricultura familiar' deve aparecer de maneira conceitual, referindo-se a essa integração política feita pelos governos paranaenses. Para se referir ao campo do pequeno estabelecimento rural, a opção principal se dará pelo uso de 'pequeno produtor' ou pequena produção, que engloba toda categoria atendida pelo 'Projeto Paraná 12 Meses', desde o produtor de subsistência até aqueles ligados ao mercado. Camponês ou agricultor familiar deverão ser utilizados como sinônimos de pequeno produtor.

2.2 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO

Na articulação entre categoriais sociais e governantes são tomadas decisões como a que levou ao processo de urbanização do país, com reflexos para o campo. As opções dos governos e da sociedade ou mercado, a partir de determinados critérios, direcionam os ciclos e acontecimentos econômicos localizados no tempo e espaço. Por isso, as políticas públicas devem ser compreendidas para se entender, também, os rumos dos acontecimentos. Como diz Fernandes (2015), é preciso conhecer as posturas dos governos, sejam eles municipal, estadual ou federal. No caso da agricultura, é necessário também analisar as corporações do agronegócio nacional e multinacional e dos movimentos camponeses, já que estes vão tencionar as grandes questões com os governos. Nesse sentido que Souza (2006) explica que políticas públicas são as ações do Estado, organizadas e planejadas, que têm como objetivo atender às necessidades e demandas do conjunto ou de determinado grupo da população, desenvolvidas com a aplicação de recursos públicos. De acordo com a autora, tais ações surgiram na Europa, a partir de trabalhos que se baseavam em teorias que explicavam o papel do Estado e, em consequência, do governo.

A introdução de programas de políticas públicas nos Estados Unidos e Europa ganhou força a partir da Guerra Fria, na segunda metade do século XX. Foi

uma forma encontrada pelas grandes economias ocidentais de dar respostas às necessidades sociais e servia como propaganda anticomunista (SOUZA, 2006).

Está claro que as políticas públicas sofrem influências de partidos políticos, da mídia, de grupos de interesse e de movimentos sociais que vão impactar nos resultados e efeitos. Di Giovanni (2009) afirma que as decisões são tomadas obedecendo a ordens de interesse, como políticos, econômicos ou de reprodução social. As medidas tomadas interferem diretamente na sociedade em geral e na economia. O Estado pode, então, com base em governos democráticos, mediar os conflitos entre tecnologias, por mercados ou condições de desenvolvimento a partir das políticas públicas (FERNANDES, 2015).

O modelo definido para as políticas vai depender da forma como se observa o objeto e se é um problema que precisa ser enfrentado. Por conta disso, muitas vezes há mais foco em algumas questões do que em outras (SOUZA, 2006). Decisões de como se aplicar recursos públicos, leis ou outras medidas, não são tomadas apenas de uma maneira técnica. Di Giovanni (2009) explica que as políticas públicas estão cada vez mais presentes nas sociedades contemporâneas democráticas, mas ainda convivem, em muitos lugares, com outras formas de ação política, como o corporativismo, o mandonismo local, o coronelismo e o populismo. É comum, inclusive, a coexistência de tais formas em um mesmo espaço.

No Brasil, as políticas públicas e a instituição de um estado de bem-estar social, que deriva de tais ações, começaram no primeiro governo Vargas (1930-1945). Antes disso, segundo Kerstnetzki (2012) prevaleciam os contratos individuais com o Estado servindo para “manter a ordem”, ou o Estado que dá garantias de proteção à propriedade (LOCKE, 2001), como o Código Civil de 1916. As primeiras iniciativas de proteção social ocorreram para atender servidores do Estado, tanto os civis como os militares, isso ainda nas últimas décadas do século XIX. Na sequência, os benefícios começaram a ser estendidos também para funcionários do setor industrial e do comércio, o que ocorreu durante toda a primeira metade do século XX. Tais medidas se limitavam a oferta de seguros coletivos para a manutenção da renda dos trabalhadores e de suas famílias (KERSTNETZKI, 2012).

Os movimentos sindicais que atuavam nas primeiras décadas do século XX tiveram papel importante na conquista de benefícios. Depois disso, políticas públicas foram sendo adotadas, voltadas principalmente para o meio urbano, caracterizando-se em uma estratificação social que se baseava na institucionalização de categorias

profissionais urbanas, principalmente da indústria. Ainda na 'Era Vargas' percebe-se a exclusão de indivíduos que estão em uma condição que Kerstnetzki (2012) chama de pré-mercantil, entre eles, e principalmente, os rurais. Com isso, uma grande massa, uma vez que a maioria dos brasileiros vivia no campo, foi excluída de processos como de regularização do trabalho e acesso à previdência. Em 1940, por exemplo, cerca de 70% da população brasileira se encontrava no meio rural. Portanto, boa parte desses excluídos era formada por famílias camponesas. Políticas públicas voltadas para tais grupos só surgiram a partir de cobranças sociais feitas por organizações sindicais ligadas aos camponeses.

2.2.1 Reflexos das políticas públicas na condição agrária paranaense

Ao longo de todo esse período, as políticas públicas ou políticas de governo impactaram no desenvolvimento nacional e, também, no território paranaense. O Paraná começou o século XX ainda com vastas áreas praticamente desabitadas, mas em apenas 60 anos, até a década de 1960, todo território já estava ocupado, o que significou uma ampla mudança na estrutura fundiária e agrária do Estado, condicionada por políticas que incentivaram a colonização de largas extensões de terras devolutas. O número de estabelecimentos rurais saltou de 89.461, em 1950, para 554.488, em 1970, segundo o IBGE, o que levou a que muitos considerassem que ocorreu uma revolução agrária no Paraná, neste período (CUNHA, 2003).

Se as colonizações estrangeiras permitiram que houvesse certa alteração nos tamanhos e funções dos estabelecimentos do Paraná Tradicional, no século XIX, ampliando, a produção de alimentos, a colonização com migrantes brasileiros trouxe outra dinâmica, com a participação de empresas privadas atuando na venda de áreas. Tal medida fez com que as regiões Norte e Oeste ganhassem características mais voltadas para a produção comercial/capitalista no meio rural, além da ampliação do percentual de pequenos estabelecimentos rurais. Nessa época, nas regiões de colonização mais antiga, ainda persistiam algumas formas tradicionais de produção, como é o caso das grandes propriedades dos Campos Gerais, que continuavam a praticar, principalmente, uma pecuária extensiva.

De seu lado, os pequenos produtores, que sempre estiveram excluídos das políticas de governo, buscaram a conquista de espaços, principalmente pelas Ligas Camponesas. Tais movimentos tiveram grande importância em outras regiões, como

no Nordeste, nos momentos de grande concentração de terras e aumento das desigualdades sociais (MARQUES, 2008). As ligas camponesas começaram a ser formadas a partir de meados da década de 1940, segundo Fernandes (2000), como forma de resistência camponesa à expropriação e expulsão da terra, além do processo de assalariamento. As ligas foram criadas em quase todos os Estados e reuniam camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros. Tais estruturas contavam com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas ações que consistiam em ocupações em defesa da reforma agrária. As ligas foram violentamente reprimidas quando o governo Dutra, em 1947, declarou o PCB ilegal. Depois foram aniquiladas com o golpe militar de 1964 (FERNANDES, 2000).

As ligas chegaram ao Paraná a partir de conflitos com empresas de colonização, na década de 1950, no Norte e no Sudoeste do Paraná. A ação de partidos de esquerda e do operariado influenciaram a organização no campo (ALTAFIN, 2005) exatamente quando as políticas públicas focavam na chamada modernização da agricultura. Os problemas vinham desde duas décadas antes. Segundo Priori (2012), na década de 1930 o Paraná contava com 5,9 milhões de hectares em litígio, principalmente por conta da grilagem de terras no Estado.

Também na década de 1930, o Brasil começou a avançar, ainda que devagar, no processo de industrialização, inicialmente para substituição das importações e depois com diferentes modelos de atração de capital externo. As transformações tiveram reflexos no campo. Tais operações significam a utilização de insumos industrializados, como sementes melhoradas, fertilizantes, defensivos e mecanização das lavouras. A modernização submeteu a agricultura à indústria na entrega de pacotes completos para a produção e na imposição do que plantar, absorvendo ainda o produto cultivado para a transformação, fazendo da lavoura uma extensão da fábrica.

A revolução verde começou no início do século XX em países centrais, industrializados, da Europa, e nos Estados Unidos. No Brasil, o uso de tecnologias modernas começou no Sul/Sudeste, lentamente, com a aquisição de tratores e insumos por alguns produtores. De acordo com Silva (1981), a industrialização era apresentada como uma “fórmula milagrosa”, para gerar desenvolvimento agrário.

Percebe-se que na década de 1950 havia um entusiasmo governamental pela urbanização do Brasil e pelo incremento da industrialização a partir da atração de capital estrangeiro, especialmente concentrado no Sudeste do País. Dessa forma,

era preciso ampliar a produção agrícola que daria sustentação ao modelo e o desempenho do setor era considerado insatisfatório, o que ajudava a aumentar a pressão pela reforma agrária. Por isso, dentro das políticas então desenvolvidas, a agricultura se tornava parte do projeto de urbanização do país (PRIORI et al 2012).

A estrutura agrária brasileira não assimilava as modernas técnicas agrícolas, segundo Gonçalves Neto (1997). Portanto, na visão governamental, era preciso modificar rapidamente o setor para apresentar maior eficiência. Por conta disso, todos os mecanismos utilizados pelo governo, de acordo com o autor, foram direcionados para a lógica da modernização. A partir da década de 1950, as novas tecnologias começaram a aparecer no campo, mas foi depois de meados da década seguinte que o processo dominou todas as propostas para o meio rural. Priori et al (2012) destacam que o Estado se responsabilizou por desenvolver políticas de cunho macroeconômicos que aperfeiçoassem tecnologicamente a agricultura brasileira, o que ajudou no processo de modernização conservadora do setor rural.

Entre as décadas de 1950 e 1960 foram registradas importantes mudanças qualitativas no setor agrícola brasileiro. Nesse período, nas grandes propriedades, começaram a ser encontradas culturas tecnificadas, dentro do processo de atrelamento da agropecuária à indústria e com participação efetiva da ampliação de crédito e das pesquisas estatais (ROLIM, 1995). Tais medidas, como destaca Silva (1981), mostram que há no País, desde o início, uma forte aliança entre o capital industrial e a grande propriedade, derrotando qualquer possibilidade ou proposta de democratização da terra. No meio disso, o Estado participa oferecendo o principal instrumento de efetivação, que é o crédito rural, sempre privilegiando o grande produtor, que tem a terra como garantia e outras facilidades junto aos bancos. Dessa forma, o patrimonialismo foi se apoderando dos benefícios do que seria a 'modernização' proposta pela 'revolução verde'.

Assim, são ocupadas novas áreas e transformadas outras tradicionais. As mudanças na agricultura paranaense, com implantação de áreas de soja e ampliação das áreas de trigo, fazem parte das decisões políticas da época, quando quase todos os insumos ditos modernos eram importados (DELGADO, 2012).

O Plano de Metas (1956-1961) do Governo Federal inseriu a alimentação entre os setores a receber incentivos, junto com energia, transporte, indústrias de base e educação. A agricultura, então, se encontrava relativamente marginalizada, se comparada com o processo de desenvolvimento urbano-industrial. As metas

permitiram aumentar o número de máquinas e implementos na agricultura nacional. De acordo com Silva (1981), nessa época se instalaram no país as principais indústrias de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas. A agricultura se constituía cada vez mais no mercado não de bens de consumo, mas de meios industriais de produção. Delgado (2012) destaca que houve, na época, aumento na frota de tratores e consumo de fertilizantes, porém de forma tímida, se comparado com os níveis europeus e norte-americanos. De acordo com levantamento do IBGE, o país contava com 8.372 tratores em 1950. Dez anos depois, em 1960, já eram 61.345 máquinas, um crescimento acima de 700% (DELGADO, 2012).

Para incentivar tais práticas, o governo federal, através dos bancos públicos, passou a oferecer crédito acessível e preço mínimo. Isso permitiu o aumento na produção e produtividade das lavouras sustentada pelos subsídios estatais (SILVA, 1981). As medidas beneficiaram a produção de larga escala nas grandes propriedades, o que mais uma vez favoreceu a concentração de renda. Ou, como afirma Silva (1981), as políticas de estímulo à adoção de novas tecnologias não atingiram as pequenas unidades agrícolas, principalmente aquelas que se dedicavam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

2.2.2 Extensão rural e modelo difusionista chegam ao Paraná

Crédito e pesquisa não estiveram isolados entre as políticas públicas adotadas na segunda metade do século XX. Nessa época também começaram a funcionar as empresas de extensão rural, com um perfil difusionista, como critica Freire (2001). No Paraná, em 1956, o governo do Estado firmou convênio com o governo estadunidense para implantação de um programa de Extensão Rural e Economia Doméstica. O convênio envolveu a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, Departamento de Fronteiras, Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e o Escritório Técnico de Agricultura – ETA.

O objetivo do projeto, de acordo com Odílio Sepulcri³ (2005), era dotar o Estado de um programa de extensão agrícola que envolvia aumento de produtividade, de produção e da renda dos agricultores. Com isso, também tinha como objetivo, descrito nos documentos, melhorar a qualidade de vida da família

³ Sepulcri foi extensionista da Acarpa/Emater por 47 anos, de 1966 a 1969 (Acarpa) e de 1974 a 2016 (Acarpa/Emater) e vivenciou de dentro da estrutura a formação da extensão rural paranaense.

rural. Percebe-se que nesse momento havia um enfoque primordial na agricultura familiar. O Serviço do ETA começou com seis escritórios locais (SEPULCRI, 2005).

Ainda de acordo com Sepulcri (2005), em 1959 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa), que passou a funcionar paralelamente ao ETA - Projeto 15. O estatuto da Associação, no contexto filosófico e doutrinário, bem como na forma de atuação, também era influenciado pela experiência estadunidense, segundo o autor. Já na etapa de treinamento dos extensionistas o modelo era repassado aos profissionais, para que compreendessem bem o propósito de tal trabalho. Percebe-se aí a discussão difusionista freiriana (2001).

Gradativamente, a Acarpa foi assumindo as funções do projeto, até incorporar totalmente o ETA – Projeto 15. O objetivo era realizar um trabalho de assistência técnica e extensão rural com foco, novamente, no aumento da produção e melhoria das condições sociais e econômicas da população rural paranaense (SEPULCRI, 2005). Ao longo do período, a Acarpa foi sendo ampliada até atingir todos os municípios do Estado. As principais atividades que eram então desenvolvidas tinham como foco o fomento produtivo, com ações voltadas ao solo, como conservação, correção de acidez e adubação, até o controle de pragas com o uso de agrotóxicos, além do incentivo à mecanização. Buscava-se o melhoramento das culturas no sentido de aumentar produtividade. No setor da pecuária, melhoramento de pastagens e sanidade animal figuravam entre as principais atividades. A Acarpa também realizava um trabalho de orientação para a administração rural.

Até o início dos anos 1960, os pequenos produtores do Sul do Brasil produziam em suas terras basicamente para a subsistência, dentro de uma lógica camponesa de tomada de decisões, tecnologias próprias e voltados prioritariamente para o abastecimento do mercado local. Foi nesse contexto que se instalou a extensão rural no Paraná. Os produtores conseguiam quase todos os gêneros alimentícios necessários para a manutenção da família. A exclusão que foi gerada pelas novas tecnologias da modernização conservadora e a sedução pelo consumo, típico do período, ajudaram a alterar tal quadro.

De certa forma, as tensões e disputas conseguiram, também, colocar na pauta governamental a questão das políticas públicas para o pequeno produtor entre as décadas de 1950 e 1960. A partir do Estatuto da Terra (Lei número 4.504/1964),

promulgado em 30 de novembro de 1964, já no regime militar, aconteceram importantes conquistas da agricultura familiar/camponesa.

Medidas contidas em artigos do Estatuto criaram regras para a reforma agrária e para as políticas agrárias e agrícolas. Segundo o Boletim IPEA (2015), o documento garantia um caráter distributivo da terra, com foco na agricultura familiar. Por outro lado, consolidava o pensamento único do modelo capitalista, no campo, ao adotar lógicas de mercado, principalmente no que diz respeito à produção vinculada à indústria, nas tecnologias e na destinação do produto final para a agroindústria, transformando a lavoura em extensão da fábrica, que demonstram a afirmação do processo unidimensional.

Pouco antes, mesmo com pesquisas de opinião indicando que 70% da população era favorável à reforma agrária, a determinação do Governo Goulart em avançar nesse campo esteve na raiz do golpe militar de primeiro de abril de 1964, já que contrariava interesses oligárquicos. Oliveira (2007) lembra que o discurso da Central do Brasil, onde Goulart afirmava que faria a reforma agrária, ocorreu imediatamente antes do golpe. O Estatuto da Terra, implantado em novembro de 1964, surgiu já em um quadro político autoritário. Ainda assim

Estabeleceu uma definição de reforma agrária que presumia uma modificação do regime de posse e uso da terra, e propôs princípios legais que superavam a regra mercantil fixada pela Lei de Terras de 1850 – pela qual a compra era a via exclusiva de acesso à terra – e confrontavam a tradição privatista, adotada no Código Civil de 1916, que concebia a existência do Estado a partir da necessidade de proteger a propriedade privada, entendida como direito fundamental da pessoa. (IPEA, 2015 p. 357)

O Estatuto colocou a terra como bem público, que pode ter intervenção do Estado. Relacionava o homem com a propriedade e seu bem-estar social, além de apontar para uma possível justiça social, com a redução de minifúndios incapazes de garantir sustento para a família e latifúndios improdutivos, ou seja, os dois extremos. O problema é que o estatuto praticamente não saiu do papel. A revolução verde indicou outros caminhos e as ideias de redistribuição equitativa da terra ficaram só na retórica após o golpe militar.

O caminho a ser tomado foi alvo de intensas disputas pelo direcionamento das políticas públicas. Apareceram duas posições e o resultado acabou por ser autoexplicativo sobre os destinos agrários do País a partir de então. De um lado

estava Celso Furtado e a Escola Cepalina⁴, cuja posição era de que o papel central do campo deveria ser a oferta de alimentos e, assim, atender a demanda da cidade e da indústria. O objetivo era, também, mostrar que a estrutura agrária nacional era extremamente concentrada e se limitava ao processo de industrialização do País (SILVA, 1981). Nesse sentido, tornava-se importante a reforma agrária e a superação do modelo latifundiário, focado na monocultura de exportação. De outro, a posição funcionalista de Delfim Neto – que viria a ser figura central do setor econômico da ditadura militar - e outros seguidores que repudiavam essa tese, considerando que não era necessário mexer no modelo fundiário e que esse dava conta de responder às demandas urbanas por produtos do campo (leia-se, especialmente, a indústria), visão totalmente concatenada com o modelo político vigente, de total controle do Estado pelas forças da elite nacional. Era, segundo o IPEA (2015), uma posição apenas econômica e não agrária. O papel do campo era fornecer alimentos e matéria-prima para a indústria que, segundo Silva (1981), criava seu próprio mercado pelo processo de ampliação da fronteira agrícola e de urbanização da população, anteriormente dedicada a atividade agropecuária.

Guimarães (2009) destaca que o pensamento nas esferas do poder era de que se a estrutura agrária era capitalista e assim funcionava, não havia por que revolucioná-la ou reformá-la. Tratava-se de uma estratégia apenas evolucionista, segundo o autor, de desenvolvimento gradual, sem reformas, tudo baseado em premissas falsas. Restaria manter as estruturas inalteradas e injetar nela mais capital o que deixava o trabalhador em posição muito desfavorável (PRADO JÚNIOR, 2011).

O governo militar manteve o diagnóstico que apontava o setor agrícola com adjetivos negativos: ‘atrasado’, ‘retardatário’ e com baixa produtividade (NETTO, MELO e MAIA, 2010). Mesmo reconhecendo que a estrutura fundiária era desigual e em parte responsável pelo diagnóstico, a ditadura decidiu ir contra a reforma agrária. “A escolha deste ou daquele caminho foi uma questão eminentemente política e, enquanto tal, só pode ser desvendada à luz dos conflitos que permearam a história recente da sociedade brasileira” (SILVA, 1981, p. 64).

Oliveira (2007) diz que a imagem que se tentava passar era de que o regime militar faria a reforma agrária, mas isso não passava de discurso para os

⁴ Que seguiam os conceitos da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL.

movimentos sociais. O ministro do Planejamento, Roberto Campos, teria garantido aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática. A história dos 20 anos de governos militares mostrou que tudo não passou de uma farsa histórica, pois apenas na década de 1980 foi que o governo elaborou o Plano Nacional da Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2007 p. 121).

Assim, a modernização conservadora do meio rural “nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária” (DELGADO, 2012, p.13). Tratava-se ainda de uma resposta à política agrícola dominada excessivamente pela prioridade do IBC à valorização cafeeira e ao regime cambial dos anos 1950. Ela foi também uma maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais do Brasil, estancadas durante quase 20 anos no nível de 1 bilhão a 1,5 bilhão de dólares por ano, segundo o autor. O Estado deu amplo apoio para o projeto de mecanização do campo, fortalecendo a via da agricultura dependente, aumento do uso de insumos químicos e de integração com a indústria. Por esse viés, o governo mantinha a estrutura fundiária intocável e ainda liberava, no entender da equipe econômica, mão de obra para a indústria urbana.

As decisões acabaram, mais uma vez, por fortalecer a grande propriedade, capaz de produzir em maior escala e com capital para isso, contando, inclusive, com o Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1967. Uma proposta unidimensional sem oposição entre a existência pública e privada, com interesses particulares sendo passados como interesses sociais (MARCUSE, 1973). A partir daí, assim como ocorreu no passado, fortaleceram-se grupos de capital agroindustrial como o sucroalcooleiro, papel e celulose, soja entre outras commodities. Os aumentos de produtividade, conforme lembra Silva (1981), continuaram restritos a determinadas regiões e produtos, ou seja, aqueles de interesse da difusão do progresso técnico.

Assim, a modernização dolorosa porque é lenta e restrita [...] capitais monopolistas controlando a venda dos insumos básicos (adubos, sementes melhoradas, defensivos) dos meios de produção (máquinas e equipamentos) e a comercialização da produção (SILVA, 1981, p. 124).

Esses processos ocorreram no período que Mandel (1982) denomina de capitalismo tardio, quando os modos de produção capitalistas tornaram as contradições ainda mais agudas. O aumento da inovação tecnológica ampliou a transferência de renda dos países em desenvolvimento para os países centrais. A ‘unidimensionalidade’ capitalista consolidou-se a partir das políticas públicas da

ditadura favoráveis ao agronegócio. A industrialização tardia dos países periféricos submeteu a agricultura à modernização conservadora, com o grande capital aliado ao latifúndio com apoio do Estado (SILVA, 1981).

Entre as principais ações do governo em favor do projeto do agronegócio estavam os créditos dos planos-safra, seguros e garantia de preços mínimos. Como nem todos tinham acesso aos recursos, o que se viu foi uma ampliação da exclusão gerada pela modernização conservadora (FERNANDES, 1987), com avanços tecnológicos e manutenção da histórica estrutura fundiária. Nesse processo se observou a adesão dos grupos de grandes produtores, com as organizações participando com pacotes tecnológicos prontos.

O Boletim do IPEA (2015) identifica o momento como uma contrarreforma agrária, que ampliou a concentração de área e renda e o êxodo rural de milhares de famílias. Conforme o relatório, em 1960, 0,97% dos estabelecimentos rurais tinham mais de mil hectares no Brasil. Esses detinham 44,15% da área agricultável. Em 2006 o percentual de propriedades com mais de mil hectares tinha diminuído apenas 0,05 pontos percentuais, para 0,92%. A concentração cresceu para 45% da área.

A análise sobre o período de consolidação da revolução verde indica um atrelamento da agricultura à indústria, sem qualquer interferência na questão agrária. Delgado (2012) percebe que o planejamento foi induzido aos mercados de produtos rurais, com desoneração de riscos estruturais aos grandes produtores nos fatores de produção ou na questão dos preços. Foi então estimulada a adoção dos pacotes tecnológicos que podiam ser vistos como sinônimo de modernidade. Mesmo o crédito agrícola surgiu atrelado ao uso das tecnologias sugeridas. Afirma-se, assim, a proposta unidimensional de desenvolvimento rural que vai, mais tarde, também ser sugerida para o pequeno estabelecimento, via políticas públicas.

Como a modernização conservadora acabou por beneficiar as mesmas oligarquias rurais de outrora, observa-se, segundo Delgado (2012), que as políticas agrícolas estiveram voltadas para as camadas pertencentes aos segmentos organizados em institutos setoriais a partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas. Para esses serviam o Sistema Nacional de Crédito Rural, política de garantia de preços, Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), pesquisa e extensão rural, entre outros. Nisso, o autor vê um “pacto agrário modernizante e conservador” (2012, p.14). A partir daí esses grupos continuaram atuando com mais vigor, já que contavam com mais recursos e dominação política.

O sistema implantado criava todo um aparato de garantia à produção de insumos e bens de capital industriais. Delgado (2012) explica que, atrelado a toda estrutura já existente e que foi remodelada, o governo incrementou ainda mais o setor, numa concepção funcionalista, que incluiu a implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural⁵, Política de Garantia de Preços Mínimos, entre outros. Na parte técnica e de pesquisa, o autor explica que o projeto de modernização conservadora reciclou institutos de fomento agrícola já existentes. Assim, criou novas instituições, como Embrapa e Embrater para dar sustentação ao processo de modernização. Para Delgado

A história econômica brasileira do período militar revelou um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público, agricultura e agroindústria e da propriedade fundiária para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura [...] fundamental na organização dos interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do estado (DELGADO, 2012, p. 91).

Os programas estratégicos e planos de desenvolvimento que vieram a partir desse momento focaram em projetos de aumento de produtividade de commodities. O 'I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1972-1974) foi primeiro documento a destacar a agricultura como um setor sem problemas estruturais ou considerar o campo atrasado. Delgado (2012) chama a atenção para o fato de a reforma agrária ter sido abolida do texto, ainda que até então o tema fosse mera formalidade. A única referência à reforma diz respeito ao Nordeste. Segundo o autor, tanto o PND I como o PND II (1974-1979) traziam a ideia de modernização com incentivos fiscais e financeiros para a agricultura. O segundo também abolia o tema da reforma agrária.

Nesse período aumentaram as áreas de cultivo de soja, cana-de-açúcar, laranja, reflorestamentos de pinus e eucalipto, entre outras culturas. Registrou-se também uma intensificação da mecanização agrícola e do número de trabalhadores assalariados (FERNANDES, 2000). Ao mesmo tempo pioraram as condições dos pequenos produtores, excluídos do processo de "modernização".

2.3 MODERNIZAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA

A partir da década de 1960 as vastas áreas agrícolas começaram a integrar um novo conceito para o campo: o 'agronegócio', aportuguesamento do inglês

⁵ Lei nº 4829 de 5 de novembro de 1965.

'agribusiness', termo surgido na década anterior, nos Estados Unidos, que compreende o fornecimento de insumos para o cultivo de produtos agrícolas pré-definidos, de interesse da própria indústria, que depois adquire a produção como matéria prima para suas fábricas. As unidades produtivas autossuficientes em quase todas as necessidades de dentro da porteira e que também atendiam a economia local foram trocadas por um modelo totalmente atrelado aos interesses industriais. Dessa forma, o que ocorreu a partir da agroindustrialização foi uma invasão cultural ou de capital no mundo rural brasileiro e paranaense (FREIRE, 1987).

Além dos produtores, os próprios executores dos programas recebem um pacote fechado de tecnologia que vem estabelecido desde as mais altas esferas (FREIRE, 2001). De acordo com o autor, as propostas não são de apoio ao homem do campo, mas de imposição de um modelo técnico. Assim, o mercado agroindustrial reduz o produtor a "meros objetivos de ação" (FREIRE, 2001, p.24).

A modernidade teria desestruturado o complexo rural e substituído insumos e maquinários antes feitos na própria localidade por produtos industrializados, naquilo que Kautsky (1980) chama de dissolução da indústria camponesa. A propriedade monocultora/exportadora sofre de um processo de afastamento da sociedade local, já que praticamente nada do que produz está relacionado a um mercado local.

A industrialização da agricultura concretizou a modernização conservadora que desestruturou os complexos rurais e consolidou os agroindustriais. Com isso, Balsan (2006) considera que os agricultores foram reduzidos às cadeias especializadas, desde latifundiários até pequenos produtores familiares cooperados ou integrados a grandes empresas industriais. Isso influenciou no modo de produção e organização das unidades produtivas. Produtos tradicionalmente cultivados em solo paranaense foram substituídos pela soja, "que se expandiu acompanhada de um pacote tecnológico fechado e alienígena, baseado na quimificação e mecanização" (CUNHA, 2015 p.52).

Cada vez mais a fazenda passou a ser produtora de commodities. Netto, Melo e Maia (2010) destacam que os produtos agrícolas perderam suas identidades e passaram a ser matéria-prima para a transformação industrial. Foi nesse momento que a soja começou a surgir com grande destaque no País, incluindo o Paraná. A partir da opção pelo grão se observava a penetração do capital industrial, cada vez mais, no campo (KAUTSKI, 1980). A agricultura, nesse sentido, atende a interesses de grupos econômicos estrangeiros, conforme destaca Guimarães (2011). Tal

sistema controla compra e venda de produtos de acordo com o que quer o mercado externo, a partir de uma rede de empresas que extraem a mais valia dos camponeses, segundo denuncia o autor. Ele inclui, na lista, multinacionais de processamento de grãos, grandes frigoríficos e outras empresas que já atuavam nesse modelo nos anos 1960.

Guimarães (2011) explica que o incremento do agronegócio não ocorreu de forma igual entre as regiões, já que algumas tiveram maior impacto da revolução verde que outros. De qualquer forma, interesses de latifundiários e do capital são os mesmos, dentro do sistema implementado no país. Dessa maneira, cabe ao setor agrícola, dentro do processo de industrialização, conforme lembra Rangel (2011), as funções de suprir o mercado de produtos de interesse do comércio exterior, além de liberar, reter ou mesmo reabsorver mão de obra, dependendo das circunstâncias.

É o caso do Sudoeste e do Norte paranaense na comparação com o Paraná Tradicional. Mas não é apenas na comparação entre regiões que os números destoam. De acordo com relatório do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul – Codesul (1978), a produção de soja, por exemplo, exige um pacote tecnológico que precisa de um aporte financeiro elevado. O mesmo ocorre com a pecuária tecnificada e suas pastagens plantadas. As duas atividades também necessitam de grandes áreas para alcançar a produção em larga escala. Assim, o capital financeiro, comercial e industrial se articularam com a produção agroindustrial que passou a beneficiar, via-de-regra, os grandes produtores, aqueles com maiores áreas e capital. O crédito rural dos programas de governo deu sustentação para a adoção de tecnologias industriais na lavoura.

2.3.1 Queda da cafeicultura e ascensão dos extensos campos de grãos

O avanço do interesse oficial, via políticas públicas, em apoiar a produção de soja no País, encontrou condições adequadas na região Norte do Paraná, onde a cafeicultura estava em crise. Até a década de 1960 o café representava 42,6% da área plantada no Paraná (PADIZ, 2006), portanto, a cultura era, na região Norte, a principal fonte de existência de pequenos produtores e trabalhadores rurais, já que boa parte do produto era plantado em pequenas lavouras e no regime de parceria. Nesse período, os reflexos dos novos tempos começaram a ser sentidos em território paranaense com a expansão de diferentes culturas temporárias. Soja, trigo

e milho se consolidavam na pauta de produtos agrícolas com introdução de tecnologias e mecanização dos campos (ROLIM, 1995).

Até meados da década de 1970, o café era o principal produto da economia paranaense. A produção cafeeira no Estado correspondia à metade da produção nacional e à terça parte da produção mundial. Na década de 1960, o Governo Federal criou o Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura. Um dos seus principais objetivos era erradicar e plantar novos pés de café para tornar a produção mais eficiente. Isso ocorreu em um momento em que o mercado cafeeiro entrava em crise (PRIORI et al, 2012). Mas, segundo Serra (2015), as grandes safras da década também contribuíram para selar o destino do setor, ou seja, a proposta não era apenas replantar, mas reduzir o número de cafeeiros. De acordo com o autor, baseado em dados do IBGE, de 1962 a 1966 foram erradicados 249 milhões de pés de café no Norte do Paraná, o que teria levado ao desemprego de 290 mil trabalhadores (SERRA, 2015).

No Paraná, a extensão rural, que já estava consolidada, foi chamada a participar e em 1966 tiveram início as atividades de erradicação de cafezais por parte da Acarpa/Emater, em convênio com o IBC (Sepulcri, 2005). Assim, ao se eliminar pés antigos de café, não foi o replantio a principal proposta, mas sim a diversificação da produção agrícola. O estímulo principal era para a produção de soja de forma integrada com o setor agroindustrial.

Com a política de erradicação, as lavouras de café tiveram uma redução de 59% em 15 anos, entre 1970 e 1985, segundo Priori et al (2012). No lugar dos cafezais, o que se via agora eram vastos campos de soja no verão e trigo no inverno, sem contar o incremento da área de pastagens, na ordem de 32%, no mesmo período, no Norte e Noroeste. Serra (2015) descreve o cenário que se via

É como se passasse uma borracha sobre as marcas da colonização. No lugar das tradicionais lavouras de café surgem as lavouras mecanizadas de soja, trigo e milho, e as pastagens plantadas para pecuária de corte; no lugar do paiol de telha e do terreiro surgiram os silos e secadores; no lugar das lavouras diversificadas, que garantiam uma relação com o mercado e a subsistência dos trabalhadores, as lavouras especializadas, direcionadas para o mercado; no lugar da horta, do pomar, do galinheiro e da cocheira, os depósitos de máquinas e de venenos agrícolas (SERRA, 2015 p.26)

O autor lamenta que toda estrutura anterior, construída em um período não superior a quatro décadas, foi destruída para o avanço do agronegócio. A mudança de uma fase a outra ocorreu de forma muito rápida e quem sofreu os efeitos foi o

trabalhador rural, proprietário ou não. Em menos de cinco anos, a partir da geada de 1975⁶, a concentração fundiária já era uma realidade no Norte do Paraná. Serra (2015) destaca que alguns produtores, assediados pelos bancos, decidiram tentar a sorte, financiar tratores e se aventurar no cultivo da soja, dentro de um modelo desenvolvido para a grande propriedade. A maioria deles não deu conta de pagar ao banco e perdeu a pouca terra que tinha. Portanto, a política de erradicação do café representou desocupação de grande parte da mão de obra (PADIZ, 2006).

Exatamente por já ter uma concepção capitalista de produção e um cultivo do café em baixa, o Norte foi por onde iniciou a revolução verde no Paraná. Depois, segundo Cunha (2015), se estendeu em direção a outras regiões, de acordo com as condições de adaptação tecnológica. Para isso, foram implantadas políticas públicas de incentivo à sojicultura, que incluíam créditos agrícolas generosos. Já na década de 1970 cresceu o plantio de soja e trigo e a produção de alimentos para consumo in natura e café reduziram. De acordo com a análise feita pelo Codesul (1978), no final daquela década não havia tanta disponibilidade de terras no Paraná. Portanto, a hipótese levantada no relatório é de que a expansão das áreas de grãos e pastagens se deu em detrimento de outros produtos e, também, da concentração fundiária, o que pode ser confirmado pelo elevado êxodo rural do período. O próprio relatório aponta para um 'novo momento' na utilização da terra no Estado.

Pode-se perceber a expansão da produção de tipo capitalista, que se apresenta basicamente responsável pelos produtos essencialmente comerciais, como soja, trigo, algodão, cana-de-açúcar e parte da pecuária de leite. A característica fundamental deste tipo de produção e uso mais intensivo de capital, tanto para compra de insumos máquinas e terras como na contratação de trabalhadores, que entram no processo produtivo com apenas sua força de trabalho, recebendo somente o salário como remuneração (CODESUL, 1978 p. 188).

Nesse período, a agricultura do Estado, de uma forma geral, se encontrava em transição. A análise feita no relatório do Codesul (1978) é de que podia, naquele momento, estar se acelerando o 'movimento modernizador', onde a forma de produção que é típica da agricultura camponesa não encontrava espaço no modelo capitalista. O pequeno produtor não tinha recursos ou crédito para se inserir na proposta industrial e aquilo que ele produzia, tradicionalmente, não interessava à nova estrutura de industrialização. O mesmo relatório concluiu que o Paraná, naquela época, era um estado de uma agricultura diversificada, sem vocação

⁶ Em julho de 1975 uma forte geada dizimou os cafezais do Norte do Paraná, praticamente acabando com a cafeicultura na região, naquele período.

monocultora, mas essa era uma característica dos pequenos produtores, policultores. Foi exatamente a partir da expansão das commodities que o quadro começou a mudar. Entre os anos de 1960 e 1980 observou-se grande incremento no cultivo de soja e trigo, principalmente, conforme se observa na tabela abaixo.

TABELA 1: Crescimento da área colhida entre 1960 e 1980

CULTURA	Entre 1960/70 (%)	Entre 1970/80 (%)
Feijão	106,6%	3,2%
Milho	123,2%	15%
Arroz	123,6%	-13,4%
Trigo	248,6%	456,3%
Soja	5.913,3%	695,5%

Fonte: Codesul (1978)

Como se pode observar, a soja era a novidade da agricultura paranaense durante a década de 1960, com um crescimento de quase 6 mil por cento, índices que estão calcados na introdução da cultura no Estado. Mas mesmo na década posterior o crescimento foi impressionante, chegando a quase 700% de aumento da área. Mesmo o trigo, que ocupava os campos após a colheita da soja, no inverno, teve a área aumentada em duas vezes e meia. Outras importantes culturas de grãos também tiveram crescimento sensível, mas nada comparado com a soja. Como as fronteiras agrícolas do Estado, no período, já estavam praticamente tomadas, a análise do Codesul é de que tal crescimento se deu em detrimento de outras lavouras. Mas é importante destacar que a área ocupada continuava em expansão nos 10 anos em questão. Tal crescimento não ficou restrito ao Norte do Estado, em pouco tempo a sojicultura se expandiu por todas as regiões (Fajardo, 2007).

Já na década seguinte, apenas o trigo e a soja, culturas altamente tecnificadas e industrializáveis continuaram com crescimento significativo. Milho e feijão, lavouras típicas de pequenas áreas, praticamente permaneceram inalteradas. Se for comparado com números relativos às questões fundiárias do período, a presença das culturas nos campos pode ser explicada pelo avanço da grande propriedade e recuo do pequeno produtor, que deixava o campo na época. A tabela abaixo mostra a dinâmica observada no meio rural paranaense em um período de 20 anos, entre 1960 e 1980.

TABELA 2: Total de estabelecimentos rurais, no Paraná, de acordo com a área

ESTABELECEMENTOS	1960	1970	1975	1980
Até 50 há	231.114	513.897	432.347	404.895
De 50 a 100 há	21.450	22.311	33.879	25.131
Mais de 100 há	16.482	18.245	22.531	23.886
Sem declaração de área				191
TOTAL	269.046	554.453	478.857	454.103

Fonte: Relatório Codesul (1978)

No período de 10 anos, entre 1960 e 1970, houve um intenso crescimento no número de estabelecimentos rurais, ainda como reflexo dos processos recentes de colonização das terras do Oeste/Sudoeste do Estado e da conclusão da ocupação do Norte do Estado. Já nos 10 anos seguintes foi registrada a redução de mais de 100 mil estabelecimentos de pequenos produtores rurais. O período coincide com a consolidação da revolução verde e da agroindustrialização do Paraná. Durante todos os anos, de 1960 a 1980, a grande propriedade apresentou contínuo crescimento numérico, enquanto as médias também tiveram queda nos últimos cinco anos da década de 1970. Os números são reveladores sobre a exclusão da agricultura familiar dos projetos modernizadores.

A intensificação do modelo produtor de commodities transformou a atuação no atendimento aos produtores rurais. O braço do Estado no interior das políticas públicas para o meio rural, nesse período, acompanhava a lógica determinante da agenda do agronegócio. Já que o Paraná se consolidava como grande produtor de grãos, na época, pacotes tecnológicos desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) eram difundidos pela extensão rural para incremento do setor.

2.4 AGROINDÚSTRIA CONSOLIDA A CADEIA PRODUTIVA MODERNIZANTE

Paralelamente à revolução verde, na década de 1960 começou um processo de industrialização no Paraná, o que “significou a incorporação ao parque industrial do estado de segmentos novos, que permitiram a diversificação produtiva desse setor” (CUNHA, 2003, p.12). Com isso, a produção do campo passou a ser integrada ao complexo industrial, como mercado consumidor de insumos e implementos e fornecedor de matérias-primas para processamento industrial. Nessa época, o Estado começou a receber grandes investimentos fabris em setores como de moagem de soja, principalmente no município de Ponta Grossa, nos Campos

Gerais. Em outros municípios da mesma região foram instaladas ou modernizadas grandes indústrias do setor de papel e celulose.

Mas a concentração maior do processo de industrialização, segundo Cunha (2003), ocorreu na Região Metropolitana de Curitiba, o que ajudou a transformar esta em um dos importantes polos de atração de migrantes “expulsos” do campo pela modernização conservadora. Grandes cidades das regiões Norte e Oeste também se tornaram destino de famílias que deixavam a agricultura. A paisagem rural também mudou no interior com o crescimento de muitas cooperativas, principalmente no Oeste e Norte do Estado, que se tornaram grandes agroindústrias (CUNHA, 2003). A partir daí o Paraná se tornou grande produtor de derivados de soja (óleo, conservas, farinhas), principalmente para a exportação (BATISTA, 2015).

Em 1974 a Acarpa foi estatizada e vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná. Dessa maneira, todos os programas e projetos de assistência técnica e de extensão rural passaram a ser executados pela empresa (SEPULCRI, 2005). Um ano depois foi criada a Embrater, em nível nacional. Com isso, foi necessário organizar a extensão rural de forma correspondente nos estados, segundo o autor. Assim, em 1978 surgiu a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR), que absorveu a Acarpa.

Sepulcri (2005) garante que a extensão rural sempre deu prioridade ao pequeno agricultor no Paraná, sendo este, em média, 80% do público de instituições que atuavam no setor, mas admite que entre a década de 1970 e início dos anos 1980 os extensionistas priorizavam agricultores que tinham maior capacidade de resposta às propostas modernizantes do agronegócio. Nesse caso, entende-se que esses eram, prioritariamente, os agricultores mais capitalizados. O crédito rural, obtido por quem tinha condições de garantia e respostas produtivas, era a principal “ferramenta” usada pela extensão rural para a difusão dos pacotes tecnológicos, isso já a partir de meados da década de 1960, ainda com a Acarpa.

Nessa época, acompanhando o crescimento da produção de grãos, houve maior investimento na extensão rural. Culturas como soja e milho, além de carne bovina, estavam entre os principais produtos do Estado. “Dessa forma a Emater-PR reduziu o trabalho junto ao pequeno produtor em benefício do médio e do grande” (SEPULCRI, 2005 p.11). O motivo era a resposta mais eficaz que esses davam aos objetivos do governo, que estavam alinhados aos interesses da agroindústria.

A opção agroindustrial, sem alteração do modelo fundiário, ocasionou uma profunda alteração na organização rural paranaense (FERREIRA,1987). Entre as décadas de 1960 e 1970 desapareceram do Paraná 24,2% dos estabelecimentos com área inferior a 20 hectares. Na mesma época, propriedades com mais de 500 hectares tiveram um crescimento quantitativo de 43,8%.

TABELA 3: Área dos estabelecimentos do Paraná entre 1960 e 1980

ESTABELECEMENTOS	1960	1970	1975	1980
Até 50 há	3.727.421 ha	6.111.565 ha	5.468.288 ha	5.217.961 há
De 50 a 100 há	1.537.852 ha	1.560.825 ha	1.673.543 ha	1.758.795 há
Mais de 100 há	6.119.661ha	6.953.139 ha	8.636.905 ha	9.403.570 há

Fontes: Relatório Codesul (1978) e Censo Agropecuário (IBGE-1980)

A tabela 3 mostra o movimento de redução de pequenos estabelecimentos e o crescimento das grandes e médias propriedades no período analisado, o que comprova, como diz Silva (1996), a forte concentração da terra que se observava no Paraná, no período analisado. Natural que, com incentivo à adoção de tecnologias, através de propaganda do modelo e crédito abundante, somado a resultados positivos na colheita, os grandes ficassem ainda maiores e os pequenos cada vez mais enfraquecidos ou desistissem da atividade agrícola. Entre o começo e o final da década de 1970, os pequenos estabelecimentos tiveram uma redução de área na ordem de 14,6%, enquanto as grandes, com mais de 100 hectares, amealharam mais 35% das terras do Estado. Se forem levadas em consideração apenas as áreas inferiores a 10 hectares, de acordo com Cunha (2003), houve uma redução de 22% nos estabelecimentos num período de 15 anos, entre 1970 e 1985.

2.4.1 Modernização e exclusão dos pequenos produtores

A opção pelo modelo agroindustrial da modernização do campo teve um custo social elevado. Entre seus efeitos, está o desemprego no campo, ocasionado pela substituição da mão de obra por máquinas e migrações para as cidades. De acordo com Priori et al (2012), o incremento no número de tratores, no Paraná, foi da ordem de 338% entre 1970 e 1980. Também afetou os pequenos produtores que, sem condições de investir, foram excluídos do processo de modernização conservadora. O resultado direto foi o êxodo rural e a aquisição de terras de agricultores familiares por grandes produtores de grãos ou pecuaristas. De acordo com Silva (1981), não apenas os pequenos agricultores, mas também os trabalhadores do campo foram

afetados, uma vez que a modernização exigia mais conhecimento e diminuía a ocupação da mão de obra não qualificada na agricultura. Com isso, o trabalhador permanente foi trocado pelo volante, o que fez aumentar a sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais.

Marcuse (1973) aponta a automatização e tecnologia como um processo que acelera o trabalho e gera impotência e resignação dos trabalhadores, além de desemprego. Foi o que se viu com a eliminação de postos de trabalho rurais no Norte do Paraná e a extinção de milhares de pequenos estabelecimentos. A dominação da racionalidade leva a uma exploração cada vez maior dos recursos naturais e uma distribuição de bens e benefícios cada vez menor, segundo o autor.

Sem nenhum programa de sustentação agrária, ao contrário, com a própria reforma agrária abolida dos Planos Plurianuais, observou-se maior concentração fundiária e empobrecimento dos agricultores, o que resultou em uma mudança no fluxo migratório. “O Paraná, região de destino dos anos 1950 e 1960, se transformou na grande região de saída de migrantes do Brasil nas décadas de 1970 e 1980”, (ROLIM, 1995 p.56). A população do Estado, que tinha crescido consideravelmente nos anos 1960, registrou redução na década de 1970, resultado do grande êxodo rural ocasionado pela modernização conservadora.

De acordo com Ferreira (1987), em 10 anos o meio rural paranaense perdeu 1.268.565 habitantes. As políticas favoráveis ao agronegócio tinham deixado como resultado a valorização da terra, que estimulava a venda. Muitas famílias de pequenos produtores migraram para as cidades, em busca de emprego. A maioria saiu das áreas rurais do Norte do Estado, produtor de café, atingido pela ‘geada negra’ de 1975. Junto com o fenômeno climático, a ‘modernização’ da agricultura e a consequente concentração fundiária também ajudaram a gerar grande saída do campo, já que outras regiões, principalmente o Sudoeste, também tiveram redução de população rural (ROLIM, 1995), mesmo sem produzir café.

Vale destacar reflexão presente no relatório do Codesul (1978), que faz críticas ao modelo que tinha causado uma gigantesca exclusão nas terras paranaenses. A agricultura, mesmo dos pequenos produtores que permaneceram na atividade, cada vez mais se segmentou, principalmente entre agricultores integrados. “O capital penetra na agricultura, expropriando o excedente dos produtores e transformando a produção, imprimindo determinações diversas ao processo de trabalho camponês” (CODESUL, 1978 p.12). Assim, produtos são

substituídos, como se observou a partir da década de 1970 no Paraná, e isso traz diversas implicações ao mundo do trabalho na lavoura.

Na chegada da década de 1980, a modernização centrada na agroindústria já estava consolidada no Paraná. De acordo com Rolim (1995), o setor agropecuário apresentou diferenças em relação à década anterior, quando o café ainda tinha grande importância. Nos anos 1980, lembra o autor, a soja passou a predominar nos campos das grandes e médias propriedades. Ao lado da oleaginosa, outras culturas ganharam e perderam espaço, dependendo da região, época e mercado, como cana-de-açúcar, feijão, batata, trigo, milho e algodão. Culturas como feijão e milho passaram a ser contrastantes, pois são produzidas em diferentes condições, desde o sítio, com baixa produtividade, até em lavouras altamente tecnificadas de cooperados, com índices bem acima da média nacional.

Enquanto a tecnologia fazia crescer a produtividade, o uso cada vez mais intensificado do solo deixava suas marcas. Sepulcri (2005) diz que aumentaram, ao final da década de 1970, os problemas provocados pela erosão. Isso foi ocasionado pelo mau uso da terra e destruição da cobertura florestal, além da contaminação de solos e águas pelos agrotóxicos. Assim, apareciam os primeiros sinais da fragilidade e problemas gerados pelo modelo tão intensamente apoiado pelas políticas públicas, de mecanização dos campos e uso de insumos químicos. Recursos naturais e alimentos sofreram os impactos da contaminação (BALSAN, 2006).

Os efeitos foram sintomáticos também entre a população rural. Rolim (1995) diz que o Paraná do agrobusiness passou a apresentar diversas contradições. No campo se encontravam desde agricultores ditos modernos até aqueles excluídos da modernização tecnológica. Muitos pequenos e médios, mas principalmente os primeiros, foram impactados, a ponto de se tornarem inviáveis economicamente, pelo menos dentro de tal modelo. Pereira (2010) diz que a concentração fundiária, resultante, do processo de exclusão, causou danos sociais que aprofundaram as diferenças entre grandes e pequenos produtores.

A modernização da agricultura gerou dois segmentos centrais: os empresários rurais, de um lado, e a agricultura familiar de outro. Tais bases, lançadas naquele período, foram responsáveis por um grande fluxo migratório de agricultores para as cidades, especialmente para fora do Estado (ROLIM, 1995). Tal processo foi mais intenso nas regiões Oeste e Norte do Estado, que apresentavam uma adesão ao modelo capitalista mais intensa. Enquanto isso, a região Centro-Sul

se tornava uma nova fronteira de expansão, ocupada justamente por pequenos proprietários que saíam das outras regiões em busca de um novo lugar para se estabelecerem. O baixo preço das terras do Paraná Tradicional, comparado com as fronteiras agrícolas mais novas era um importante fator de atração. Mas a exclusão dos pequenos produtores do modelo do agronegócio levou principalmente ao empobrecimento e êxodo rumo aos centros urbanos. Entre grandes e médios produtores, por outro lado, crescia a organização, com reforço do poder das cooperativas, das grandes empresas e da burguesia rural (ROLIM, 1995).

Durante a década de 1970 houve uma mudança radical no Paraná. Cunha considera que a modernização mudou o perfil produtivo no Norte do Estado e “teve grande impacto na estrutura fundiária e na inviabilização de significativo contingente de estabelecimentos e pequenas propriedades rurais” (2015, p. 54). Concentração de terras, êxodo rural e grande urbanização foram os efeitos finais do modelo de agronegócio então adotado, o que, segundo Fernandes (2015), fazem parte do paradigma do capitalismo agrário, que fica com a maior parte do crédito rural, direcionamento das tecnologias e principais mercados. Esses são problemas a serem enfrentados pelas políticas públicas e pelos movimentos sociais.

A partir da consolidação do agronegócio produtor de commodities, segundo Fernandes (2015), toda agricultura passou a ser planejada por esse. Conforme destaca Cunha (2015), agravaram-se os conflitos rurais pela posse e propriedade da terra na década seguinte. Segundo Serra (2015), com o fim da ditadura militar, os camponeses puderam voltar a defender seus interesses, participando dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária.

As reflexões que se podem tirar dessa contextualização histórica da modernização conservadora da agricultura paranaense é de que, se nos primeiros séculos consolidou-se um modelo fundiário altamente concentrador e monocultural, sempre voltado para o mercado externo, o século XX não mostrou grandes alterações estruturais. Mudaram as culturas, mudaram as tecnologias e houve uma imposição industrial para o campo. Mas isso não afetou a estrutura fundiária, pelo contrário, com apoio das políticas públicas, reforçou-se ainda mais a concentração de terras e a adesão da grande propriedade aos interesses do agronegócio.

Mais especificamente no Paraná, a modernização da agricultura desconstruiu o projeto anterior de colonização com pequenas propriedades nas novas fronteiras agrícolas do Norte e do Oeste do Estado. Se até a década de 1960 o modelo

implantado nessas regiões, mesmo que com problemas de posse que levaram a sérios conflitos entre empresas colonizadoras e posseiros, observava-se uma policultura, ainda que com predomínio do café, no Norte do Estado, a partir de então todo este quadro mudou. Hortas, pomares, cafezais e estruturas para pequenos animais cederam lugar para o verde e dourado das lavouras de soja e trigo, principalmente, mas também de outros grãos (commodities), além das pastagens para engorda do gado de corte.

O desenvolvimento retira paulatinamente ao complexo rural assim constituído as atividades secundárias e terciárias, tendendo, pois, a reduzir a agricultura a uma atividade exclusivamente primária, sem jamais atingir essa meta, aliás. (RANGEL, 2011, p.192).

A principal consequência acabou sendo o afastamento do pequeno produtor rural e do trabalhador do campo, com grande êxodo rural, além de sérios problemas de perda de fertilidade e erosão causados pelo uso descontrolado do solo com modelos que não eram sustentáveis. Sonda e Bergold (2013) dizem que, nesta condição, há três paisagens no território rural paranaense. A primeira delas é a do agronegócio, com monocultura de exportação e desertificação populacional em grandes áreas; a segunda, do território camponês monopolizado pelo agronegócio, homogeneizado e subalterno ao controle tecnológico das commodities; e a terceira é do camponês, que se apresenta diferente pela pequena escala e paisagem geográfica heterogênea, formada por uma produção diversificada de alimento. Esse último é o que tem mais dificuldade em se manter, por falta de uma política pública adequada e pressões externas (POLICY IN FOCUS, 2015).

O modelo daí resultante foi da afirmação de um projeto agroindustrial unidimensional em que a tecnologia apresentou importante papel de afirmação ideológica de uma única dimensão, tal como diagnostica a teoria Marcusiana. O ator afirmado em tal processo foi, principalmente, o grande produtor. Camponeses em geral, assim como ocorreu ao longo dos séculos, ficou à margem ou cedeu ao êxodo rural, conforme demonstrado nas tabelas 1,2 e 3. Esse quadro influenciou as políticas públicas para a agricultura familiar das décadas posteriores, incluindo o projeto analisado neste trabalho: Paraná 12 Meses. Mas o desenvolvimento das propostas também teve grande influência do contexto de época, sobretudo do pensamento neoliberal que ganhava corpo justamente quando a ditadura militar chegava ao final no Brasil.

CAPÍTULO 3

ONDA NEOLIBERAL E INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPLANTAÇÃO DO PARANÁ 12 MESES

Neste capítulo será exposto o contexto político e social, nacional e internacional, desde o período anterior ao lançamento do 'Paraná 12 Meses' até a sua consolidação. Para isso, inicialmente será feito um apanhado histórico sobre os ataques ao bem-estar social e imposição do neoliberalismo, primeiro nos chamados países centrais, depois no Brasil e como o discurso chegou ao Paraná. Também será discutido o impacto das ideias neoliberais para o meio rural.

Paralelo ao crescimento neoliberal, a proposta modernizante causou grandes crises para o pequeno produtor, que levou ao êxodo rural e deu força aos movimentos sociais no campo, que ampliaram o discurso da luta pela terra e por uma proposta produtiva diferente do agribusiness. Tais movimentos também impactaram nas políticas sociais rurais, com o Paraná 12 Meses, muitas vezes sendo apresentado como uma resposta às lutas e resistências sociais.

Após a contextualização, é exibido o 'Projeto Paraná 12 Meses' a partir dos documentos que apresentam toda a proposta, objetivos, justificativas, público beneficiado, análise da aplicação dos recursos e resultados alcançados. Dessa maneira é exposto o projeto em maiores detalhes.

A última parte do capítulo apresenta o pensamento teórico sobre o qual é analisado o discurso do Projeto e os aspectos que são usados como aproximação entre a teoria, o desenvolvimento rural ao longo principalmente das últimas décadas e a oferta do Paraná 12 Meses nos documentos, em matérias jornalísticas e em releases. Daí então se conclui a apresentação para a pesquisa empírica que terá os resultados analisados no capítulo seguinte.

O contexto histórico e a conjuntura político/social do país e do mundo influenciaram as políticas públicas para a agricultura familiar das décadas posteriores, incluindo o projeto 'Paraná 12 Meses'. Ao fim da ditadura militar, o país elegeu governos de direita, comprometidos com os ditames e continuidade dos interesses do capital. Reflexos dessa tendência também se apresentavam no Paraná. Jaime Lerner foi eleito governador em 1994, se beneficiou da emenda da reeleição e acabou reeleito em 1998, ficando, assim, por dois mandatos à frente do executivo paranaense. O período coincide com o do presidente Fernando Henrique

Cardoso (PSDB) no Governo Federal. Não por acaso, em toda a gestão, Lerner adota as mesmas políticas econômicas do executivo federal.

Na primeira eleição, Jaime Lerner era filiado ao PDT, partido, em tese, de centro-esquerda, mas que fazia parte de uma ampla coligação, que contava com o PTB, PFL e o PSDB de Fernando Henrique Cardoso. Em 1998 ele já se encontrava no outro extremo, filiado ao direitista PFL, em uma coligação ainda mais extensa, contando com PFL, PTB, PPB, PSDB, PL, PST, PSC, PRN, PSD, PT do B, PRP, PTN e PSL. Nas duas ocasiões Lerner venceu as eleições ainda no primeiro turno.

Os anos 1990, aliás, desde a eleição anterior para presidente (de Fernando Collor de Melo, em 1989) são marcados por uma fase de políticas neoliberais no Brasil (GENNARI, 2001). Como o país vivia um processo de desestabilização econômica desde José Sarney⁷, Collor determinou a abertura da economia, mas não deu conta de resolver os problemas econômicos nacionais e sucumbiu em escândalos de corrupção. Já o grande feito do governo Fernando Henrique Cardoso foi a estabilização, com redução da inflação. Medidas nesse sentido tinham iniciado ainda no governo Itamar Franco (que substituiu Fernando Collor de Mello após a renúncia deste para evitar o impeachment)⁸.

3.1 ASCENÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL NO MUNDO E NO PARANÁ

A substituição da ditadura pelo neoliberalismo, ainda que de discurso apenas, se deu em um atrelamento de certa forma tardio a tal modelo. De acordo com Harvey (2005), durante a Guerra Fria houve uma espécie de acordo entre capitalistas e trabalhadores para se conseguir “paz e tranquilidade” nos países centrais. Nesse período prevaleceram estados socialdemocratas na Europa e um domínio democrático liberal nos Estados Unidos e no Japão. Em comum, segundo o autor, estavam a busca do pleno emprego, crescimento econômico e implantação de políticas de bem-estar, com a adoção de ideias keynesianas⁹, para garantir

⁷ Primeiro presidente civil após a ditadura militar. Eleito, de forma indireta, por um Colégio Eleitoral.

⁸ Fernando Collor de Mello sofreu processo de impeachment em 1992, por corrupção, mas acabou renunciando antes para evitar perdas maiores de direitos políticos. Mesmo assim teve direitos cassados e ficou inelegível por oito anos.

⁹ Economista britânico John Maynard Keynes defendia um mercado capitalista livre, mas com uma presença forte do Estado no sentido de garantir o pleno emprego e o controle inflacionário.

empregabilidade, saúde, educação etc. Havia uma influência concreta de partidos de esquerda e sindicatos nos governos.

No final dos anos 1960 o modelo começou a ruir por conta das crises econômicas internacionais que geraram desemprego, inflação e estagflação até boa parte dos anos 1970 (HARVEY, 2005). O quadro apresentado pelo autor mostra que receitas de impostos caíam e os gastos sociais disparavam. Com isso, ideias conservadoras que defendiam cortes em programas sociais ganhavam força. Houve, então, uma polarização do debate entre os que apoiavam a socialdemocracia e o planejamento central e quem queria total liberdade de mercado em todos os setores.

Em meados dos anos 1970, segundo Harvey (2005), os interesses liberais apareciam em primeiro plano, especialmente pelo protesto dos mais ricos, que tinham perdido participação na renda nacional nos países centrais. Eles defendiam, assim, a teoria neoliberal, que propõe que as intervenções do Estado devem ser mínimas e defenderem as liberdades empreendedoras, a propriedade privada, o livre mercado e o livre comércio (HARVEY, 2005). O estado teria de servir apenas como garantidor dessas práticas.

Até aquele momento, no chamado Terceiro Mundo, quase nada relativo ao Estado de Bem-Estar Social tinha ocorrido. No Brasil, o modelo foi considerado conservador e corporativista, além de excludente (FIORI, 1997a). De uma maneira geral, o assistencialismo e as ingerências neoliberais estiveram presentes nos países “periféricos” da América Latina como um todo. Nisso, segundo Fiori (1997a), houve intervenções típicas do tipo liberal com alguns sistemas universais de prestação de serviços e preservação ou complementação da renda.

E assim, sem que houvesse se quer se consolidado nos países periféricos, o bem-estar social já começava a ser atacado na sua origem. De acordo com Harvey (2005), as chamadas ideias neoliberais, contrárias aos gastos sociais, angariavam simpatia do setor empresarial/capitalista no começo dos anos 1970. Virava prática comum a privatização, desregulação da economia e a retirada do estado de muitas áreas sociais. A hegemonia neoliberal passou a afetar o pensamento geral, inclusive com cooptação de setores intelectuais e dos meios de comunicação.

As primeiras experiências neoliberais passaram ao largo da democracia. O Chile serviu como “laboratório” de tal modelo após “golpe militar patrocinado pelas elites locais apoiadas por corporações empresariais dos EUA e pela CIA” (HARVEY, 2005, p.8). A partir disso, foram realizadas experiências do desmonte social no país.

As ideias eram embasadas na repressão aos movimentos sociais e às organizações de esquerda. Imediatamente, o mercado de trabalho foi desregulado e foram revertidas as nacionalizações efetuadas pelo governo, privatizados os ativos públicos e a seguridade social.

A teoria neoliberal, de acordo com Harvey (2005), ganhava mais respeitabilidade e espaço com a conquista de dois prêmios Nobel de Economia: Friedrich Hayek (1974) e Milton Friedman (1976). A partir disso, as ideias do neoliberalismo conquistaram espaço nos Estados Unidos, então sob a presidência de Jimmy Carter. Mas, se em países como Chile e Argentina a proposta neoliberal se instalou a partir de golpes, o mesmo receituário, segundo o autor, não podia ser aplicado nos EUA ou na Inglaterra. Lá, a conquista deveria ser democrática, com apoio político, baseado em conceitos como liberdade e valores conservadores, que ajudariam a cooptar o apoio dos eleitores.

A partir de 1979, junto com o segundo choque do petróleo, Paul Volcker assumiu o comando do Banco Central e o Sistema de Reserva Federal (FED) dos EUA. Sua principal medida foi a mudança da política monetária estadunidense, com enfoque no controle da inflação, independente de consequências, mesmo do desemprego (HARVEY, 2005). O Tesouro Norte-Americano reajustou sensivelmente as taxas de juros para retomar mundialmente a supremacia do dólar (PEREIRA, 2017a). A nova direita que tomava o poder tinha o crescimento econômico e o lucro como fundamentos mais importantes e, para isso, era preciso demolir o 'Welfare State' e liberar as economias nacionais.

Também em 1979, Margareth Thatcher foi eleita primeira-ministra na Grã-Bretanha e entrou no governo com o firme propósito de reformar a economia, o que representava, acima de tudo, o abandono do keynesianismo (HARVEY, 2005). Um ano depois, Ronald Reagan foi eleito presidente dos EUA e deu apoio às decisões de Paul Volcker. As experiências iniciais da "periferia", como aquelas implantadas no Chile, foram transformadas em modelo para a formulação das políticas do País. Cada vez mais o neoliberalismo ganhava espaço e as políticas sociais democratas, implantadas a partir de 1945, foram ferozmente atacadas.

Entre as medidas tomadas por Margareth Thatcher, e que depois tiveram ressonância também no governo do seu colega estadunidense, estavam a redução do poder do trabalho, com enfrentamento dos sindicatos; desregulação dos setores produtivos e liberação do poder das finanças. Segundo Harvey (2005), tudo isso

deixava o mundo com um novo cenário, onde predominava o desmantelamento do estado de bem-estar social e o fortalecimento do modelo neoliberal, com privatizações e total apoio à livre iniciativa e à propriedade. “O monetarismo assume o centro da arena em vez de bem-estar social” (HARVEY, 2005, p. 16).

A austeridade fiscal e o combate à inflação, independente das consequências para o emprego, não só foram bandeiras dos países centrais como também defendidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que passou a atuar sob a influência neoliberal. O resultado foi o crescimento dos monopólios e oligopólios e da distância entre ricos e pobres. Países em desenvolvimento, endividados, precisavam cumprir exigências, como cortes nos gastos sociais, adotar leis trabalhistas mais flexíveis e privatização, dentro do chamado ajuste estrutural. O Consenso de Washington (recomendação internacional elaborada em 1989) foi o grande propulsor das imposições neoliberais para o terceiro mundo, uma vez que impunha a ortodoxia do livre mercado, privatizações, corte de gastos do Estado, redução de salários, além da terceirização dos serviços (HARVEY, 2005). O objetivo era gerar divisas para o pagamento das dívidas externas.

Os acordos de países com o FMI exigiam, então, estabilização monetária e reformas macroeconômicas como forma de obter apoio financeiro através de mais empréstimos. Pereira (2017a) diz que era exigência do Fundo, também, a liberalização do comércio e o alinhamento dos preços ao mercado internacional. O viés neoliberal também exigia que se baixassem tarifas de proteção, desvalorização da moeda local, fomento à atração de investimentos externos, expansão das exportações (principalmente de bens primários), eliminação de subsídios ao consumo etc. (PEREIRA, 2017a).

Ao chegar ao final dos anos 1970, as propostas já tinham ampliado a renda dos mais ricos, se aproximando do quadro de antes da Segunda Guerra Mundial. A título de exemplo, nos Estados Unidos, a diferença entre os salários do trabalhador e dos ditos Chief Executive Officer (CEOs) saltou de 30 por 1 para 500 por 1. A mesma situação era observada na Inglaterra e em outros países que adotaram tal modelo. Harvey (2005) diz que desde a década de 1920 não era registrada uma concentração tão grande de riquezas e de poder. Também aumentou o fluxo de tributos em favor dos principais centros financeiros mundiais.

Todos esses eventos ocorriam em um período de crescimento do processo de globalização, onde o capital não está preso localmente conforme (BAUMAN, 2001).

Livres no espaço, os investimentos seguem as oportunidades de ganhos, sem nenhuma responsabilidade com o fator local. Há uma desconexão entre o espaço regional e o capital, que pode “fugir” sempre que achar necessário. O capital globalizado não tem nenhum compromisso regional e se retira na primeira crise ou oportunidade surgida em outro lugar. “Aos locais ficam a tarefa de lamber as feridas, de consertar o dano e se livrar do lixo” (BAUMAN, 2001, p. 15).

O neoliberalismo se valeu da globalização para se expandir e seus grandes beneficiários, os capitalistas, viram crescer seu papel e importância no mundo. Segundo Bauman (2001), o mercado financeiro impôs suas leis e preceitos a praticamente todo planeta. Os Estados passaram a servir de suporte para o capital internacional, lhes restando apenas o papel de repressão aos movimentos sociais.

No caso do Brasil, nos anos 1980 o país se encontrava em um processo de consolidação da força política das classes populares, como movimentos sociais e sindicais (LENARDÃO, 2008). A própria Constituição de 1988, conforme lembra o autor, trazia ganhos como proteção social mais ampla e participação política popular, através da possibilidade de realização de referendos, plebiscitos, projetos de lei de iniciativa popular, entre outros. Parecia que havia uma ampliação da democracia, depois de um longo período de ditadura. Novos personagens ganhavam espaço e o Congresso retomava influência no processo político.

Tal cenário causava incomodo na classe dominante que, ao final dos anos 1980, aderiu ao neoliberalismo, então apresentado como um projeto modernizador (LENARDÃO, 2008). O ideal que se buscava era de uma abertura ampla do comércio, com redução da participação do Estado, privatizações de empresas públicas, contenção de políticas universalizantes, reforma trabalhista e da Previdência. Nesse sentido, segundo Gennari (2001), as eleições acabaram por institucionalizar o antigo regime em vez de trazer mudanças estruturais profundas.

Com os constantes fracassos dos pacotes econômicos da década anterior, as condições para as propostas neoliberais eram propícias e, segundo Gennari (2001), o Brasil apresentou, nos anos 1990, uma abertura econômica das mais radicais desde o pós-guerra. O que também deu suporte para tais medidas, segundo o autor, foi a transformação estrutural do capitalismo; a vitória e quase hegemonia do neoliberalismo na Europa e nos Estados Unidos; além da queda do socialismo real junto com o muro de Berlim.

Foi neste contexto que Fernando Collor de Melo acabou eleito presidente da República em 1989. “Após três décadas de ditadura civil/militar, os setores organizados de direita elegeram um candidato comprometido com o status quo” e propenso a acatar as recomendações e diretrizes do Consenso de Washington (GENNARI, 2001, p. 5). Por conta disso, ele era o candidato ideal, quando na comparação com os candidatos progressistas.

Para o Consenso de Washington, o programa neoliberal funcionaria melhor com um modelo forte, centralizador e tecnocrático, que não cedesse a práticas patrimonialistas e clientelistas, que comprometeriam os recursos públicos com desvios para atender a interesses de grupos políticos (LENARDÃO, 2008). Não foi o que ocorreu. Após o fracasso do Governo Collor, o novo pacto neoliberal se deu com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito em 1994 e reeleito em 1998. Tal aliança conservadora “juntou ao PSDB partidos e caciques políticos de perfil clientelístico e velhas oligarquias políticas, acostumadas a práticas atrasadas nas regiões de suas bases eleitorais” (LENARDÃO, 2008, p.4). Foi dado prestígio aos líderes locais do país e, assim, o governo controlou o Congresso a partir de acordos, como a troca de apoio por recursos e cargos. O controle sobre o legislativo garantiu a governabilidade, principalmente na implantação de medidas impopulares.

Assim, tanto nos anos FHC, como fora antes, com Collor, foi implantado um projeto bastante forte de transnacionalização da economia. De acordo com Lenardão (2008), o Fundo Monetário Internacional (FMI) pressionava o governo para que conseguisse a aprovação, no Congresso, das reformas da Previdência e tributária. Gennari (2001) diz que liberalização e privatização foram, então, intensificadas e a política econômica passou a ser totalmente voltada para atender imposições do capital internacional.

Nas duas gestões, a preocupação central era com a política macroeconômica. Com isso, buscou-se estabilidade econômica, principalmente, pelo controle da inflação (LENARDÃO, 2008). Outros temas como os problemas ambientais e a reforma agrária estiveram subordinados à questão econômica. Segundo Fiori (1997b), o discurso de modernização, então consolidado, era, na verdade, um subterfúgio para o enxugamento do Estado com importação das tecnologias de ponta e geração de divisas para pagamento do serviço da dívida externa. Como resultado, a dívida pública cresceu muito, passando de 30% para mais de 60% do

Produto Interno Bruto (PIB) nacional. A expansão econômica foi baixa, com média de 2,2% ao ano e a balança comercial deficitária.

3.1.1 Os impactos neoliberais nas políticas para o meio rural

No Paraná, os passos do neoliberalismo seguiram praticamente a mesma cronologia do projeto nacional, embora o Estado tenha alternado períodos de governos mais sociais com outros liberais, ainda que, geralmente provenientes dos mesmos grupos. Depois de uma fase de apoio a iniciativas regionais e à agroindústria, presente no governo José Richa (1983-1986), do PMDB, o Estado mergulhou em uma tendência liberal privatizante com Álvaro Dias, que ocupou o executivo de 1987 a 1991 (LIMA, 2006). Mesmo tendo surgido na mesma base política peemedebista do governo anterior, Dias trocava o discurso de fixação do homem no campo pela privatização, liberalização e ataque ao funcionalismo público, conforme lembra o autor. Entre as medidas tomadas por seu governo estavam reformas administrativas que indicavam empresas que poderiam ser privatizadas ou simplesmente fechadas. O discurso propagado pelo então governador, segundo Lima (2006), acompanhava as exigências das entidades financeiras internacionais, que exigiam de países devedores a estabilização e reformas estruturais, incluindo uma forte economia de mercado.

Em 1990 ocorreria nova alteração. A eleição de Roberto Requião para o governo do Estado causou uma desaceleração do avanço neoliberal, já que o novo governador retirou da pauta muitas propostas de privatização e enxugamento de gastos. Em vez disso, priorizou investimentos públicos (LIMA, 2006).

Quando Roberto Requião deixou o governo para concorrer ao Senado, o seu vice, Mário Pereira, assumiu o executivo estadual e lançou o 'Movimento Pró-Paraná'. O objetivo era atrair grandes investimentos industriais externos, através de incentivos fiscais. O projeto contava com apoio do setor automobilístico nacional. As ideias propostas já iam em direção contrária ao pensamento do governador anterior, já que, segundo Lima (2006), o projeto marcava o retorno das ideias liberais como livre mercado, privatização e apoio aos empresários. Os incentivos fiscais foram a proposta principal do projeto de Pereira, que alcançou seu auge com Jaime Lerner, eleito em 1994. Várias montadoras e fornecedoras de autopeças se instalaram,

então, no Paraná. Jaime Lerner assumiu o governo com o firme propósito de seguir os passos do governo federal e remodelar as funções do Estado (LIMA, 2006).

Entre as medidas tomadas pelo 'governo Lerner', destacam-se o repasse de atribuições, que antes eram de secretarias, para entidades não governamentais como 'Paraná Educação', 'Paraná Cidade' e 'Paraná Turismo'. Além disso, o governo também ampliou o processo de venda de estatais, inclusive do Banco do Estado do Paraná (Banestado). De acordo com Lima (2006), a capacidade de investimento do Estado, no período, foi quase zerada, com as funções de fomento repassadas para empresas terceirizadas, mostrando que o objetivo era seguir os ditames neoliberais do estado mínimo. Jaime Lerner foi, portanto, pelo menos até então, o governador paranaense que mais aprofundou tais políticas de privatizações, incentivos fiscais e fragilização do funcionalismo público.

Fica claro que nos planos econômico e político os governos federal e estadual do período procuraram seguir as cartilhas exigidas por organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial. Ainda que tais grupos fossem muito mais conservadores e patrimonialistas do que liberais, os documentos e práticas mostram a adoção do discurso privatizante e de desmonte do Estado, muitas vezes com dificuldades de efetivação, justamente pelo perfil da política tradicional. O 'liberalismo à brasileira', patrimonialista e autoritário, como visto com Fernandes (1987) no primeiro capítulo, continuava presente na década de 1990. Até por isso, tais grupos políticos estavam empenhados em manter a estrutura de poder e fundiária existente no Paraná. Nesse sentido, tais grupos políticos podiam não ser neoliberais na essência, mas se apoderavam de tal discurso, principalmente para se afastar de ideias distributivas e estatizantes do campo progressista, visto como principal adversário do tradicionalismo.

3.2 CONSOLIDAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Os pequenos produtores sofreram direta e negativamente o impacto das transformações agroindustriais a partir da 'revolução verde', que tecnificou muitas propriedades (sobretudo as grandes fazendas) e levou à ruína e ao êxodo muitos camponeses, que deixaram o campo por não conseguirem acompanhar as mudanças que transformavam agricultores em empresários rurais integrados ao sistema do agronegócio unidimensional. Com isso, segundo Pereira (2010), parte

significativa dos pequenos produtores que ainda tentava se estabelecer acabou impedida por conta dos juros altos e da retração do mercado interno e externo.

Todo cenário caminhava para o crescimento das reivindicações, por conta da situação difícil e das frustrações com a política. A eleição, ainda que indireta, de um presidente civil, em 1985, criava expectativas de que a reforma agrária entrasse realmente na agenda política (MST, 2019), o que não ocorreu. Com tudo isso, além de atender demandas dos camponeses, as políticas públicas eram realizadas, de um lado, sob pressão dos movimentos sociais do campo e de outro, tendia a atender aos interesses do capital/latifúndio e dos novos ditames do neoliberalismo.

Em meados da década de 1980, segundo Altafin (2005), os movimentos sociais do campo, especialmente através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), ganharam mais espaço ao ampliar as reivindicações trabalhistas para demandas por terra e políticas agrícolas específicas. Ao mesmo tempo, novos grupos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgiam para encorpar a luta por um novo modelo para o campo. Esses eram, ao final dos anos 1970, quem mais pressionavam por políticas públicas para o meio rural. No final da década ressurgiram as ocupações de terra a partir do Rio Grande do Sul (MST, 2019). Posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros e atingidos por barragens começaram a participar das ações, que se tornaram formas de pressão e contestação camponesa.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tornou-se a principal organização da luta pela reforma agrária, a partir da década de 1980. Algumas organizações anteriores serviram como embrião do movimento, entre elas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Master), que organizou acampamentos na luta pela desapropriação, no início da década de 1960, antes do golpe civil/militar (FERNANDES, 2000). Outra importante organização, também criada nesta época, foi a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Segundo Fernandes, com o golpe civil/militar de 1964, a concentração de terras criou mais conflitos e na década de 1970 a questão agrária começava a se tornar um dos principais problemas a serem enfrentados pelo governo.

Ainda na década de 1960 surgiram as comunidades eclesiais de base que, a partir da 'Teologia da Libertação', apoiaram e participaram ativamente das lutas camponesas. Tal posicionamento ganhou mais importância a partir de 1975, quando

a Igreja Católica criou a 'Comissão Pastoral da Terra' (CPT), que foi articuladora dos movimentos camponeses surgidos durante o regime militar (FERNANDES, 2000).

Em 1979, 110 famílias ocuparam a Gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, área que era remanescente da luta pela terra da década anterior. De acordo com Fernandes (2000), essa ocupação marcou o início da formação do MST. A partir disso, outras ocupações aconteceram e no início da década seguinte as experiências de iguais ações no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo foram importantes para a união dos trabalhadores rurais sem terra. No dia sete de setembro, o governo gaúcho anunciou a retirada da Brigada Militar da Gleba Macali e autorizou os colonos a plantarem naquelas terras. A conquista da propriedade fortaleceu a ideia que os colonos tinham de ser assentados no próprio Estado (FERNANDES, 2000). Todos esses eventos mostram uma luta de resistência a governos que tinham clara predileção pelo latifúndio. Era uma maneira de obter algumas conquistas e manter acesa a busca de mudança de paradigmas.

Fernandes (2000) lembra que o Paraná é conhecido por lutas de resistência e levantes de camponeses e posseiros ao longo da história. Na década de 1980, seguindo essa tradição, conflitos foram registrados no Sudoeste do Estado, ampliando, assim, o clima de pressão que se veria nos anos seguintes. Os efeitos das políticas modernizantes da década anterior pesavam sobre os camponeses e os números mostram isso. Em 10 anos desapareceram 100 mil estabelecimentos rurais do Estado, a maioria de pequenos produtores, o que levou ao incremento da luta pela terra. A situação se tornava mais complexa com a construção de hidrelétricas, no estado, o que gerava mais e mais desapropriações (FERNANDES, 2000).

O principal impacto foi causado pela Itaipu Binacional, cujas obras, no Rio Paraná, iniciaram na primeira metade da década de 1970. Conforme registra Fernandes (2000), milhares de famílias foram afetadas pela obra, que atingiu oito municípios do extremo Oeste do Paraná. O governo prometera pagar preço justo pelas terras, mas não cumpriu e três anos depois poucas famílias tinham sido indenizadas e por um valor bem abaixo do esperado. Os posseiros foram os mais prejudicados, pois receberam valores ainda menores. Parte das famílias foi transferida para o Acre, o que fez com que, em 1978, as igrejas Luterana e Católica, além de alguns sindicatos de trabalhadores rurais, começassem um trabalho que gerou, em 1980, o 'Movimento Justiça e Terra'.

Segundo Fernandes (2000), em 1981, ainda existiam pelo menos 500 famílias desalojadas por Itaipu sem indenização ou assentadas. A essas, se juntaram outras famílias interessadas na reforma agrária e que resistiam à proposta do governo, que era de transferir todos para o Norte ou Centro-Oeste do País. No início da década de 1980 surgiram movimentos em várias regiões, como o 'Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná', o 'Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Norte do Paraná', o 'Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro-Oeste do Paraná' e o 'Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Litoral do Paraná'.

Tais grupos convergiam para uma união maior, incluindo organizações de outros Estados. Em fevereiro de 1983 foi criado o 'Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Região Sul, que envolvia sem-terra do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo (FERNANDES, 2000). Esse movimento organizou o '1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra', que aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel-PR, reunindo posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros e pequenos agricultores. O objetivo definido inicialmente era de lutar pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna. Para isso, além de camponeses sem-terra, foi definido que eles iriam atrair trabalhadores rurais arrendatários, meeiros e pequenos proprietários, entre outros. O lema era 'a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver' (MST, 2019).

Em 1995, quando foi realizado o 3º Congresso Nacional, o MST contava com mais de 5 mil delegados, representando 22 estados, além de participantes da América Latina, Estados Unidos e Europa (MST, 2019). Naquele momento, o Movimento tinha como mensagem que a Reforma Agrária não era uma luta para beneficiar apenas os camponeses, mas uma forma de também melhorar a vida dos que vivem nas cidades, com a redução do inchaço urbano e, principalmente, com a produção de alimentos saudáveis e acessíveis aos trabalhadores. No ano seguinte foram incrementados os trabalhos de base para formação de grupos e famílias. Depois disso, o MST realizou várias ocupações em áreas desapropriadas em todo Estado. Tais ações tinham sempre como resposta a ação da Polícia Militar, cumprindo ordem de despejo. Até 1990, o MST havia conquistado 60 assentamentos no Paraná (FERNANDES, 2000).

Às vésperas da instalação do Programa de Vilas Rurais, em 1996, um grande latifúndio empresarial foi ocupado no centro-oeste paranaense por 3 mil famílias que

acabaram assentadas no ano seguinte. Essa foi considerada uma vitória significativa, que daria uma perspectiva diferente ao início da década, quando o governo Collor ampliou a repressão às ocupações e não deu sequência aos assentamentos (FERNANDES, 2000).

A partir de 1994, o número de ocupações aumentou consideravelmente e se o objetivo do governo era não fazer a reforma agrária, talvez fosse preciso dar uma resposta midiática, que apresentasse as políticas públicas implementadas para o campo como as ferramentas ideais de enfrentamento dos problemas de pequenos produtores e trabalhadores rurais. No Paraná, de 1990 a 1994 ocorreram 43 ocupações que envolveram quase 7 mil famílias. Já no período de 1995 a 1999 aconteceram 203 ocupações, com mais de 20 mil famílias (FERNANDES, 2000). Os grupos organizados ofereceram grande pressão ao Estado por programas que incluíssem os camponeses no projeto de desenvolvimento do País, segundo Altafin (2005). Na década de 1990, no plano nacional, foi reinserida a reforma agrária na agenda política (com a criação de vários projetos de assentamentos) e desenvolvido o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que foi a primeira política federal exclusiva para a produção familiar (ALTAFIN, 2005).

3.3 IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ 12 MESES

Nesse contexto de política externa, de neoliberalismo no plano interno e fortalecimento dos movimentos sociais é que foi lançado um projeto de apoio ao pequeno estabelecimento rural ou, melhor falando, apoio à agricultura familiar, conceito utilizado pelo governo do Estado. Com esse ‘pano de fundo’ os gestores públicos passaram a atuar nos anos seguintes (PEREIRA, 2010).

Desde o final dos anos 1970 os governos paranaenses sabiam da necessidade de investir, de alguma maneira, na recuperação do pequeno estabelecimento rural, intensamente afetado pelas políticas anteriores que geraram êxodo e empobrecimento das famílias rurais. Se em 1980 o quadro já era de queda no número de estabelecimentos rurais familiares, com 404.895 unidades, em 1996, de acordo com o censo do IBGE (1998) a situação era ainda pior, pois se registrava apenas 321.380 estabelecimentos com tais características. Sepulcri (2005) lembra que entre o final daquela década e início dos anos 1980 foi lançado o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), que refletia, inclusive, uma mudança do foco de

trabalho da extensão rural, que agora podia ser voltado para os menos favorecidos, o que era diferente das décadas anteriores, quando o extensionismo trabalhou com aqueles que davam melhor resposta dentro do processo de modernização da agricultura, deixando de lado o pequeno produtor...

[...] que estava sendo excluído e sofrendo os efeitos negativos da expansão de uma agricultura moderna, cujas regras de competição e de mercado, em geral, resultaram numa evidente inviabilização de grande número de pequenos produtores (SEPULCRI, 2005, p.12).

O programa serviu de base para o 'Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural' (Pro-Rural), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O projeto iniciou em 1981 e durou cinco anos, abrangendo 62 municípios do Centro-Sul do Paraná. Foram aplicados 213,3 milhões de dólares, sendo 49,2% de participação do Governo do Paraná, 37,5% do BID e 13,3% do Banco do Brasil (SEPULCRI, 2005). Na sequência, em 1984, foi implantado o 'Programa de Manejo Integrado de Solos e Água' (PMISA), com ações planejadas para as microbacias hidrográficas (PARANÁ, 1997). Logo após, em 1989, foi lançado o Projeto Paraná Rural, que aplicou 148 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Nesse caso, o objetivo era resolver problemas da modernização da agricultura, mais precisamente,

Controlar a erosão hídrica e reverter o processo de degradação dos recursos naturais do Estado, com base em alternativas tecnológicas que aumentassem a cobertura vegetal, a produtividade agrícola e a renda do produtor rural (BANCO MUNDIAL, 1997, p.11).

O Paraná Rural envolvia todas as categorias de produtores, já que a recuperação dos solos desgastados pela mecanização era o foco principal, mas o apoio financeiro era apenas para produtores com área de até 50 hectares, além de outros critérios estabelecidos no projeto. O início, segundo Sepulcri (2005) ocorreu em 1989 e o encerramento em 1997, quando foi substituído pelo 'Paraná 12 Meses'. O objetivo principal era estimular os produtores para que adotassem práticas mais produtivas e de menor impacto ambiental (IPARDES, 1993). Ou seja, a proposta era continuar dando apoio ao agronegócio com medidas que evitassem a decadência do setor. Nesse momento já havia participação da iniciativa privada na assistência

técnica e mecanização, em conjunto com o governo do Estado, segundo o documento síntese do 'Projeto Paraná 12 Meses' (1997). A concentração se deu em áreas com sérios problemas de erosão causados pela revolução verde nas terras paranaenses. Os trabalhos atingiram 5 milhões de hectares de áreas mecanizadas. Dias e Dias (2009) dizem que o programa foi uma tentativa de responder às transformações agrícolas ocorridas a partir do processo de modernização da agricultura, que com o uso de mecanização e outras tecnologias gerou intensas distorções no Paraná.

'O Projeto Paraná 12 Meses' foi executado em parceria com o Banco Mundial (BIRD) que, nesse período, já atuava como um defensor das causas neoliberais e, a partir de parcerias e empréstimos, impunha os ditames do mercado aos países em desenvolvimento. A atuação do Banco, conforme Pereira (2017a), firmava os ajustes estruturais para a adaptação dos países endividados às novas condições da economia e política neoliberais. Entre os anos de 1980 e 1989 foram aplicados programas de ajustes do Banco Mundial em países da América Latina, África e parte da Ásia (PEREIRA, 2017b). Os principais objetivos eram o controle da inflação, retomada do crescimento econômico, estabilização, redução do consumo interno, abertura do comércio e privatização de empresas públicas. Ou seja, todas as medidas buscavam a execução e aprofundamento da agenda neoliberal.

Um dos destaques dessa fase foi o combate à pobreza (HARVEY, 2005), ampliada justamente por conta das medidas neoliberais que fizeram aumentar a exclusão social. Dentro desse contexto que o Banco Mundial voltou a dar crédito para projetos e programas agrários. Na visão dos executivos do Banco, com o fim da Guerra Fria, a questão fundiária já podia ser tratada sem ideologia (PEREIRA, 2017b). Em outras palavras, significava adotar toda matriz capitalista. A ideia era de que antes disso a reforma agrária, por exemplo, estaria ligada a um ideal revolucionário e agora poderia ter um tratamento técnico e pragmático.

O Banco Mundial também estava empenhado em garantir segurança para o chamado setor produtivo, a partir de regras que beneficiassem o capital. Pereira (2017b) destaca que o BM trazia em seus relatórios claramente a intenção de evitar prejuízos aos mercados, mesmo em questões como da reforma agrária. Ou seja, nota-se que as aplicações dos recursos no setor primário eram submetidas aos interesses do agronegócio. O Banco apontava o caminho do mercado, a partir de financiamentos, para acomodar as questões agrícolas e rurais, sem mexer na

concentração fundiária e no ajuste econômico. Na visão adotada pela instituição, essas alternativas reduziriam a ênfase nas desapropriações e quebrariam as relações entre a reforma agrária e os conflitos no campo (PEREIRA, 2017b).

Os grupos atendidos nos programas do Banco Mundial foram classificados como ‘agricultores comerciais e empreendedores rurais’, que são aqueles produtores altamente tecnificados e competitivos, focados no mercado de exportação; ‘pequenos produtores de baixa produtividade em transição’, desafiados pelo princípio neoliberal a melhorar a produtividade, combinada com melhor funcionamento dos mercados; e um terceiro grupo, composto por agricultores ‘marginalizados’. Grupos que Wilkinson (2000) classifica de consolidados, produtores em transição e periféricos, respectivamente.

Como havia um foco no combate à pobreza, Pereira (2017b) considera que o fato de tentar atender também os mais pobres indica que o Banco Mundial trabalhava no sentido de combater a ascensão política dos movimentos sociais pró-reforma agrária, esvaziando a base social. Nesse sentido, segundo o autor, a estratégia da instituição seria de depuração do campo a partir da modernização seletiva de segmentos articulados ao “agribusiness”.

3.3.1 Objetivos e análises do ‘Projeto Paraná 12 Meses’

A partir da consolidação do neoliberalismo, o discurso do Banco Mundial e do Governo do Estado estavam mais afinados e foi assim que, ainda no ano de 1995, representantes do Banco Mundial procuraram a Secretaria de Estado do Planejamento para propor um possível projeto para a área rural (IPARDES, 2006). Esse foi o embrião do ‘Paraná 12 Meses’, projeto que tinha como proposta, desenvolver ações para fortalecer o pequeno estabelecimento rural, tornando-o eficiente, competitivo e lucrativo, com melhores moradias, saneamento e renda, entre outros aspectos. A proposta inicial de investimento era de 353,5 milhões de dólares, dos quais 50% financiados pelo Banco Mundial (PARANÁ, 1997). Os recursos saíram do Tesouro do Estado (49,5%) e do Banco Mundial (50,5%). O projeto teve como meta contemplar o desenvolvimento das áreas social, produtiva, tecnológica e o fortalecimento institucional.

O Paraná 12 meses é um projeto do governo do Estado, que visa promover o desenvolvimento econômico social da população rural e o manejo e

conservação dos recursos naturais. Terá duração de seis anos, com área de atuação em todo o território estadual, apoiado por recursos do tesouro do Estado e por financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). (PARANÁ, 1997, p.5).

Dessa maneira, o Paraná 12 Meses começou a ser desenvolvido entre 1995/96 pela Unidade de Desenvolvimento de Projeto (UDP) do Centro de Coordenação dos Programas de Governo (CCPG) da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. A Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) seria a mais diretamente ligada ao trabalho de campo, junto com suas subsidiárias, como Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR), Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) e Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar).

O projeto foi criado com o objetivo de desenvolver um trabalho voltado principalmente para atender o pequeno produtor, definido como agricultor familiar, conceito escolhido pelo posicionamento ideológico do governo. O Iparde (2006), na análise dos resultados, identifica duas vertentes para a proposta. Uma delas considera que houve uma política compensatória, diante da exclusão social ocorrida nas décadas de 1960 e 1970. A outra era voltada para a difusão de técnicas e práticas para a unidade familiar que não tivessem um impacto ambiental tão elevado como no processo de mecanização das décadas anteriores.

A conceituação do 'Paraná 12 Meses' considerava como unidade produtiva familiar aquela em que a família fosse a responsável principal pelas atividades diárias da produção. O conceito da unidade familiar abrangia as categorias de 'Produtor de Subsistência', 'Produtor Simples de Mercadorias' e 'Empresário Familiar'. Nesse sentido, o documento proposto considerava que a agricultura familiar devia se apropriar das oportunidades apresentadas para superar as desvantagens e ampliar as vantagens que têm. Isso, sob pena de se tornar inviável e agravar a questão social (PARANÁ, 1997).

Do total dos recursos do projeto, 87,2% foram diretamente voltados aos beneficiários das linhas de apoio financeiro, que compreendem obras, serviços, assistência técnica e treinamento. Os 355 milhões de dólares (que depois tiveram adendos para que o projeto fosse estendido para os anos seguintes) foram direcionados para a adequação de estradas rurais e construção de residências nas Vilas Rurais (PARANÁ, 1997). Também eram previstos recursos para aplicação nas

instituições envolvidas e desenvolvimento tecnológico das atividades de capacitação e profissionalização dos beneficiários, pesquisa, estudos e assistência técnica.

A análise econômica e dos custos seguiram metodologia indicada pelo Banco Mundial. Foram feitos levantamentos de campo, estudos de caso e simulações de mudanças nos sistemas de produção recomendados (PARANÁ, 1997). Criou-se quatro componentes para atingir os objetivos: desenvolvimento social, desenvolvimento produtivo, fortalecimento institucional e desenvolvimento tecnológico (IPARDES, 2006). Também foram definidas obrigações para os beneficiários, que incluíam o comprometimento de recursos próprios para as despesas não cobertas pelo Fundo de Alívio a Pobreza (FUNPARANÁ), linha de apoio financeiro, criada para fazer a aquisição de equipamentos e materiais; acatar todas as recomendações técnicas; participar de cursos e treinamentos; aplicar técnicas de manejo e conservação de solos; buscar uma produtividade média das principais culturas acima dos índices do município, entre outras (IPARDES, 2006). As instâncias governamentais seriam responsáveis para desenvolver mecanismos e estimular a adoção de práticas e técnicas recomendadas pelo Programa.

A aquisição de equipamentos e materiais devia ser feita a partir de proposta elaborada no município, via escritório local da Emater. Isso depois de definidos pelo Conselho Municipal os itens a serem apoiados. Havia dois tipos de bens, os individuais e aqueles adquiridos por grupos, com o uso previsto no projeto técnico, com um termo formal de compromisso de utilização compartilhada ou um regimento interno. Além dos quesitos técnicos e econômicos, o candidato a beneficiário também precisava se enquadrar no que fosse definido como prioridade pelo Conselho Municipal. Todos os bens adquiridos seriam dos beneficiários, sendo que no caso de grupos, a utilização era prevista no projeto técnico (IPARDES, 2006).

Por questões operacionais, o Projeto subdividiu o Estado em oito regiões, associadas com as ações do componente social e do componente produtivo. A constatação das diferenças regionais, segundo o IparDES (2006), deveria ser incorporada na formulação de políticas públicas. Essas diferenças eram mais importantes, segundo a avaliação, do que o tamanho da área, principal variável usada para caracterizar as categorias de produtores. A análise do Instituto é de que ao subdividir o Paraná em regiões, a coordenação do 'Projeto' percebeu que o Estado é diversificado.

FIGURA: Mapa do 'Paraná 12 Meses' dividido por regiões



Os produtores atendidos pelo programa foram divididos em categorias específicas. Assim, para efeito do projeto, os beneficiários foram caracterizados como Produtores de Subsistência (PS), Produtores Simples de Mercadorias (PSM), Empresário Familiar (EF) e Empresário Rural (ER). Os PSM foram classificados de acordo com área e capital em três diferentes faixas, conforme a tabela abaixo:

TABELA 4 – Classificação dos PSM

CATEGORIAS	ÁREA (ha)	BENFEITORIAS (R\$)	EQUIPAMENTOS (R\$)	MÃO DE OBRA FAMILIAR (%)
PS / PSM 1	25	12.150,00	9.720,00	80
PSM 2	40	29.160,00	29.160,00	50
PSM 3	50	97.200,00	87.480,00	50
EF / ER	50	97.200,00	87.480,00	50

Fonte: Paraná. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (2019)

Os produtores de subsistência seriam aqueles, de acordo com o Projeto, com a produção voltada predominantemente para a subsistência familiar e venda do excedente. Além disso, parte da renda familiar poderia vir de trabalho fora da propriedade. Já o produtor simples de mercadorias, além de atender as necessidades da família com a produção, teria pelo menos um produto voltado para o mercado, uso de tração animal e mão de obra familiar, principalmente. Já as outras duas categorias eram voltadas para o mercado, sendo que o empresário familiar deveria ter a venda como prioridade, mas com forte participação da família

nas tarefas cotidianas, enquanto o empresário rural trabalhava exclusivamente para o agronegócio e com empregados assumindo as tarefas.

Candidatos a beneficiários precisavam se enquadrar nos critérios definidos de área, renda, estrutura e ocupação da mão de obra. Outra definição do projeto era de que a renda fosse proveniente exclusivamente das atividades agrícolas, com exceção dos grupos PS e PSM1, que podiam também servir como trabalhadores em outras propriedades. Além dos proprietários de terra, foram classificados como beneficiários os assentados, posseiros, arrendatários, parceiros e meeiros. Empresários familiares e empresários rurais seriam beneficiados indiretamente, quando tinham estabelecimentos localizadas em microbacias hidrográficas do Projeto Paraná Biodiversidade, de acordo com o Projeto (PARANÁ, 1997).

Outra categoria descrita no 'Paraná 12 Meses' era dos 'trabalhadores rurais volantes'. Nesse caso, o texto se refere às Vilas Rurais (PARANÁ, 2019), programa iniciado em 1995, por iniciativa do Governo do Estado. Em 1997, as Vilas passaram a compor o 'Paraná 12 Meses'. O objetivo era melhorar as condições de habitação dos trabalhadores rurais volantes e aumentar a renda (SEPULCRI, 2005).

O subcomponente mais direcionado ao público alvo foi o 'Combate à Pobreza no Meio Rural', voltado especialmente para os 'produtores mais pobres', que se enquadravam como PS/PSM1. Previa três linhas de atuação: infraestrutura social familiar (que incluía reforma de moradias); desenvolvimento comunitário e geração de renda. O objetivo era...

[...] propiciar instrumentos que possam melhorar as condições de vida das famílias, o acesso a serviços básicos e a geração de renda, fundamentados na organização comunitária e na capacitação/profissionalização para atividades na agricultura ou fora dela. (PARANÁ, 1997, p.14).

Outros subcomponentes voltados diretamente aos produtores beneficiados eram: 'Manejo e conservação dos recursos naturais, primeira fase'; e 'Manejo e conservação dos recursos naturais, 2ª fase'. O Subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais (fases 1 e 2) tinha como objetivo desenvolver o setor produtivo. Na 'Fase 1' a proposta era aumentar a produtividade das lavouras, com a preservação do meio ambiente, a partir do manejo adequado dos recursos naturais que levaria ao controle da erosão e melhoria da fertilidade dos solos. Já na 'Fase 2', o projeto tinha como foco a melhoria da eficiência técnico-econômica

voltada para o mercado, principalmente com uma produção mais intensiva, diversificação e verticalização da produção (IPARDES, 2006). A assistência técnica/extensão rural passou a atuar intensamente no projeto, com orientação aos beneficiados na seleção e utilização de tecnologias adequadas a cada atividade.

3.3.2 Participação dos pequenos produtores beneficiados

O documento síntese do projeto credita a viabilidade da agricultura familiar ao desenvolvimento da família rural como cidadã e ao crescimento profissional. Sem isso, seria inviável, segundo o documento. Dessa forma, propõe a participação dos beneficiários nas discussões, que trariam maior horizontalidade aos trabalhos executados, tendo as famílias como protagonistas principais no desenvolvimento e não como objetos passivos de ações paternalistas/assistencialistas. Assim, tal participação ocorreria em todas as fases do projeto.

Todas as propostas dos beneficiários serão construídas e implementadas a partir das comunidades, microbacias, grupos (propostas geridas de baixo para cima), uma vez que decide melhor quem conhece e vive sua realidade concreta. (PARANÁ, 1997, p.11)

O público meta do projeto incluía todos os produtores rurais do Paraná, mas apenas os classificados como 'Produtores de Subsistência' (PS) e 'Produtores Simples de Mercadoria' (PSM) receberiam apoio financeiro, o que de fato ocorreu. Os critérios para classificação são os expostos na tabela 4. Também foram incluídos no projeto os trabalhadores rurais volantes, das vilas rurais.

Todos os trabalhos envolveram os profissionais de assistência técnica para a implantação das propostas (PARANÁ, 1997, p. 20). O projeto tinha como grande executor o Governo do Paraná, com recursos do Banco Mundial. Em princípio, oito secretarias foram envolvidas, entre elas Meio Ambiente (SEMA), Educação (SEED), Trabalho (SERT), Habitação (SEPH) e, principalmente, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), junto com suas subsidiárias: Emater-PR, Iapar e Codapar. No plano regional, as comissões regionais e entidades governamentais regionais; no municipal, prefeituras (principalmente as secretarias municipais de agricultura), conselhos municipais, ONGs, sindicatos rurais e representantes de beneficiários; nas comunidades rurais, microbacias ou vilas rurais havia os grupos formalizados de beneficiários (IPARDES, 2006).

As atividades seriam executadas por instituições públicas (Emater-Paraná e prefeituras municipais) e privadas (técnicos de cooperativas e da agroindústria). Era prevista a participação de 1500 técnicos, 65% da extensão pública. A iniciativa privada participaria em projetos de parceria e em trabalhos específicos.

Uma das atividades principais, no sentido de mostrar a importância da aplicação de tecnologias na lavoura (uso de defensivos – ou agrotóxicos, conforme o posicionamento epistêmico -, fertilizantes, cultivares e manejo adequado) foi a implantação de unidades de referência. Estabelecimentos rurais escolhidos pela influência do agricultor na comunidade ou aptidão para adotar as novas tecnologias, que tinham como objetivo principal, servir de suporte às mudanças nos sistemas de produção (PARANÁ, 1997). Os resultados seriam apresentados a outros agricultores em encontros técnicos. De acordo com o que previa o programa, o ‘Projeto Paraná 12 Meses’ provocaria impactos sociais, econômicos e ambientais. Com isso, a expectativa era de que aproximadamente 50% dos beneficiários melhorariam as condições de vida, aumentariam a produtividade e teriam um incremento na renda.

3.3.3 Objetivos e justificativas do Projeto

No ano de elaboração do ‘Projeto Paraná 12 Meses’, mais de 80% dos estabelecimentos familiares do Estado tinham área inferior a 50 hectares. A lavoura média das principais culturas era de: feijão 2,5 hectares; algodão, 7,6 hectares; milho, 8,6 hectares; trigo, 25 hectares e soja, 35 hectares (PARANÁ, 1997). Tais produtos, com pequena escala, tem custos elevados e reduzem a sustentabilidade. Esse e outros aspectos faziam com que o objetivo geral do projeto fosse

[...] aliviar a situação de pobreza rural no estado numa ação sustentável, apoiada na modernização tecnológica, na geração de novos empregos, na proteção ao meio ambiente e na melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural. (PARANÁ, 1997, p. 14)

O documento também traz alguns objetivos específicos, dos quais, para efeito da análise desse trabalho, destacam-se a redução dos índices de pobreza no meio rural, com ações voltadas para moradia, saúde, saneamento, geração de renda, entre outros; implantação de vilas rurais para melhorar as condições de vida dos trabalhadores volantes; atuar em ações de recuperação dos solos, com manejo e uso sustentado dos recursos naturais; uso de tecnologias para aumento da produção, produtividade e renda. Chama a atenção a proposta seguinte:

[...] apoiar mecanismos de aumento de ingressos de renda na unidade produtiva, aqueles que propiciam maior capacidade de competição frente a abertura de mercado e a redução da participação do Estado no processo econômico. (PARANÁ, 1997, p. 14).

O texto em destaque deixa clara, mais uma vez, a opção pelo discurso neoliberal, presente naquele momento. Com abertura de mercado e encolhimento do papel do Estado. O 'Paraná 12 Meses' destacava, ainda, a comunidade, como a base para as ações a partir da vontade dos envolvidos. Assim, o 'Projeto' seria um instrumento para assessorar, orientar e capacitar os produtores, além de oferecer apoio financeiro para "alavancar as mudanças necessárias para superar os desafios da agricultura familiar no Paraná" (PARANÁ, 1997, p.11). Para a análise do Iparde, questões como padronização eram importantes porque os mercados do agronegócio, cada vez mais, assim exigiam. Isso significa ter escala e regularidade na oferta de produtos e matérias-primas para a indústria, o que só é possível, segundo o Instituto, incorporando tecnologias que então não estariam acessíveis aos produtores de baixa renda.

A justificativa apresentada no projeto de cunho neoliberal, critica os programas econômicos anteriores, que teriam sido marcados por uma combinação entre protecionismo intenso e produção interna com elevados investimentos públicos. Isso teria criado um cenário econômico artificial, que seria culpado pela redução de crédito de longo prazo, aumento da inflação e marginalização de boa parte da população, segundo a visão do governo (PARANÁ, 1997).

A partir da crítica anterior, o documento síntese do Projeto lembra que a agricultura depende muito das políticas nacionais (PARANÁ, 1997). São do plano federal, questões como crédito, comercialização e comércio exterior. Assim sendo, cabia ao Estado do Paraná políticas para o desenvolvimento da agricultura que pudessem intervir para estancar o processo de empobrecimento da agricultura familiar. Nisso é que se enquadrava o 'Projeto Paraná 12 Meses'.

Diante do exposto, o projeto destaca mudanças ocorridas mundialmente a partir da década de 1980, baseadas em teorias que o documento chama de liberais, ou seja, a vitória neoliberal sobre o Estado de Bem-Estar Social. Tais mudanças redefiniriam o papel do Estado, enfatizando conceitos de eficiência e competição. Com isso, seriam reduzidos subsídios e aplicados programas de privatização e abertura do mercado para o capital estrangeiro. No Brasil, as mudanças teriam como suporte o Plano Real, que reduziu a inflação drasticamente e assim criou, na

concepção do documento, um ambiente favorável aos investimentos externos (PARANÁ, 1997). Dessa forma, os coordenadores consideravam que cresciam as perspectivas de investimentos e crescimento econômico. Mas as novas regras poderiam restringir a capacidade de competição de quem não estivesse organizado.

Também são expostas estatísticas econômicas para justificar a implantação do projeto. Os dados apontavam para o fato da renda na agricultura do Paraná ser baixa, inclusive com 39% da população rural não tendo renda alguma e, daqueles com rendimento, 70% ganharem menos de dois salários mínimos mensais (PARANÁ, 1997). Se fossem considerados dependentes, o percentual de pessoas ocupadas com renda mensal até dois salários mínimos chegava a 81%. O motivo, de acordo com o 'Paraná 12 Meses', estava na baixa rentabilidade das culturas trabalhadas e na pequena escala da produção. Com técnicas adequadas, seria possível aumentar a produtividade de algumas dessas culturas em até 100%.

O documento questionava a qualidade da alimentação da família rural e destacava as condições precárias de muitas moradias. Na época, do total de domicílios rurais, 56,3% eram próprios e 43,7% cedidos ou ocupados (PARANÁ, 1997). O índice era inferior à média nacional (68,2%) e bem abaixo dos outros estados do Sul: Rio Grande do Sul (75%) e Santa Catarina (77,35%). O 'Projeto' (PARANÁ, 2019) lembra que o Paraná era responsável por mais de 20% da produção de grãos do Brasil, com destaque para trigo, soja, milho, feijão e algodão. Mas, apesar desses números, quase metade das residências rurais eram precárias, feitas de materiais muitas vezes inadequados. Um terço dessas casas tinha apenas um cômodo e 12% dois cômodos. A eletricidade era encontrada em 30% das casas e 80% não tinham água encanada. Além disso, 92% não tinham sanitários. Tais índices justificariam o item 'reforma de residências' do subcomponente 'Combate à Pobreza'.

Na questão do manejo e conservação de solos, o Projeto destaca os efeitos da intensa mecanização da década de 1970, que geraram perdas de solos e erosão "pondo em risco a produtividade das lavouras" (PARANÁ, 1997, p. 6).

3.3.4 Resultados avaliativos do Paraná 12 Meses

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) foi responsável pela avaliação institucional do 'Paraná 12 Meses'. No relatório final

constam oito anos do 'Projeto', de 1998 a 2006, ou seja, do segundo governo Jaime Lerner, que faz parte deste estudo, e do primeiro governo Roberto Requião.

No período analisado para a pesquisa (1998 a 2002) foram aplicados R\$ 278.643.190,51 em projetos. O componente 'Combate à Pobreza' foi o que recebeu a maior parte dos recursos nos primeiros quatro anos, com 69,99% do total, ou pouco mais de R\$ 195 milhões. Já o componente 'Manejo e Conservação de Solos' (Fase 1 e 2) comportou 26,68% dos valores, que significam R\$ 74,3 milhões no período (IPARDES, 2006).

TABELA 5: Investimentos do Paraná 12 Meses de 1998 a 2002

COMPONENTE	VALORES EM R\$	PERCENTUAL
Combate à pobreza	195.024.239,66	69,99%
Manejo e Conservação dos Recursos Naturais – Fase 1	47.753.072,29	17,13%
Manejo e Conservação dos Recursos Naturais – Fase 2	26.630.784,05	9,55%
Capacitação de executores de benefícios	1.212.509,74	0,43%
Pesquisa, Estudos e Avaliações	5.023.040,77	1,8%
Sistema de Informações (Deral)	830.614,71	0,29%
Gerenciamento do Projeto	2.073.344,38	0,74%
Assessoramento do Projeto	95.638,78	0,03%
TOTAL	278.643.190,51	100%

Fonte: Avaliação Institucional do Projeto Paraná 12 Meses – IparDES - 2006

Segundo o IparDES (2006), a concentração de recursos do Projeto Paraná 12 Meses se deu na grande Região Norte e no Noroeste do Estado. De acordo com a avaliação do instituto, isso está relacionado “ao dinamismo do agronegócio nessas regiões e com os atributos do capital social e sua consequente capacidade de carrear recursos financeiros e técnicos” (IPARDES, 2006, p.61).

Ao longo do projeto (considerando-se até 2006), 122.424 produtores foram atendidos (PARANÁ, 2019). O Paraná tinha 369.875 estabelecimentos rurais em 1998 (IBGE, 1998), dos quais, 321.380 eram familiares, o que corresponde a 86,9% do total. Viviam nessas áreas, conforme levantamento realizado, 480.900 famílias, sendo que 40% delas viviam com renda inferior a meio salário mínimo; 31% com renda até um salário mínimo e 28% com mais de um salário mínimo (IPARDES, 2006). Nota-se, portanto, que se cada produtor atendido representar uma família atendida, ainda assim, apenas 25% do total de famílias foram de alguma forma beneficiadas. Sem contar que muitos investimentos, como readequação de estradas, foram indiretos, ou seja, constam da totalização, mas sem ser diretamente relacionado ao produtor.

TABELA 6: Investimentos e projetos desenvolvidos

Projetos realizados	Produtores beneficiados
Projetos elaborados	14.192
Reforma de moradias e saneamento básico	23.310
Fomento agrícola e atividades de geração de renda	30.192
Melhoria da fertilidade do solo	40.546
Aquisição de equipamentos agrícolas	15.975
Atividades de controle da erosão e da poluição	49.268
Adequação dos sistemas de produção para maior agregação de renda	27.643
Moradias construídas para famílias de trabalhadores rurais - Vilas Rurais	15.609
Fomento agrícola e atividades de geração de renda	16.041

Fonte: Paraná. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (2019)

O relatório do IparDES (2006) considera que há uma distância entre a elaboração das políticas públicas e a capacidade das instituições em realizar as ações e trabalhos pensados inicialmente. Essa distância dificulta a implementação de programas ou projetos. Exemplo disso, de acordo com o relatório, foi a sobrecarga verificada na reduzida equipe técnica da Emater.

A avaliação do IparDES também questiona o programa de Vilas Rurais, mas não em relação ao problema fundiário, mas por se tratar de áreas diminutas, ou seja, com um foco neoliberal. Diz o relatório

[...] será que as Vilas Rurais são a solução para os trabalhadores sem-terra? Será que a habilitação para o trabalho, não ligado diretamente à produção agropecuária, não é a ação mais adequada ao contexto atual do mercado de trabalho? (IPARDES, 2006, p. 92).

O texto se aproxima do pensamento funcionalista da equipe de Delfin Neto que, no início da ditadura militar, também via o homem do campo como reserva de mão de obra ideal para o processo de urbanização e industrialização (IPEA, 2015).

Por fim, o relatório do IparDES (2006) considera que os recursos do Projeto Paraná 12 Meses atingiram os produtores e trabalhadores rurais mais pobres, como era previsto, isso devido a um esforço de regularização desse público. Com isso, resultados indiretos da habilitação das famílias também seriam perceptíveis, como organização de segmentos e fortalecimento do capital social, trabalho que não deve ser estanque, segundo o relatório, mas se acentuar após a conclusão do projeto. O apoio financeiro na construção, reforma de casas e saneamento básico foram de grande importância para a melhoria das condições de saúde das famílias rurais mais carentes, na avaliação do IparDES (2006), principalmente porque houve atuação, pelo componente social, nas regiões com maiores problemas sociais.

Os pesquisadores do IparDES (2006) acreditavam que o caminho mais viável para a aplicação das políticas públicas era a participação da iniciativa privada no desenvolvimento social. A avaliação do Instituto era de que setores dinâmicos atraíam investimentos, mas os benefícios disso não chegavam à maior parte das pessoas, especialmente para aquelas mais carentes, sem capacitação para participar da expansão econômica. Estado, sociedade e o setor empresarial deveriam, segundo o documento, atuar juntos para alcançar as mudanças necessárias.

A atuação desses segmentos em ações que envolvem problemas sociais e ambientais, atualmente designadas de "responsabilidade social", vem crescendo com a participação da iniciativa privada em ações que atenuam os malefícios da exclusão social, por meio da criação de oportunidades econômicas e/ou habilitação dos segmentos sociais mais frágeis. (IPARDES, 2006, p.95)

O papel que caberia ao Estado seria da construção de um padrão de desenvolvimento menos excludente, ao mesmo tempo em que criasse as condições e induzisse a participação dos demais segmentos nas intervenções públicas.

3.4 PENSAMENTO TEÓRICO SOBRE O PROJETO RURAL

Há um discurso por trás da proposta do 'Projeto Paraná 12 Meses' que está contextualizado no espaço e no tempo e encontra efetivação dentro de determinadas conjunturas, como as que levaram a todo processo histórico de ocupação do território, formação de uma elite rural/urbana e de um campesinato paranaense. As condições do momento favoreceram o incremento de um discurso que pode ser analisado a partir dos conceitos de unidimensionalidade (Marcuse) e imposição opressora (Freire).

Entende-se, neste trabalho, que o discurso oficial do 'Projeto Paraná 12 Meses' propunha um modelo de desenvolvimento para o pequeno produtor que atrelava tal público ao agronegócio. Dessa maneira, os projetos ocultavam as discussões de movimentos sociais do campo. A opção por determinadas abreviaturas linguísticas, como 'agricultura familiar' se sobrepondo a outros de enfoques mais contestatórios, como 'camponês', que caiu no esquecimento nos discursos oficiais e de mídia, mostram tal posicionamento.

Dessa forma, a análise de discurso será realizada na busca de indícios dessas abreviaturas linguísticas nas propostas do 'Projeto Paraná 12 Meses' e que ecoaram pelos meios de comunicação através de releases das assessorias de imprensa do governo do Estado e mesmo de matérias jornalísticas. A partir disso, essas posições eram levadas como verdade única ao receptor das notícias.

Além da unidimensionalidade, este trabalho apresenta a visão freiriana sobre o modelo industrial capitalista. Para Paulo Freire (1987), existem as figuras do opressor e o oprimido, do invasor e da comunidade invadida nas relações econômicas e sociais e é dessas amarras que a estrutura rural precisa se libertar. Nesse sentido, o grande capital internacional, as empresas multinacionais e os representantes do agronegócio no país podem ser relacionados com o opressor e a massa trabalhadora e pequena proprietária com o oprimido.

Na obra 'Pedagogia do Oprimido', Freire (1987) destaca quais são as formas de opressão, quem são as pessoas oprimidas e as maneiras, às vezes sutis, outras nem tanto, como tal ação ocorre, deixando claro de que se trata de uma discussão sobre luta de classes, mas com uma análise da forma de agir de cada um. Nesse sentido, diz que há uma falsa generosidade nos opressores, que têm necessidade da permanência da injustiça para continuarem agindo de forma a parecerem bondosos. Tal classe se mostraria, então, contrária à igualdade e liberdade, pois só se sente bem se estiver em posição superior.

Freire (1987) destaca que a classe opressora desenvolve uma convicção de que pode transformar tudo em poder de compra, o que leva a uma concepção estritamente materialista da existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas e o lucro o objetivo principal. "Ter mais, na exclusividade, não é um privilégio desumanizante e inautêntico dos demais e de si mesmos, mas um direito intocável" (FREIRE, 1987, p. 30). Já as massas oprimidas passam a ser depósitos de conteúdos domesticadores do conhecimento que é favorável aos opressores. No fundo, acredita, a invasão é uma maneira de dominação cultural e econômica, realizada por uma sociedade matriz, metropolitana, sobre a população dependente. O objetivo é fazer com que os invadidos passem a ver a realidade a partir da lógica dos invasores, assim, aceitando como seus, os propósitos trazidos de fora do seu próprio mundo. Procura-se, com isso, manter o 'status quo', afastando a ameaça de que uma visão crítica da realidade cause anseios por mudanças. Em qualquer

atividade a convicção dominadora, segundo o autor, é de que lhe cabe transferir, levar ou entregar à população técnicas e conhecimentos.

Por outro lado, Freire (1987) considera que, em muitos casos, o oprimido teme a liberdade e se refugia naquilo que lhe traz segurança, que muitas vezes significa seguir as propostas dos opressores, pois estas lhes parecem coerentes. O reconhecimento de si mesmos se encontra, segundo o autor, prejudicado pela realidade opressora oferecida. Nessas condições, o comportamento dos oprimidos é feito sob pautas estranhas a eles, pertencentes aos invasores.

Ao opressor interessa enfraquecer o oprimido cada vez mais (FREIRE, 1987), o que é feito de diversas maneiras. A dominação se dá a partir da propaganda, slogans e outras formas de manipulação, muitas delas veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Alguns métodos tentam passar a impressão de que são altruístas e que as ações têm a intenção de ajudar. A invasão cultural surgida daí impõe aos dominados a sua visão de mundo.

Os oprimidos, quando conseguem se sobressair, ao atingir uma nova condição, passam a agir como os opressores, que representam aquilo que reconhecem como uma aspiração (FREIRE, 1987). Há nisso uma clara cópia do modelo do dominador como forma de desenvolvimento prevista. Por outro lado, o objetivo da classe chamada opressora é manter seu estilo de vida sem nenhuma alteração. O autor considera que enquanto a classe subalterna não conseguir reconhecer tal situação não pode participar de um projeto de libertação. “Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo” (FREIRE, 1987, p.20).

O que parece indiscutível para Freire (1987) é que se o objetivo for buscar a libertação do homem, o primeiro passo é não o alienar e sim utilizar um processo dialógico, que é a essência para educação como prática de liberdade. A simples entrega do conhecimento a trabalhadores, urbanos ou camponeses, não surtirá os efeitos desejados. Para o autor, a concepção de ensino proposta não pode ser a da imposição de conhecimentos, como se os educandos fossem meros recipientes vazios, aptos a receber conteúdos.

O que ocorre na ação entre opressores x oprimidos, segundo Freire (2001) é claramente perceptível no meio rural. Para o autor, a partir da invasão, o conteúdo que é entregue aos agricultores reflete a visão de mundo daqueles que a levam e que é superposta à visão daqueles que recebem. São propostas exógenas, em

pacotes fechados, não apenas para os produtores rurais, mas também para os executores dos programas, que estão mais diretamente ligados aos agricultores, ou seja, os extensionistas de campo. O modus operandi prevê a substituição dos conhecimentos tradicionais do meio rural pela nova realidade, vinda de fora.

O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação [...] Os primeiros atuam, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra e os segundos são proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro [...] O invasor pensa sobre os segundos, jamais com eles. Esses são pensados por aqueles. O invasor prescreve e os invadidos são pacientes. (FREIRE, 2001, p. 41)

No aspecto tecnológico, os trabalhos surtem resultados. O problema, segundo Freire (2001), reside no fato do produtor não participar de forma horizontal do processo decisório. A crítica freiriana é de que o extensionismo cumpre um papel de persuasão da população rural para que esta aceite a propaganda do agronegócio, o que fica longe de ser uma ação educativa. Persuasão e propaganda não são conciliáveis com educação, na avaliação do autor, que considera que os processos educacionais devem buscar a prática da liberdade. Qualquer conteúdo técnico, comercial ou ideológico, para ele, é domesticador.

Os programas rurais, para Freire (2001), não são de apoio ao produtor rural, mas de imposição dos modelos do agronegócio, com uma superposição do novo sobre o velho e não propriamente uma passagem de uma para a outra. Os pacotes apresentados podem atender a interesses da indústria, que quer vender produtos, mais do que do produtor rural. O modelo ideal, segundo o autor, deveria privilegiar a apreensão do conhecimento a partir de uma decisão própria do produtor rural. Mas a tomada de decisão, na modernização tecnicista, não se acha na área em transformação e sim fora dela, segundo Freire (2001).

O movimento libertador se apresentaria de outra forma, com a decisão naquele que se transforma e não como uma forma mecânica de introdução de conhecimentos. Parece claro para Freire (2001) o equívoco ao qual pode conduzir o conceito de extensão: o de estender um conhecimento técnico. O correto seria, através de uma comunicação eficiente, obter uma compreensão mútua entre camponeses e agrônomos. Assim, a busca não deve ser limitada a desenvolvimento de técnicas ou comercialização, mas a uma transformação cultural.

Freire (2001) destaca que a tendência do extensionismo é cair facilmente no uso de técnicas de propaganda e de persuasão. Ao simplesmente prescrever

opções, o extensionista irá manipular e “coisificar”, o que o fará estabelecer uma relação de domesticação que pode ser disfarçada como inofensiva. A comunicação é essencial para levar conhecimento, que não pode ser reduzido a uma simples relação do sujeito cognoscente com o objeto cognoscível.

3.5 UNIDIMENSIONALIDADE DISCURSIVA

A partir da crítica freiriana, percebe-se que tal modelo encontra ressonância nas ideias do sociólogo e filósofo ‘frankfurtiano’¹⁰ Herbert Marcuse, que acusa a sociedade industrial moderna de promover um pensamento único de desenvolvimento. Segundo Bastos (2014), a sociedade globalizada, para Marcuse, é a do homem unidimensional, que se refere principalmente a um modo de vida que seja condizente com o capitalismo e com uma tendência totalizante de sociedade. Tal pensamento leva à ideia da mercantilização de todos os setores em um espaço em que a ‘unidimensionalidade’ ultrapassou fronteiras com o seu paradigma econômico e visa a subjetividade, a partir do simbolismo (BASTOS, 2014).

O conceito da sociedade unidimensional surgiu no contexto sombrio da Guerra Fria, quando todas as ações podiam ser justificadas e aceitas pelo medo, segundo Marcuse (1973), que diz que nessas circunstâncias, os meios de informação em massa têm mais facilidade em fazer aceitar os interesses particulares como sendo interesses da sociedade. Dessa forma, negócios são levados adiante com apoio político ou até transformados em políticas públicas, como sendo propostas racionais, contra as quais não é sensato ser contra.

A unidimensionalidade de Marcuse (1969) aponta para o aspecto de que a tecnologia leva ao controle social pela dominação da técnica e à dominação do pensamento, também, o que significa a racionalidade como controle. A perspectiva ‘marcusiana’ tem origem, necessariamente, no desenvolvimento tecnológico, daí é tecida toda crítica, não à tecnologia, mas ao modelo social desenvolvido a partir dela. Douglas Kellner¹¹ (MARCUSE, 1998) diz que Herbert Marcuse distingue a tecnologia como uma maneira de organizar e manter as relações sociais. Kellner destaca que o aparato tecnológico da indústria moderna, na perspectiva marcusiana, submeteu o indivíduo à dominação de todo o aparato social.

¹⁰ Marcuse foi um dos principais nomes da Escola de Frankfurt, que reuniu pensadores de concepção marxista e desenvolveu a Teoria Crítica da Cultura e da Sociedade de Massa.

¹¹ Douglas Kellner faz a introdução do livro ‘Tecnologia, guerra e fascismo’, de Herbert Marcuse.

Segundo Kellner (MARCUSE, 1998), conforme o capitalismo e a tecnologia se desenvolvem, o paradigma industrial passa a exigir cada vez mais da sociedade submetida ao aparato unidimensional. A racionalidade tecnológica estabelece padrões impostos socialmente. Dessa forma, o caminho se apresenta como dado pela tecnologia e segui-lo parece não apenas racional como razoável, o que faz com que o indivíduo que pensa ser livre acabe cooptado pelo modelo oferecido.

O projeto racional proposto pela modernidade leva o indivíduo a uma determinada submissão aos paradigmas racionalistas. Dessa forma, desenvolve um conjunto de valores e verdades próprios que estão a serviço do capital. Ao mesmo tempo, a crescente especialização, cada vez mais presente nas atividades cooptadas pelo mercado, é outro aspecto notório, como é o caso da própria agricultura, segundo Marcuse (1998).

O paradigma de desenvolvimento da mecanização e da racionalização faz com que os mais fracos ou menores acabem por se submeter ao domínio das grandes corporações industriais (MARCUSE, 1998). A busca da eficiência competitiva favorece sempre o poder econômico, que domina os mercados e tem maior capacidade de investimento em tecnologia. Nessas circunstâncias, são ditadas a quantidade, a forma e o tipo de mercadorias a serem produzidos. Herbert Marcuse questiona a produtividade, que passa a ser um fim por si só, independente da necessidade, apenas voltada para o aumento dos lucros (BASTOS, 2014).

Marcuse (1973) destaca que a estrutura hierárquica se mantém pela racionalidade, enquanto explora com eficiência cada vez maior os recursos naturais e mentais, gerando mais desigualdade. O autor diz que “a racionalidade e a manipulação técnico-científicas estão fundidas em novas formas de controle social” (MARCUSE, 1973, p. 144), daí que a noção de neutralidade da tecnologia não se sustenta, uma vez que não pode ser vista isolada do uso que lhe é dado. Isso confirmaria a ideia de que a sociedade tecnológica funciona como um sistema de dominação, presente no conceito e na elaboração das técnicas.

A tecnologia institui formas eficazes de controle e coesão social, que se disseminam também para áreas menos desenvolvidas e até mesmo pré-industriais, segundo Marcuse (1973), onde a revolução social e a reforma agrária são cabíveis, como nos países subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento). Para essas regiões, o autor não defende a industrialização dentro dos padrões das chamadas sociedades

desenvolvidas, o que propõe é uma adequação a modelos autóctones, que garantam, assim, o conhecimento e cultura locais.

O pensamento 'marcusiano' é de que o progresso parece ser possível, desde que em áreas nas quais os recursos naturais sejam libertados da usurpação e suficientes, não só para a subsistência, mas também para o crescimento. Isso exige uma política planejada que, em vez de simplesmente sobrepor novas técnicas aos estilos tradicionais de vida e trabalho, amplie e melhore suas próprias bases, eliminando as forças opressivas e exploradoras. O desenvolvimento tecnológico se insere em um universo político com um projeto histórico específico, avançando para a ocupação de todo tempo de trabalho, ou tempo livre, dos indivíduos. A racionalidade técnica está personificada no paradigma capitalista. Isso não se aplica apenas às fábricas e ferramentas, mas também à forma de trabalhar. Marcuse (1973) diz que a imposição do modelo fabril é tão forte que não se altera em nenhum sistema político, nem no capitalismo, nem no socialismo.

A automatização, que pode ser vista também no pequeno estabelecimento rural, com a inserção dessa classe de agricultores à cadeia agroindustrial, traz aceleração do trabalho, desemprego tecnológico, revigoração da posição da gerência, impotência e resignação crescentes por parte dos trabalhadores (MARCUSE, 1973). Segundo o autor, o homem acaba tendo sua liberdade de ação restrita quando se sujeita ao paradigma do progresso técnico, ainda que lhe apareçam, devido ao aparato tecnológico, sinais de liberdade e comodidade.

Marcuse (1973) também avalia que o mundo moderno traz uma aparência de igualdade, mas pessoas consumindo os mesmos produtos não indica o desaparecimento de classes e sim a extensão das necessidades e satisfações que objetivam a preservação do status quo. A sensação de pertencimento leva a uma tomada de posição em defesa ao paradigma tecnológico/mercadológico. No âmbito da divulgação, de acordo com o autor, a linguagem favorável a modelos e instituições glorifica o que é proposto e intimida qualquer posição contrária.

Aquilo que a princípio se apresenta como tecnológico é político, uma vez que a transformação da natureza é a transformação do homem, podendo revolucionar ou retardar a sociedade. "Na construção da realidade tecnológica não há uma ordem científica puramente racional, o processo da racionalidade tecnológica é um processo político" (MARCUSE, 1973, p. 162). Dessa forma, a eficácia e a produtividade atendem a interesses particulares das grandes corporações. Nesse

caso “o governo é uma força estimulante, sustentadora e por vezes até controladora” (MARCUSE, 1973, p. 38) de tais interesses. Ao estilo próprio da Teoria Crítica frankfurtiana, o autor considera que a sociedade unidimensional oferece uma forma pura de servidão, de existir como um instrumento ou uma coisa. Assim, a superestrutura produtiva sobre uma base social infeliz, penetra o meio e os agentes da publicidade moldam o universo no qual o comportamento da unidimensionalidade se expressa. Diante de tal quadro, o autor propõe um movimento de contracultura dentro da cultura institucionalizada, movimento antagônico nas instituições hegemônicas, uma política de resistência ao modelo imposto e assim ter um ‘homem emancipado’ em vez do ‘homem unidimensional’ (MARCUSE, 1969).

A aplicabilidade da análise ‘marcusiana’ da unidimensionalidade no Projeto Paraná 12 Meses, implantado em um ambiente de governos neoliberais, se encontra nas propostas de utilização de novas tecnologias que vem de fora para dentro e atendem não diretamente às necessidades dos pequenos produtores, mas principalmente aos interesses das grandes corporações multinacionais. Percebe-se que o projeto determina a legitimação do pensamento único para o campo ao sugerir a adoção de novas tecnologias a uma classe que poderia ter outras técnicas e propostas para o próprio desenvolvimento.

Há pelo menos mais duas questões centrais na aproximação do conceito de unidimensionalidade com as políticas do governo Jaime Lerner para o campo. Uma delas é o programa de Vilas Rurais, que em diferentes momentos apresentou discursos como sendo uma alternativa para a reforma agrária. Dessa forma, estimulava a opinião pública contrária aos movimentos de trabalhadores rurais sem terra. Outra é a própria adoção da abreviatura linguística de agricultor familiar em vez de camponês, o que filia o projeto ao modelo agroindustrial.

3.6 ANÁLISE DE DISCURSO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Serão apresentados neste subitem os elementos teóricos da análise de discurso para estabelecer os parâmetros da proposta. Segundo Orlandi (2007), tal técnica não trata da língua ou da gramática, mas da palavra em movimento. Dessa maneira, enquanto a análise de conteúdo se interessa pelo significado do texto, a análise de discurso quer saber como o texto significa. A autora explica que a linearidade ‘emissor-mensagem-receptor’ é substituída por algo mais complexo, ou

seja, a produção de sentidos. Nem sempre o que está exposto deve ser visto através da construção frasal, pois no subtexto podem ser encontrados os sentidos a serem avaliados. Não interessam meramente as matérias jornalísticas, os releases produzidos pelas assessorias de imprensa do governo do Estado ou a fala em entrevistas dos membros desse mesmo governo, tampouco o texto do projeto. O que está sendo avaliado é a relação do discurso com a postura neoliberal e a 'unidimensionalidade' do agronegócio como padrão ideal para o desenvolvimento da pequena agricultura e da vida rural. A análise de discurso, portanto, segundo Carvalho (2013), faz parte de uma tentativa semiológica de fazer a interpretação social através dos processos de comunicação.

Para Charaudeau (2010), a maneira como se fala apresenta uma intencionalidade, algo que se mostra como argumento. A opção por abreviaturas linguísticas como agricultura familiar, modernização ou globalização, no discurso do 'Paraná 12 Meses', traz um posicionamento histórico em favor dos conceitos do agronegócio. Procura-se, a partir disso, o significado do que foi dito e do não dito (LIMA, 2003). O camponês pode ser o que não foi dito, portanto, isolado de qualquer discussão que mostre este como viável. Nesse sentido, Orlandi (2008) afirma que o analista deve ter como objetivo tornar os processos de significação explícitos.

De acordo com Pêcheux (2006), a análise de discurso deve interrogar a existência do real, pois há outra existência e outro saber, diferentes daqueles que foram expostos. Assim, segundo o autor, todo discurso é um índice em potencial das filiações 'sócio históricas', que está dentro de um contexto de espaço, também. O discurso pode mostrar intenções que não estão presentes à primeira vista, no plano semântico, mas que são afetados por aspectos históricos e ideológicos (CARVALHO, 2013). O que o analista deve pretender, a partir de um dispositivo de análise, ou seja, o texto falado ou escrito, a entrevista, a notícia ou o release, é desvendar o que está subentendido.

A forma como a análise será desenvolvida depende de critérios rígidos pré-estabelecidos pelo pesquisador. De acordo com Orlandi (2007), é preciso construir um dispositivo a partir das questões que foram colocadas e dos materiais classificados para a compreensão do discurso presente no texto.

Orlandi (2008) explica que o analista tem como objeto de estudo o texto e como objetivo da pesquisa a compreensão do discurso. A partir disso, com a escolha dos elementos corretos, é feita a análise das frases e palavras que têm

peso ideológico definido, bem como daquilo que está oculto no dizer da narrativa elaborada pelo emissor. De acordo com a proposta de Orlandi (2007), primeiro é preciso considerar que o sujeito da fala interpreta um texto e cabe ao analista descrever a ação que será submetida à análise. Com isso, busca-se compreender os processos de significação do texto, ainda que novamente interpretado.

Definido objeto e elementos, o pesquisador deve fazer a análise, não sobre o texto pronto, mas sobre o discurso nele presente (ORLANDI, 2007). Deve ser levado em consideração o que se diz, quem diz e em que circunstâncias é dito. De acordo com a autora, o subentendido a ser analisado depende muito do contexto, já que o texto não traz apenas mensagens a serem codificadas, mas efeitos e sentidos produzidos em condições determinadas e que estão presentes na forma como são ditos. Tanto o que está presente no texto como o que está ausente têm peso no discurso. Portanto, a escolha por abreviaturas linguísticas como agricultura familiar e agronegócio pode significar tanto quanto a ausência de palavras como camponês.

De acordo com Charaudeau (2016), a partir do século XX, governos e mídia passaram a organizar a propaganda e o debate social no sentido de instrumentalizar a sociedade civil. Para isso, mesmo pesquisas estatísticas ganham espaço e a intencionalidade dos conceitos passa a ser levada à sociedade por documentos e pela mídia. Os releases aproveitados pelos meios de comunicação são porta-vozes das mensagens oficiais. Dessa forma, conforme destaca Carvalho (2013), os meios de comunicação fornecem um extenso espaço para a análise de discurso que pode revelar elementos que não estão em evidência.

Segundo Charaudeau (2016), os veículos de comunicação fazem circular a palavra nas diferentes camadas populacionais e tocam grande parte dos indivíduos através de manchetes, citações e textos impactantes, dando a aparência de que se trata de uma opinião consensual. Se a fala oficial é publicada sem uma voz discordante, como pode ser observado na questão do 'Projeto Paraná 12 Meses', tal discurso parece ser unanimidade. Outro aspecto importante a ser observado é que a superexposição dos acontecimentos pode levar a uma manipulação da audiência, que acaba por dar crédito a determinados fatos devido à quantidade de vezes que aparece como verdadeiro. Ocorre, assim, uma aliança entre mídia e política com o objetivo de atingir determinados efeitos no receptor (CHARAUDEAU, 2010).

Carvalho (2013) lembra que o texto jornalístico é apresentado como sendo objetivo, mas esconde posicionamentos e ideologias, principalmente das chamadas

classes dominantes. Outros interesses estão presentes, segundo o autor, como visão de mundo dos jornalistas¹² além dos aspectos econômicos, incluindo fontes oficiais de recursos, por exemplo. Daí que releases que estejam de acordo com tais posições encontram facilmente espaço em veículos de mídia.

A partir da afirmação dos conceitos ideológicos, o discurso objetiva construir a opinião, com a palavra o pensamento e a ideia circulando em documentos e meios de comunicação. Charaudeau (2016) explica que a manipulação da opinião pública ocorre a partir da legitimação e promessa de condições de vida melhores. Sendo assim, a mídia participa do processo, mesmo que involuntariamente.

Pêcheux (2006) considera que o discurso é o instrumento da prática política, usado para transformar as relações sociais, reformulando até mesmo a demanda social. A partir desse ponto de vista, Orlandi (2007) explica que a análise de discurso concebe a linguagem como a forma de mediação entre o homem, a realidade e a sociedade. Assim, o que funciona no aspecto do discurso é a posição imaginária. Não é o agricultor visto empiricamente, mas o agricultor imaginado pelo receptor, que recebe uma mensagem a partir de determinada ideologia. Carvalho (2013) acredita que a expressão autônoma do indivíduo está “contaminada” pela ideologia.

Diante do reconhecimento do poder ideológico dos textos, Orlandi (2007) diz que a análise de discurso tem como função compreender de que maneira os objetos simbólicos produzem sentidos, desfazendo a ilusão de transparência da linguagem, ou seja, há uma relação de força e uma relação de sentidos, que faz com que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz.

Constitui nesse confronto do simbólico com o político e processos que ligam discursos e instituições. Desse modo é que acreditamos que o sujeito na posição do professor de esquerda fale X enquanto um de direita fale Y. [...] Os sentidos não estão nas palavras, nelas mesmas, estão aquém e além delas. (ORLANDI, 2007 p.42).

Dessa maneira, a autora lembra que a palavra terra, por exemplo, não tem o mesmo sentido para um índio, para um agricultor sem-terra ou para um grande proprietário rural. A ideologia formata a maneira como o sujeito se relaciona com a história e com a língua, o que se reflete no discurso e na forma como se posiciona diante de questões centrais da sociedade atual. A mecânica do sentido, conforme

¹² Neste caso, deve-se incluir também e, principalmente, dos proprietários do jornal, além de outros envolvidos na mensagem, como as fontes de informação.

explica Charaudeau (2010), pretende transformar o mundo a significar em mundo significado. Nesse sentido, as palavras têm um peso discursivo, como 'globalização x internacionalização', ou 'agricultura familiar x camponesa'.

O acontecimento/fato não é simplesmente um acontecimento/fato, mas é representado por uma narrativa e uma dramatização, a partir do receptor (CHARAUDEAU, 2010), ou seja, um acontecimento (aplicação de um programa de governo, por exemplo) tem uma significação, algo que quer afirmar. A dupla natureza do acontecimento se dá como fato e como sentido (SILVA e MAIA, 2011).

Carvalho (2013) diz que a ideologia organiza os valores, pensamentos e sentimentos nos indivíduos. Aplicada ao discurso, pode tentar eliminar as contradições ou justificar as diferenças existentes. Assim, a transmissão do modo de ver o mundo e do que é prioridade na vida das pessoas se constitui como etapa seguinte do processo ideológico. O discurso se consolida, então, a partir de instituições ou aparelhos ideológicos do Estado. Semanticamente, os termos apresentam de forma oposta, em relação de contrariedade (FIORIN, 2006).

Observa-se que o discurso está presente na sociedade e os indivíduos são inseridos nele desde o nascimento, segundo Orlandi (2007). Ai um novo discurso surge e pode refazer o sujeito pela interpretação do texto. O emissor atua dentro de condições de produção de imagens do sujeito e do objeto em determinada conjuntura, com diversas posições que são determinadas de acordo com a posição de onde se fala e de onde se recebe a mensagem. Charaudeau (2016) apresenta uma avaliação sociológica que encontra situação análoga, discursivamente, à proposta que está sendo apresentada neste trabalho. O autor diz que "todas as sociedades evoluem segundo o mesmo processo: situação de conflito, tentativa de regulação, estabelecimento de equilíbrio e depois novamente conflito, regulação, equilíbrio etc." (CHARAUDEAU, 2016, p. 11). A crise na pequena produção paranaense, a partir da década de 1970, se apresenta como 'situação de conflito' e o lançamento de projetos de apoio, como o 'Paraná 12 Meses', são a 'tentativa de regulação' que estabelece o equilíbrio em termos de discurso.

Observados do lado do capital, como ocorreu a partir da "revolução verde", que buscava novos mercados para a indústria voltada ao campo, os conflitos surgem da insatisfação dos poderosos, ou do capital, que quer mais espaço, riqueza ou proteção de seus interesses (CHARAUDEAU, 2016). O objetivo é estender o poder sobre outros territórios ou defender o seu próprio espaço. O modelo do

agronegócio proposto por projetos governamentais para a pequena propriedade exemplifica essa tentativa de ampliar os domínios transnacionais também para esse setor, uma vez que, em geral, médias e grandes propriedades já estavam plenamente vinculadas ao sistema industrial.

A partir dessas questões, Charaudeau (2016) observa a participação das autoridades no discurso, que por imposição de leis ou meios de regulação de conflitos, pode alterar determinados quadros, já que o poder tem condições de mudar as ordens, agindo sobre instituições ou grupos sociais. Legitimidade, autoridade e potência permitem a ação. No primeiro caso (da legitimidade), isso ocorre por reconhecimento institucional do direito de agir em nome de todos, como é o caso dos órgãos governamentais. Já a autoridade se dá a partir do 'saber fazer', com reconhecida competência, habilidade e aptidão na área em questão. A autoridade, segundo Charaudeau (2016) não é dada e sim adquirida.

A análise de discurso pode atuar a partir da encenação das ideias na dramaturgia política, segundo Charaudeau (2016). Nesse sentido, é importante observar que em situações problemáticas surgem as promessas de solução que podem ser absorvidas pela opinião pública como o caminho viável a ser seguido.

Ao tratar da 'unidimensionalidade', Herbert Marcuse (1973) também da importância à discursividade. De acordo com o autor, o processo unidimensional de dominação passa por uma linguagem funcional, abreviada e unificada, que afasta todo tipo de distinção. O sujeito gramatical, em uma sentença, é prioritariamente "substância" e permanece assim em vários estados, funções ou qualidades, atuando ativa ou passivamente relacionado com os predicados a ele atribuído, mas será diferente deles. O sujeito, segundo Marcuse (1973), traz um significado universal que é expresso em uma situação particular. Assim, pode até participar de algumas relações, mas não é exatamente a própria relação. Ele permanece sendo o que é, inserido na nova proposta, ou mesmo contra ela, ainda como seu "cerne universal".

A síntese proposicional liga a ação (ou estado) ao sujeito, de tal maneira que este é designado como o ator (ou portador) e é assim distinguido do estado ou função em que aconteça estar. Ao dizer: "o relâmpago estronda", a criatura "não pensa meramente no estrondo do relâmpago, mas no próprio relâmpago, que estronda", num sujeito que "passou à ação". E se uma sentença dá uma definição de seu sujeito, não dissolve o sujeito em seus estados ou funções, mas o define como estando neste estado ou exercendo esta função. (MARCUSE, 1973, p. 102)

Marcuse (1973), assim, afirma a importância das palavras em um contexto social. Ele diz que se utilizou da filosofia da gramática para mostrar como as abreviaturas linguísticas podem representar determinado pensamento e promover conteúdos sociais ao mesmo tempo em que outros “são suprimidos na linguagem funcional, barrados da expressão e da comunicação” (MARCUSE, 1973, p. 102). A imposição unidimensional do pensamento, a partir da fala, passa pela fixação de imagens, impedimento de autoavaliação e imunidade à contradição. Quer dizer, quem detém a supremacia, seja pelo voto, poder econômico, ou domínio do espaço emissor (ou as três coisas) impõe um discurso e suprime o discurso contraditório.

A linguagem funcional unificada é uma linguagem irreconciliavelmente anticrítica e antidialética. Nela, a racionalidade operacional e behaviorista absorve os elementos transcendentais, negativos e de oposição da razão. (MARCUSE, 1973, p. 103).

Nesse sentido, um projeto dominante, em determinado contexto de tempo e espaço, como seria o caso do agronegócio, é tratado de forma unidimensional, como única verdade possível. Escolher algumas abreviaturas linguísticas e apagar outros questionadores ou contrários, como ‘camponês’ ou ‘diversidade’ é uma garantia da imposição da unidimensionalidade. O sujeito dessa ação, no caso o pequeno produtor, passa a ser inserido num projeto externo dentro do plano particular, local.

CAPÍTULO 4

UNIDIMENSIONALIDADE DO AGRONEGÓCIO PRESENTE NO PROJETO VOLTADO PARA O PEQUENO PRODUTOR

Neste capítulo pretende-se avaliar a presença da continuidade do pensamento unidimensional do período reconhecido como da modernização da agricultura no 'Projeto Paraná 12 Meses', entre 1998 e 2002. Trata-se de pesquisa documental, qualitativa, realizada sobre documentos e notícias referentes ao projeto. Esse modelo de pesquisa, de acordo com Gil (2008), se vale de recursos cursivos que são, por exemplo, documentos elaborados por agências governamentais. Também correspondem a materiais publicados em veículos de comunicação de massa, como matérias jornalísticas, artigos ou releases.

A partir da reconstituição histórica e da apresentação do pensamento teórico, descritos nos capítulos anteriores, será possível iniciar a análise discursiva do 'Projeto Paraná 12 Meses' e do 'Programa Vila Rural', que foi inserido ao projeto financiado pelo Banco Mundial a partir da sua aprovação, em 1997. Durante todo o segundo governo Lerner esses foram assuntos amplamente divulgados pela estrutura estatal e imprensa oficial, com ressonância nos veículos de mídia.

Os dados publicados nos documentos oficiais ou meios de comunicação de massa oferecem um conhecimento objetivo da realidade de períodos históricos, isso porque foram firmados e escritos naquele momento (GIL, 2008). Dessa maneira, optou-se por analisar o discurso dentro do contexto do final da década de 1990 e início dos 2000, a partir da fala dos atores envolvidos com o 'Projeto Paraná 12 Meses' e dentro do cenário estabelecido naquela conjuntura (SOUZA, 1984).

Os documentos de orientação e avaliação institucional do 'Projeto' utilizados foram: 'Projeto Paraná 12 Meses – Síntese', que explica todo o processo aos técnicos e membros dos conselhos envolvidos com a execução; Site da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), que está disponível na internet, no endereço <http://www.simep.seab.pr.gov.br/pr12meses/index.html>, com todos objetivos e organograma; Manual de Campo do Projeto, usado para orientar os extensionistas e membros dos conselhos na elaboração das propostas; e 'Avaliação Institucional do Projeto Paraná 12 Meses', elaborada pelo Ipardes.

Com relação aos releases, nem a assessoria de imprensa da SEAB, nem a assessoria de imprensa do Governo têm arquivos dos materiais produzidos na

época. Por conta disso, foi necessário realizar pesquisa sobre o que foi veiculado a partir de meios impressos, o que, de certa forma, apesar de mais árduo, enriqueceu a pesquisa, pois foi possível ampliar a verificação para a intencionalidade dos jornais e posição diante do 'Projeto Paraná 12 Meses', além de permitir a análise discursiva das matérias próprias dos veículos em relação ao tema. A opção escolhida foi por representar as três regiões históricas: o Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste/Oeste. Assim, foram pesquisadas edições de 1998 a 2002 de três jornais: 'Diário da Manhã' (Ponta Grossa-Paraná Tradicional), 'Folha de Londrina' (Londrina-Norte) e 'O Paraná' (Cascavel-Sudoeste/Oeste). Foram analisados 326 textos, entre releases, matérias feitas por equipes dos próprios veículos e artigos, além de quatro materiais encontrados em outras publicações, totalizando 330 textos.

A busca se deu por elementos discursivos que mostrassem como o texto significa e produz sentidos (ORLANDI, 2007). O dispositivo de análise recaiu sobre significações conceituais, que tanto podiam estar em palavras, frases, como em textos completos. Abreviaturas linguísticas como 'agricultura familiar', 'modernização', 'globalização', 'agronegócio', 'iniciativa privada' ou 'reforma agrária sem invasões' tiveram atenção especial por demonstrarem a busca por uma proposta unidimensional para o pequeno produtor atendido pelo 'Projeto Paraná 12 Meses'. De acordo com Orlandi (2007), aquilo que está subentendido depende muito do contexto, já que o texto não apresenta apenas mensagens, mas efeitos e sentidos produzidos em condições determinadas e forma como são ditos.

Busca-se, na análise, ainda, o significado do que foi dito e do não dito (LIMA, 2003). O conceito de camponês, por exemplo, pode ser o que não foi dito. Para Marcuse (1973), as abreviaturas linguísticas representam determinado pensamento e promovem conteúdos sociais ao mesmo tempo em que outros são suprimidos na linguagem funcional. No texto estará a imposição unidimensional do pensamento, a partir da fala, com uma proposta de fixação de imagens e imunidade à contradição, conforme o autor.

A partir do discurso, percebe-se que releases, matérias e documentos demonstram as filiações históricas (PÊCHEUX, 2006) para as quais o governo pretendia direcionar o pequeno produtor e o trabalho rural. Para isso, analisa-se a circulação dos temas a partir da veiculação, conforme explica Charaudeau (2016).

Os documentos foram analisados com o objetivo de observar como se desenvolveram os discursos ali inseridos, justamente em um período em que a

proposta neoliberal era dominante no País e no Paraná devido ao grande resultado alcançado no processo eleitoral, ainda que historicamente não seja possível filiar os grupos políticos envolvidos com a ideologia liberal. O que está em pauta é a apropriação do discurso. Dessa maneira, buscou-se saber como a narrativa liberalizante iria interferir nas políticas para o meio rural e com qual ênfase? Por não se tratar de uma análise de conteúdo, não são buscadas apenas palavras ou frases, mas sim conceitos ou abreviatura linguística e subtextos perceptíveis dentro de determinados critérios pré-estabelecidos de lugar de fala e produção de sentidos.

Evidente que o discurso proposto pelo governo Lerner era de cunho capitalista/neoliberal, bem como o era a orientação do Banco Mundial, que buscava a adaptação dos países endividados às políticas neoliberais, conforme visto no capítulo anterior (PEREIRA, 2017a). Tal filiação e posicionamento se deram a partir de narrativas favoráveis aos conceitos como iniciativa privada, estado mínimo, e globalização, além da própria afirmação neste sentido, ainda que historicamente, tais grupos políticos fossem muito mais identificados com ideias conservadoras e patrimonialistas, conforme observado nos capítulos I e II, que mostram a formação do tecido social rural e agrário do Paraná.

Assim, a modernização conservadora identificada por Fernandes (1987) encontrava mais uma vez terreno no episódio em análise, quando propostas neoliberais eram utilizadas para confirmar estruturas conservadoras e patrimonialistas, como a questão fundiária. Tais medidas mostram uma articulação histórica entre governos e agronegócio, como destaca Delgado (2012), a partir de propostas unidimensionais (MARCUSE, 1973).

Dessa forma, conforme Pereira (2017b), todos os programas e projetos apoiados pelo Banco Mundial, que, aliás, foi quem procurou inicialmente o governo do Estado (IPARDES, 2006), deviam atender produtores com potencial de introdução de tecnologias. O objetivo da instituição financeira era dar segurança ao setor produtivo internacional, com garantias aos ganhos de capital.

A proposta apresentada no 'Paraná 12 Meses', presente nos textos, é de recuperação e desenvolvimento da pequena propriedade, de modo a torná-la competitiva. Tal processo apareceria como política compensatória devido à devastação causada pelo projeto de modernização rural das décadas anteriores. Ao determinar uma elaboração conjunta das propostas, feita pelos conselhos, junto com técnicos e agricultores beneficiados, o 'Projeto', paradoxalmente, se aproxima da

teoria freiriana, que trata de uma forma mais dialógica de construção rural e não com pacotes tecnológicos e produtivos feitos de cima para baixo. Mas a prática pode apontar para outro caminho, nunca defendido abertamente, que é o da atração para o seio do agronegócio, do pequeno produtor, ainda residente e resistente no campo.

Da maneira como foi elaborado, o ‘Paraná 12 Meses’ poderia atender aos interesses da agroindústria e demais grandes investidores do setor e não mexer na estrutura fundiária e agrária do Paraná, ao mesmo tempo em que se aplicavam recursos voltados para a pequena propriedade. A análise, portanto, se dá sobre esses posicionamentos que podem estar presentes nos discursos dos documentos e de autoridades, de forma direta ou indireta, nos jornais analisados. Para fazer tal pesquisa, foi importante obedecer a critérios qualitativos que detectassem ou não tal presença, conforme apresentado no quadro ‘1’:

QUADRO 1: Critérios de análise utilizados na leitura do material publicado

CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO
Um	Agricultura familiar e variantes: como abreviatura linguística, tal opção indica um posicionamento antagônico em relação aos movimentos sociais do campo, que optam pela nomenclatura de camponês por considerar o primeiro um termo ligado ao agronegócio.
Dois	Ideias relacionadas à aplicação de novas tecnologias que correspondam também à utilização de insumos, maquinários modernos e defensivos (nunca agrotóxicos).
Três	Defesa do mercado, tratativas sobre as exigências do mercado globalizado e produção voltada para atendê-lo.
Quatro	Discurso sobre a inserção do produtor ao mercado consumidor globalizado e atual como única forma de permanência no campo.
Cinco	Outra observação é a própria discussão de campesinato. Se ocorre ou está ausente da narrativa.
Seis	Reconhecimento ou não da heterogeneidade da construção teórica do pequeno produtor rural ou do pequeno estabelecimento. Neste caso, busca-se saber de que maneira aparecem no discurso termos como ‘agricultura familiar’ ou ‘camponês’.
Sete	Tipo de produção sugerida e integração à agroindústria. Muitos setores, como de carnes, leite e fumo, trabalham integrados com a indústria, que oferece todos os insumos e adquire a produção, enquanto cabe ao agricultor integrado, adequar a propriedade e cumprir com as tarefas, comprometendo a mão de obra.
Oito	Defesa do projeto neoliberal, que pode se dar com a ideia de redução do estado e aumento da participação da iniciativa privada, além de posicionamento favorável ao capital, globalização, agronegócio, competitividade e do mercado.
Nove	Como forma de investigar a realidade da proposta horizontal do ‘Projeto Paraná 12 Meses’, identificar os sujeitos das matérias e releases das assessorias de imprensa.
Dez	Outros aspectos não classificados na metodologia utilizada e que aparecem ao longo dos discursos encontrados em matérias jornalísticas, releases e documentos.

Um aspecto comum aos quatro documentos relativos ao ‘Projeto Paraná 12 Meses’ é o uso natural dos conceitos ‘agricultura familiar’ ou ‘agricultor familiar’ e suas variantes, como ‘unidade produtiva familiar’, ainda que o termo reapareça

menos do que pequeno produtor. Esse é um aspecto que mostra uma aproximação da linguagem/discurso adotada pelo agronegócio e as posições antagônicas aos movimentos sociais. A partir disso, é possível avaliar os demais critérios pontualmente, sem a necessidade de retomar o critério 'um'.

4.1 DOCUMENTOS PESQUISADOS PARA ANÁLISE DO PROJETO

Neste tópico será apresentada a análise de discurso feita sobre os documentos do 'Paraná 12 Meses' pesquisados. Os critérios abordados serão os mesmos aplicados para veículos de imprensa.

4.1.1 Projeto Paraná 12 meses – Síntese

O 'Projeto Paraná 12 meses – Síntese' é um manual lançado em 1997 para orientação de extensionistas e participantes dos conselhos. São 28 páginas que explicam detalhadamente o convênio e orientam sobre como proceder e quais são os objetivos. Além do já citado uso do conceito de agricultura familiar, dentre as orientações e explicações, o texto defende que o uso de tecnologias é a melhor alternativa para a pequena propriedade e que é possível mudar os sistemas de produção com uso de novas técnicas. O livreto não explica quais são, mas fica claro que se trata do uso de produtos desenvolvidos pela agroindústria transnacional, quando se fala em aumento de produtividade, por exemplo. Não destaca formas alternativas, apenas a tecnologia e, ao não descartar o que é comumente usado e fazer comparações com o agronegócio, logo, conjectura-se que é esse negócio o defendido. O conceito de tecnologia racional é uma decisão ideológica, como observaria Marcuse (1998). Fica mais claro quando trata das 'propriedades de referência' que usarão insumos e máquinas difundidas pela agroindústria.

[...] contribuir para viabilizar a recuperação dos solos, via manejo e uso dos recursos naturais de forma sustentada, com base em alternativas tecnológicas que aumentem a produção, produtividade e a renda do produtor rural [...] (PARANÁ, 1997, p.14)

A estrutura econômica da época direcionava o 'Projeto', que buscava, além da melhoria dos solos e das habitações, inserir o pequeno produtor na lógica de mercado do agronegócio. Estava entre os objetivos específicos do 'Paraná 12

Meses', apresentados no documento síntese, o aumento da capacidade competitiva frente à abertura de mercado e a redução do papel do Estado na economia.

Apoiar mecanismos de aumento de ingressos de renda na unidade produtiva, e aqueles que propiciam maior capacidade de competição frente a abertura de mercado e a redução da participação do Estado no processo econômico. (PARANÁ, 1997, p.14)

O 'Projeto' sugere a inserção do pequeno produtor ao modelo do agronegócio de maneira a aceitar tal unidimensionalidade ou se tornar inviável. "A agricultura familiar (...) deve apropriar-se das oportunidades que se apresentam, sob pena de se tornar inviável e agravar a questão social" (PARANÁ, 1997, p.10).

Em todo o momento, o documento dá ênfase aos "novos tempos" neoliberais de abertura de mercado e defesa da iniciativa privada e, ao mesmo tempo, faz críticas a posições que oferecem maior presença do estado em políticas de apoio social. Na introdução do livreto isso fica claro a partir da informação, em tom de denúncia, de que nas últimas décadas a economia brasileira como um todo continha muito protecionismo e investimentos públicos que, assim, escasseavam o crédito.

Nota-se que se trata de uma defesa dos interesses do setor financeiro, que defendia e defende o estado mínimo e que posições contrárias ao mercado financeiro levam à marginalização dos mais pobres. O documento corrobora as informações históricas de que a opção neoliberal se deu a partir da década de 1980, com mudanças liberais que redefiniram qual é o "papel do Estado" e davam ênfase a abreviaturas linguísticas como eficiência e competição.

O documento defende a redução dos subsídios, privatização, abertura do mercado, entre outras medidas. Um texto introdutório com tal discurso afirma que o 'Paraná 12 Meses' seria trabalhado dentro dessa linha, logo, em consonância com o setor pertencente ao neoliberalismo, ou seja, o agronegócio e suas estruturas. Os beneficiários seriam, então, subordinados a essa lógica, ainda que o projeto tratasse da ideia de se construir junto e não para o pequeno produtor. O documento traz outros textos que merecem destaque na análise discursiva. O próprio fato de se tratar de uma parceria com o Banco Mundial (BIRD) já indica o direcionamento pró-mercado, já que a instituição tinha determinantes neoliberais.

Importante destacar que o texto reconhece as falhas da década de 1970 quando, devido à intensa mecanização, aconteceram problemas ambientais como

erosões, que levaram à perda de produtividade. Mas em nenhum momento aponta os responsáveis pelo que ocorreu, como se todos tivessem responsabilidade.

A intensificação da mecanização na década de 70 foi acompanhada do crescimento da perda de solo devido à erosão, pondo em risco a produtividade das lavouras. (PARANÁ, 1997, p.6)

Os problemas ambientais, de infraestrutura e econômicas do pequeno produtor foram levantados para a implantação do Projeto e daí desenvolvidos os subcomponentes que deveriam fazer frente aos entraves observados. O relatório procura descrever as situações difíceis de renda, alimentação, produtividade, atividade e moradia para justificar o projeto.

As condições de moradia da população rural do Estado são precárias. Do total de domicílios rurais, somente 56,3% são próprios e 43,7% são domicílios cedidos ou ocupados [...] considerando-se a média de 4,36 pessoas por família e que 31,5% das moradias possuem apenas um cômodo servindo como dormitório, pode-se questionar a qualidade do descanso e recuperação de energia gasta num dia de trabalho, bem como as condições de higiene. (PARANÁ, 1997, p.4)

Também como justificativa do 'Projeto', é destacado que 80% das propriedades rurais paranaenses tinham, na época, menos de 50 hectares e que a maioria dos pequenos produtores enfrentava dificuldades. Diante disso, critica a forma de produção, apresenta o 'Paraná 12 Meses' como solução e reforça a necessidade de profissionalização do público beneficiário para ser inserido no "mercado competitivo". As orientações do documento aparecem no sentido de dar protagonismo ao produtor assistido, o que, de certa forma, se apresenta como discurso freiriano e uma crítica aos modelos anteriores, ao dizer que os beneficiários participam de todas as etapas.

A participação dos beneficiários pauta-se no diálogo permanente, garantindo uma relação de horizontalidade, onde o beneficiário é o protagonista principal de seu próprio desenvolvimento e não objeto passivo de ações paternalistas/assistencialistas. A participação dos beneficiários ocorre em todas as etapas de execução do projeto. (PARANÁ, 1997, p.4)

Embora a afirmação seja de que a decisão era do beneficiário, na prática as propostas eram feitas com envolvimento dos conselhos, que contavam com técnicos e representantes políticos regionais e municipais. A definição dos recursos para cada região e a aprovação vinham de instâncias superiores.

4.1.2 Paraná 12 Meses – SEAB

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e suas empresas e institutos afiliados foram as principais instituições envolvidas com o ‘Projeto Paraná 12 Meses’. Por conta disso, desenvolveu texto sobre objetivos e resultados. Em todo documento, se refere ao público assistido como agricultores familiares, embora em alguns momentos também os trate como pequenos produtores.

O texto defende a ampliação do uso das tecnologias do agronegócio e faz alusão à continuidade do processo produtivo conservador da agroindústria, que tem na produção de grãos, por exemplo, seu maior interesse dentro da agricultura paranaense. Isso pode ser observado, por exemplo, quando o texto diz que os produtos tradicionais ainda têm espaço para crescer: “Mas é urgente valorizar o papel dos produtores rurais e os produtos tradicionais da agricultura, que não têm ainda esgotados seus potenciais de produtividade” (PARANÁ, 2019, I.2). Os produtos tradicionais da agricultura paranaense são as commodities voltadas para a exportação, presentes desde o processo modernizador da década de 1970. Embora não esteja explícito, a proposta é de utilização das mesmas fontes de tecnologia, ainda que com paradigmas conservacionistas, para a pequena propriedade.

Dentro do mesmo texto é reforçada a busca pela inserção ao mercado, no qual só se sobrevive sendo competitivo e ser competitivo é adotar os modelos do agronegócio. As propriedades de referência são apresentadas como uma boa forma de convencer os pequenos produtores, mesmo os não beneficiários diretos do ‘Paraná 12 Meses’, a aderirem aos padrões tecnológicos sugeridos, não como alternativa, mas como única solução, ou solução unidimensional, especialmente na produção de grãos, técnicas e insumos industrializados. No geral, a proposta defende “modernidade técnica” e “competitividade”.

É por isso que o governo do Paraná alicerça as ações no conceito de desenvolvimento, ao invés de simplesmente crescimento. Este conceito soma as virtudes modernidade técnica e modernidade ética. Ou seja: reconhece e apoia a evolução da competitividade da agricultura, ao mesmo tempo em que reconhece as diferenças e desigualdades dos vários segmentos que compõem a agricultura paranaense e orienta suas políticas, objetivando possibilitar a que todos adquiram condições de participar do desenvolvimento. (PARANÁ, I.5)

Observa-se uma concordância às condições de concorrência e mercado, que acabam por modificar a vida e rotina dos pequenos produtores, ou agricultores familiares, principalmente quando estes se tornam integrados de agroindústrias como laticínios ou frigoríficos, com cotas e demandas a obedecer. No documento da SEAB, o texto destaca as oportunidades existentes nessas cadeias, principalmente de produção animal e leite. Mas o projeto, em diversos momentos, também apoia a diversificação com a proposta de incentivar a produção de frutas, verduras, café adensado, agroindústria caseira, entre outros, desde que com tecnologias ditas modernas. Isso se confirma nas notícias e releases publicados nos jornais analisados. De qualquer forma, prevalece o discurso de que só resta aos pequenos produtores acatar as regras do exigente mercado ou desaparecerem. “Em síntese, a agricultura familiar deve apropriar-se das oportunidades que se apresentam, sob pena de se tornar inviável e agravar a questão social” (PARANÁ, 2019, I. 6).

O “Mapa da Realidade”, subitem do documento, defende que o rural, com os complexos agroindustriais, só pode ser entendido como uma extensão do urbano. Os organizadores do texto consideram que o meio rural do país se urbaniza e só existe por localização geográfica, mas que a atividade desenvolvida é apenas correlata à agropecuária tradicional. Daí, então, resignar-se aos novos padrões de concorrência e mercado seria o padrão aceitável. O texto mostra concordância com o “novo” do agronegócio e neoliberalismo (PARANÁ, 2019).

O documento da Secretaria da Agricultura dá ênfase ao desenvolvimento de atividades não agrícolas como opção para melhoria da renda da agricultura familiar. Tal medida se parece muito com a proposta de Delfin Neto, na ditadura militar, de contar com os camponeses, vítimas do êxodo rural, como reserva de mão de obra para a indústria (IPEA, 2015). O texto também apresenta similaridade ao pensamento dos teóricos liberais do governo Fernando Henrique Cardoso.

As áreas rurais estão cada vez mais associadas com atividades que envolvem o consumo, tais como o lazer, o turismo ecológico, a preservação do meio ambiente. Graças a um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais. (PARANÁ, 2019, I.1)

Pode-se destacar que à medida que defende essas transformações, o ‘Projeto’ legitima a continuidade do modelo fundiário no Estado, pois, em nenhum momento se posiciona em relação à reforma agrária, a não ser quando apresenta as vilas rurais como a melhor forma de assentamento existente, o que será visto em

releases publicados na imprensa estadual. O documento elenca os objetivos e destaca a parceria com a iniciativa privada para atingir as metas. Com isso, se coloca também em favor do enxugamento do Estado, defende a “modernidade técnica” e “competitividade” como conceitos que estavam em voga no período.

4.1.3 Sobre o Manual de Campo

Ainda antes do ‘Projeto Paraná 12 Meses’ ser efetivamente iniciado a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, através da Unidade de Gerenciamento, lançou um manual de campo para a utilização por parte dos extensionistas rurais. Além de explicações do projeto, o manual se concentrava basicamente em modelos de preenchimento das propostas. De qualquer forma, é possível ter um alcance do discurso a partir dele.

De uma forma geral, o manual mostrava como o técnico deveria proceder, com exemplos de textos a serem utilizados, formato dos documentos e todos os procedimentos necessários, respeitando as normatizações do projeto. Tudo está detalhado rigorosamente para garantir o uso correto dos recursos.

Um dos documentos que chama a atenção é o “termo de compromisso/declaração” (PARANÁ, 1996), o qual lembrava que havia contrapartida para alguns subcomponentes e obrigava o produtor a usar recursos próprios para cobrir elevações de preços que porventura ocorressem. No mesmo item está posto que o beneficiário deveria estar em perfeita concordância e observância com as recomendações técnicas. Isso significava que pequenos produtores sem condições econômicas, nesses casos, eram mais uma vez, como historicamente acontece, excluídos. Mas, por outro lado, se conseguisse garantir os recursos e não cumprisse com as exigências técnicas, corria o risco de ter de devolver os valores recebidos com juros e até responder judicialmente.

Com equipe técnica do governo reduzida, como destaca o relatório do Ipardes (2006), poderia haver riscos de os projetos não serem seguidos como fora determinado. A carência de mão de obra do Estado, devido ao enxugamento cada vez maior do quadro próprio de extensionistas, estava prevista na própria organização do caderno que em seu “anexo II” (Paraná, 1996) tratava da contratação, até de forma integral, de serviços terceirizados.

4.1.4 Avaliação Institucional – IparDES

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) realizou a avaliação institucional do 'Projeto Paraná 12 Meses' e publicou relatório em 2006. O documento destaca que o Banco Mundial procurou a Secretaria de Estado do Planejamento para propor um novo projeto para a área rural, que tinha por objetivo criar um conjunto de medidas que tornassem a pequena propriedade eficiente, competitiva e lucrativa. Isso dentro da linha pró-neoliberalismo da instituição financeira. Assim, a proposta podia "atuar como política compensatória e como difusora de técnicas e práticas de baixo impacto ambiental com elevação da produtividade da agropecuária" (IPARDES, 2006, p.10).

Há, portanto, um reconhecimento de que políticas compensatórias se deram basicamente por conta das exclusões ocorridas pela modernização dos anos 1960 e 1970, principalmente. A partir desse ponto de vista, não significam avanço, só um pequeno atenuante para quem sobrevivia às duras penas no campo.

O IparDES (2006) também apresenta dificuldades apontadas pelos extensionistas que desconstróem o discurso de que os beneficiários praticamente controlariam o programa. Havia, segundo o que os técnicos repassaram, problemas para liberação de recursos, falta de pessoal para atender as demandas adequadamente, influências políticas e variação nos critérios de análise.

Também ocorreram problemas com os critérios de seleção e concentração de recursos nas regiões Norte e Noroeste do Estado, o que teria ocorrido por um maior dinamismo do agronegócio nesses locais e gerado maior capital social e capacidade de conseguir os recursos. Se isso ocorreu, há uma clara interferência do modelo do chamado "agronegócio" no Paraná 12 Meses. Se assim, o Projeto não atingia justamente os produtores mais necessitados.

O relatório foi apresentado em 2006, portanto, já dentro do governo Roberto Requião. Por se tratar de um órgão estadual, é válida uma análise sobre o discurso do próprio IparDES, além de ser possível encontrar no documento mais revelações discursivas do 'Paraná 12 Meses', uma vez que ao longo das páginas, os textos do Projeto são reproduzidos. Mesmo sendo publicado no governo seguinte, o relatório ainda traz uma linguagem totalmente alinhada ao pensamento neoliberal.

O IparDES entendeu que era preciso incorporar tecnologias que permitissem ampliar a capacidade competitiva dos agricultores. Assim como em todos os

documentos, a avaliação trata do público beneficiário como agricultor familiar ou pequeno produtor. Na avaliação do IparDES, as técnicas difundidas eram de baixo impacto ambiental e com condições de elevar a produtividade da agropecuária. A busca por uma modernização tecnológica está presente, segundo o relatório, no manual operativo de 1999. O mesmo manual diz que o 'Projeto' apoiaria formas de melhorar a renda das propriedades beneficiadas. Só a incorporação de tecnologias do agronegócio permitiria isso, de acordo com o relatório avaliativo.

Agregue-se a isso que essa tendência está fortemente relacionada com o acirramento da competitividade entre os diversos mercados ligados aos agronegócios que, cada vez mais, exigem padronização, escala e regularidade na entrega de produtos e matérias-primas. Para atender tais exigências, os produtores devem incorporar tecnologias não acessíveis aos produtores de baixa renda. (IPARDES, 2006, p.19)

A modernização tecnológica, presente no texto, tem como objetivo a inserção dos beneficiários no chamado "mercado competitivo". A abertura da economia como processo então considerado irreversível foi usada de forma discursiva como indicativo que era o único caminho a seguir, caso contrário, restaria a exclusão do pequeno produtor do campo. A postura é claramente unidimensional e em favor dos conceitos neoliberais e do agronegócio, bem como da reificação do pequeno produtor dentro desse contexto de defesa da iniciativa privada e redução do Estado.

Apoiar mecanismos de aumento de ingresso de renda na atividade produtiva e aqueles que propiciem maior capacidade de competição ante a abertura de mercado e redução da participação do Estado no processo econômico. (PARANÁ, 1999, apud. IPARDES, 2006, p.11)

De acordo com a análise, o papel do Estado deveria ser de criar os mecanismos que estimulasse a adoção das práticas e técnicas que fossem recomendadas, não mais que isso. A análise do IparDES, por sinal, considerou como pontos fortes do projeto a descentralização das tomadas de decisão e a concentração dos investimentos nos beneficiários.

A conclusão do Instituto também segue uma tendência alinhada ao discurso neoliberal de então. Isso se reflete no próprio questionamento sobre a viabilidade de se investir num público carente, se não seria melhor tratá-los como mão de obra para o agronegócio ou mesmo para a economia urbana.

O subcomponente de MCRN¹³, fase 1 ou 2, é a ação que o público selecionado necessita? Ou suas condições de produção são tão precárias que a produção agrícola é somente uma complementação da renda obtida, por um ou mais membros da família, em atividades exercidas fora da propriedade?

Esse é um fenômeno que vem se tornando cada vez mais constante na realidade brasileira e mesmo internacional, e não somente entre os produtores mais frágeis. Ele é uma estratégia adotada pelas famílias que permanecem vivendo e trabalhando no meio rural, mas exercem atividades em setores não propriamente agropecuários, mesmo que façam parte do complexo dos agronegócios. (IPARDES, 2006, p. 84)

A sugestão do IparDES é muito mais voltada para a saída dos pequenos produtores da atividade agrícola, o que provavelmente abriria espaço para empresas rurais, do que de inclusão. O mesmo questionamento é feito em relação às vilas rurais. A pergunta é se o trabalho rural é o caminho ou se não seria melhor garantir trabalho não ligado diretamente à produção agropecuária, mais adequada, segundo o Instituto, para o contexto atual do mercado de trabalho (IPARDES, 2006).

4.2 FORMAS DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO VIA COMUNICAÇÃO SOCIAL

O espaço jornalístico foi fundamental para o governo dar visibilidade ao 'Projeto Paraná 12 Meses'. Nos quatro anos pesquisados foram encontrados textos relacionados direta ou indiretamente ao assunto, através de releases publicados ao todo ou em parte ou de matérias produzidas pela reportagem dos jornais, além de artigos assinados. Inaugurações, repasses de recursos em solenidades e balanço dos projetos e programas foram os principais temas presentes.

A análise mostrou que as publicações próprias dos veículos partiram de três fontes principais: prefeitura, governo do Estado (com agenda política ou sugestão de pauta) e núcleos e escritórios regionais de secretarias e empresas públicas. Os releases também tiveram três fontes: alguns de assessorias dos núcleos e escritórios regionais dos órgãos públicos, outros das prefeituras, mas a maioria a partir da Agência Estadual de Notícias (AEN).

A AEN é o órgão oficial de divulgação de notícias e agenda do governo do Estado do Paraná e pode ser acessada no endereço <http://www.aen.pr.gov.br/>. O conteúdo distribuído é produzido por jornalistas do executivo estadual, de secretarias e empresas públicas, em áudio, vídeo, fotos e escritos. A reprodução

¹³ MCRN: Manejo e Conservação dos Recursos Naturais, um dos subcomponentes do Paraná 12 Meses.

pode ser feita em partes ou integralmente, sem custos. Fanini, Souza e Pereira (2015) lembram que muitos jornais utilizam informações da AEN e ressaltam que as notícias deveriam ser uma forma de comunicação independente do estado e não do governo com a população. Na prática isso não ocorre, ainda que se trate de uma agência e não de uma assessoria de imprensa.

De acordo com Fanini, Souza e Pereira (2015), foi ainda no governo de Álvaro Dias (1986/1991) que se propôs a criação de uma agência de notícias do Estado, mas a ideia só foi consolidada no governo seguinte, de Roberto Requião, em 1991. O objetivo era dar uniformidade ao serviço de comunicação social do Governo e chegar diretamente às redações dos jornais. O discurso da Agência é legitimado pela narrativa do governador e de representantes do executivo. “Esse discurso, geralmente, remete a uma comparação entre o atual governo e o anterior, ressaltando as partes positivas da atual gestão” (FANINI; SOUZA; PEREIRA, 2015, p.152). Para os autores, as matérias da AEN se apresentam muito mais na divulgação das ações governamentais, por isso funcionam como release.

Fanini, Souza e Pereira (2015) destacam o que pode ser observado em relação ao fluxo da notícia a partir da AEN. Eles consideram que o controle firme da informação, apresentado pelos governantes, vai além das agências e chega aos veículos de comunicação, que publicam o que é de interesse dos governos em troca de cotas publicitárias. Assim, os discursos oficiais atingem sociedade e a dependência das verbas oficiais atua como uma “força externa”, negativa à objetividade. Não se encontra pluralidade de fontes, o que prejudica mais ainda o processo comunicativo (FANINI; SOUZA; PEREIRA, 2015).

Não é objetivo deste trabalho buscar uma definição sobre que tipo de comunicação é feita a partir da AEN ou das equipes de jornalistas do governo, mas, mesmo assim, é importante apresentar alguns parâmetros. Kunsch destaca quatro concepções básicas para o fluxo de informação oficial:

comunicação estatal; comunicação da sociedade civil organizada que atua na esfera pública em defesa da coletividade; comunicação institucional dos órgãos públicos, para promoção de imagem, dos serviços e das realizações do governo; e comunicação política, com foco mais nos partidos políticos e nas eleições. (KUNSCH, 2013, p.6)

Já Duarte (2012) estabelece que a comunicação governamental trata do fluxo de informação e da relação entre o Estado, incluindo os três poderes, as instituições a eles ligadas e a sociedade, o que não deve ser confundido com governo. Ações

governamentais devem ser consideradas como comunicação política, que trata do discurso voltado às ações do governo e partidos e tem como proposta a conquista da opinião pública em favor dos projetos e posições firmadas. Nesse caso, o que se observa é uma ação da AEN, ou de todo aparato comunicacional do Governo do Paraná, no período, que pode ser classificado como comunicação institucional dos órgãos públicos (KUNSCH, 2013), ou comunicação política (DUARTE, 2012).

Comunicação Pública, portanto, não se enquadra na prática habitual utilizada pela Agência Estadual de Notícias. Para Duarte (2012), a Comunicação Pública ocorre no processo de informação e na interação do governo/Estado e a sociedade, quando se trata de assuntos de interesse público. Ao contrário, o que se vê em muitas instituições, segundo o autor, é a publicidade e divulgação com predominância do ponto de vista do emissor.

Para Pereira Júnior (2004) o jornalismo tem um papel importante na mediação dentro da sociedade, porém, os jornalistas não são os únicos responsáveis pelo que será publicado. Há grande número de atores envolvidos, incluindo as próprias empresas de comunicação que têm critérios próprios de veiculação e muitas vezes comprometidos com determinados interesses (DUARTE, 2012). Isso está presente na análise do discurso referente ao 'Projeto Paraná 12 Meses' encontrado nos jornais, com maior ou menor visibilidade.

De uma maneira geral, como apresenta Pereira Júnior (2004), o jornalismo ajuda na criação da representação social, carregada de estereótipos. O espaço público é midiaticizado pelos veículos de comunicação que tem centralidade no debate dos grandes temas nacionais, especialmente a televisão. Assim, contribuem diariamente para a construção do real (BERGER e LUCKMANN, 1987). O agendamento midiático pode projetar indivíduos para o bem e para o mal. Isso pode significar um conhecimento ou reconhecimento do que ocorre no mundo real a partir do que é divulgado e daí se projeta um consenso ou negação das propostas unidimensionais, com maior possibilidade para o consenso, se este for predominante nas aparições, já que o domínio político respaldará interesses ligados a lideranças, legítimas ou questionáveis (CAMILOTTO; CRHISPIN e LOPES FILHO, 2015).

A partir dessas considerações teóricas foi possível analisar de que forma o 'Projeto' foi apresentado à sociedade. Inicialmente, importante destacar que foram utilizadas matérias produzidas pelos próprios veículos, que podem ser divididas em factuais e em provocadas (ERBOLATO, 1985), ou seja, aquelas levantadas pelo

jornalista; e os releases produzidos pela Agência Estadual de Notícias (AEN), conforme visto anteriormente, e publicados pelos jornais escolhidos. Além disso, a pesquisa encontrou artigos assinados que tratavam do ‘Paraná 12 Meses’.

4.2.1 ‘Paraná 12 Meses’ nos jornais: matérias, releases e artigos

A maneira viável de fazer tal resgate foi a partir da pesquisa em jornais impressos, uma vez que outros meios de comunicação, como rádio e televisão, apresentam textos fugidios, o que tornaria impraticável este trabalho. Veículos como a internet, na época, ainda eram quase insipientes no Paraná e não há arquivos sobre eles. Além disso, é fato que os meios impressos oferecem mais espaços noticiosos e, até por conta disso, devem ter divulgado com mais intensidade informações sobre o ‘Projeto Paraná 12 Meses’.

Conforme colocado no início do capítulo, os jornais foram escolhidos com o objetivo de abranger as três regiões histórico-geográficas do Estado: Diário da Manhã, de Ponta Grossa (Paraná Tradicional); Folha de Londrina (Norte); e ‘O Paraná’, de Cascavel, (Sudoeste/Oeste).

O ‘Diário da Manhã’, extinto em 2008, era um dos três jornais com sede em Ponta Grossa e se caracterizava por tratar principalmente de política. A ‘Folha de Londrina’, na época, era considerado um dos maiores jornais do Paraná, com uma equipe grande de jornalistas e sucursais nas principais cidades paranaenses. Já, ‘O Paraná’, fundado em 1976, é o mais antigo e tradicional jornal de Cascavel, ainda em atividade, e com circulação em toda região Oeste e parte do Sudoeste.

Os arquivos dos veículos pesquisados se encontram em espaços públicos de suas respectivas cidades, como a Casa da Memória de Ponta Grossa (Diário da Manhã), Departamento de Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina-UEL (Folha de Londrina) e Biblioteca Municipal de Cascavel (O Paraná). As pesquisas foram desenvolvidas in loco, nesses locais, no segundo semestre de 2019, sendo a primeira no mês de julho, em Cascavel; a segunda em outubro, em Londrina; e a terceira no final de novembro e início de dezembro, em Ponta Grossa. Foram analisadas matérias sobre o ‘Paraná 12 Meses’ e programas que receberam recursos do ‘Projeto’, como ‘Vilas Rurais’ e ‘Fábrica do Agricultor’, o segundo quando envolvia referência ao ‘Paraná 12 Meses’, publicadas entre janeiro de 1998 e dezembro de 2002, período do projeto dentro do governo Jaime Lerner.

A pesquisa envolveu quase 4 mil edições verificadas, entre os três veículos, considerando que os jornais de Ponta Grossa e Cascavel não circulavam às segundas. Foram selecionadas 326 publicações, entre matérias próprias e releases. O número total foi maior, mas alguns materiais acabaram descartados por serem repetitivos ou por não estarem centrados propriamente no assunto em questão, apenas citar o 'Paraná 12 Meses'. Além dessas, foram analisadas mais quatro matérias publicadas em outros veículos, mas que, pela relevância, também entraram na análise, perfazendo um total de 330 textos analisados.

Foram encontradas 189 notícias classificadas como releases, embora nem sempre identificados como tal. Mas a linguagem apresentada, mais os aspectos como localização geográfica e abordagem davam a entender que eram materiais produzidos por assessorias de imprensa. Publicá-los, na íntegra ou em partes, é uma prática comum em jornais, principalmente de pequeno porte. Desses, 20 são releases municipais e os outros 169, do governo do Estado, provavelmente recebidos via Agência Estadual de Notícias. Os jornais também publicaram 133 matérias jornalísticas que têm relevância para este estudo no sentido de mostrar até que ponto os veículos de comunicação assumiam discurso similar ou contrário àquele produzido pela coordenação do projeto e órgãos governamentais. As outras publicações foram sete artigos opinativos relativos ao 'Paraná 12 Meses' e uma entrevista realizada com o governador Jaime Lerner.

TABELA 7: Textos referentes ao Paraná 12 Meses publicados de 1998 a 2002

	Releases	Matérias próprias	Artigos opinativos	Entrevista	Publicações
Diário da Manhã	98	62	1	-	161
Folha de Londrina	8	35	4	1	48
O Paraná	83	33	1	-	117
Outros	-	3	1	-	4
TOTAL	189	133	7	1	330

O assunto teve divulgação razoável, com aproximadamente uma notícia para cada 12 edições. Percebe-se, pela tabela 7, que o 'Diário da Manhã' deu mais destaque ao 'Paraná 12 Meses', enquanto a Folha de Londrina publicou bem menos material relativo ao tema. 'O Paraná' ficou, quantitativamente, mais próximo da forma de atuar do Diário do que da Folha. Vale ressaltar que, ainda que o Norte tenha executado mais projetos (IPARDES, 2006), o jornal londrinense deu menos relevância ao assunto, talvez por ser de um porte maior, portanto com outros enfoques e relevância, enquanto o jornal ponta-grossense, de forma geral, se

mostrou mais propenso a dar destaque aos assuntos de interesse do governo do Estado, o mesmo acontecendo com o representante de Cascavel.

A tabela também mostra que houve uma predominância na publicação de releases sobre o 'Projeto' em relação às matérias próprias dos jornais. A única diferença é encontrada na Folha de Londrina, onde há número de matérias bem superior ao número de releases ou publicações com características de release.

Ainda assim, há um número significativo de matérias relativas ao projeto. Ressalte-se que a maioria é representada por assuntos factuais, como de eventos para liberação de recursos, anúncio de projetos aprovados ou inaugurações, sempre com presença e voz principal dos políticos envolvidos. Em sete ocasiões, o assunto também mereceu destaque em artigos opinativos, conforme demonstra o quadro 2.

QUADRO 2: Matérias, releases e artigos sobre o Paraná 12 Meses

Releases	<p>Lerner anuncia aplicação imediata de recursos <i>Diário da Manhã 10/01/1998</i></p> <p>Recursos garantem retomada de atividades na agricultura <i>Folha de Londrina 17/01/1998</i></p> <p>Paraná 12 meses beneficiará 1,4 milhão <i>O Paraná 09/01/1998</i></p>
Matérias	<p>Conselhos elaboram projetos do Paraná 12 Meses <i>Diário da Manhã 17/04/1998</i></p> <p>Poloni é o secretário da agricultura (A meta de Poloni para 98 é distribuir um terço dos recursos do Programa (sic) Paraná 12 Meses) <i>Folha de Londrina 15/01/1998</i></p> <p>Cascavel: Assinado convênio para três vilas rurais <i>O Paraná 17/02/2001</i></p>
Artigos	<p>Fábrica do Agricultor com assistência ambiental (Elogios de um agricultor empresarial de Ponta Grossa ao Programa de Vilas Rurais e Fábrica do Agricultor). <i>Diário da Manhã 22/06/2001</i></p> <p>Agente de transformação (Artigo do secretário estadual de Agricultura, Antônio Leonel Poloni, sobre o Paraná 12 Meses) <i>Folha de Londrina 28/06/1999</i></p> <p>"O Paraná 12 Meses" (Editorial) <i>O Paraná 10/01/1998</i></p>

Informações factuais sobre o projeto, como repasse de recursos, reuniões, palestras ou entrega de recursos foram os temas mais recorrentes das matérias dos jornais. Já no caso dos releases, além dos temas citados, muitos tratavam de propaganda do projeto, com falas de políticos e beneficiários de forma elogiosa ao 'Paraná 12 Meses'. Tais assuntos, sempre foram publicados sem ressalvas nos veículos analisados, tanto em releases como em matérias próprias dos jornais sem

que se ouvisse alguma voz discordante, o chamado outro lado. O programa 'Vilas Rurais' foi o assunto mais recorrente relativo ao 'Paraná 12 Meses' durante os quatro anos pesquisados. Foi falado de construção, inauguração, investimentos, geração de renda, entre outros, sobre as vilas, de forma a mostrar como a melhor alternativa para fixação do homem no campo.

4.2.2 Agricultura familiar ou produção camponesa através do discurso

O discurso presente em matérias e mesmo nos releases do governo do Estado não parece reconhecer de maneira tão significativa o termo agricultura familiar como uma expressão favorável ao agronegócio. Dessa forma, aparece mais o uso operacional do conceito, como diz Altafin (2005), o que tenta homogeneizar um grupo que é heterogêneo, ou seja, do pequeno produtor. Isso ocorre apesar do 'Paraná 12 Meses' subdividir os possíveis beneficiários em categorias, de acordo com área, recursos econômicos e uso de mão de obra (como visto na tabela 4), em produtores de subsistência, produtores simples de mercadorias, empresário familiar e empresário rural. No material jornalístico analisado, mesmo no oficial, esses critérios perdem relevância. Do total de 189 releases vistos, apenas em 13 deles aparece o uso de 'agricultura familiar' ou derivações, como 'produção familiar'. O mesmo também só acontece em 16 das 133 matérias. Dois artigos, um do secretário de Estado da Agricultura, Antônio Leonel Poloni, e outro do próprio jornal, ambos na Folha de Londrina, se referem ao pequeno produtor como 'agricultor familiar'. Em um texto da Folha de Londrina, um coordenador regional do Projeto usa o termo "agronegócio do pequeno produtor", reforçando, assim, o conceito.

A expressão generalizada presente na narrativa é mesmo 'pequeno produtor' ou até mesmo apenas 'agricultor'. Isso demonstra que naquele momento o conceito não foi determinado ou determinante como marco ideológico pelo projeto. Não havia reconhecimento e orientação para tal uso. É possível que não houvesse conhecimento teórico sobre essa definição naquele momento, tanto nos quadros do governo como da imprensa. Pequeno produtor ou pequeno agricultor foram sujeitos mais vezes apresentados, por sinal, com ampla dominância. Porém, as ideias relativas ao público atendido, mesmo que chamado de pequeno produtor, são as mesmas conceituais da agricultura familiar e contrárias aos movimentos do campesinato. Em nenhum dos 330 textos analisados aparece a palavra camponês.

QUADRO 3: Uso das expressões pequeno produtor e agricultura familiar

Agricultura Familiar	Agricultura Familiar: Lerner garante fundo de aval para produtor <i>Diário da Manhã (release) 05/05/2000</i> Simpósio debate mercado para a agricultura familiar <i>Folha de Londrina (matéria) 25/11/1999</i>
Pequeno Produtor	Projeto da Emater aumenta renda dos pequenos produtores <i>Folha de Londrina (matéria) 16/11/1999</i> Governo lança Paraná 12 Meses ao pequeno produtor <i>Diário da Manhã (release) 03/02/1998</i>

Percebe-se, na análise, que alguns jornalistas não tinham conhecimento sobre estrutura agrária, pois não apresentavam em seus textos nem ao menos se o público assistido era formado por pequenos, médios ou grandes produtores rurais. Muitos textos falam apenas que a agricultura ou agricultores serão beneficiados. O mesmo problema não pode ser percebido em releases do governo do Estado, realizados por profissionais que sabiam que havia diferença pelo menos de tamanho de área e tipo de produção. Há um caso de um texto que confunde grande produtor com riqueza e pequeno com pobreza, já que se refere aos pequenos produtores como “mais pobres”. Políticos governistas, presentes nas matérias, muitas vezes, confundiram o setor produtor de alimentos do pequeno estabelecimento com o modelo do agronegócio exportador.

O mundo agrário é tratado como se todos os atores desenvolvessem a mesma função e tivessem os mesmos objetivos, apenas em escalas menores. Isso ocorre, muito provavelmente, por falta de uma especialização adequada dos jornalistas escalados para cobrir tais assuntos. Alguns textos relativos a vilas rurais também confundem trabalhadores rurais volantes com pequenos produtores. O critério seis, portanto, a partir da análise de discurso, mostra que não há reconhecimento da heterogeneidade da construção teórica do pequeno produtor rural e sim uma visão distorcida, homogênea e unidimensional do meio rural. Se não havia clareza dentro dos veículos de comunicação, cabia aos envolvidos no projeto deixar as diferenciações mais claras, o que não ocorre. Por outro lado, cabia também aos profissionais buscarem maiores esclarecimentos para não incorrer em tantos erros conceituais.

QUADRO 4: Textos que não diferenciam adequadamente o público beneficiário.

TÍTULO	DESTAQUE DO TEXTO
Zuk afirma que Paraná 12 Meses vem para recuperar o setor da agricultura <i>Diário da Manhã 05/02/1998</i>	Paraná 12 Meses vem para reforçar a participação do setor agrícola no coeficiente da economia paranaense [...]
Famílias recebem chave das casas de vila rural <i>Diário da Manhã 13/08/1998</i>	[...] o interesse do governo em valorizar o pequeno agricultor do município [...] – <i>Diretor da Cohapar, Luiz Eduardo Araújo, sobre vila rural.</i> [...] o governo paranaense vem dando uma grande lição de como incentivar o pequeno agricultor, sem haver necessidade de invasões de propriedades – <i>Prefeito de Ponta Grossa, Jocelito Canto.</i>

A primeira observação, portanto, ocorreu no sentido de perceber até que ponto há uma profundidade teórica e de tomada de posição na narrativa informativa levada a público pelos jornais analisados, abrangendo os critérios 1, 5 e 6 da proposta apresentada. Foi possível perceber que não acontece uma discussão teórica a partir de conceitos. A narrativa não abre debate sobre o papel social e cultural do homem e da mulher rural, apenas trata de aspectos econômicos. Nesse sentido, o ‘Paraná 12 Meses’ aparece como o maior projeto já desenvolvido para o meio rural, algo nunca visto, que vai resgatar o público atendido da condição precária em que, segundo o exposto, se encontra, e revolucionará o campo.

QUADRO 5: Matérias e release com tom enaltecedor o Projeto Paraná 12 Meses.

Paraná 12 Meses (nota) [...] Programa (sic) Paraná 12 Meses, que promete uma revolução entre as pequenas e mini propriedades rurais do Estado [...] <i>O Paraná 12/01/1998</i>
Corbélia sente reflexos do Paraná 12 Meses (release) [...] São 73 famílias que recebem incentivos a partir de um dos maiores programas (sic) agrícolas já desenvolvidos no Paraná [...] <i>O Paraná 30/09/1998</i>
Plauto diz que PR 12 Meses será mais um marco do governo na região (matéria) Deputado do PFL, Plauto Miró Guimarães (latifundiário) diz que “o programa será mais um marco, na região, do governo Lerner”. <i>Diário da Manhã 04/02/1998</i>

Em muitos momentos se trata da exclusão ocorrida no meio rural paranaense, mas praticamente não se fala sobre os atores que levaram a esta situação, que são os mesmos que agora apresentam as tecnologias para oferecer outras condições aos pequenos produtores. Isso não é visto nem mesmo nos dois jornais das regiões mais atingidas pelo êxodo rural das décadas anteriores: Oeste/Sudoeste e Norte.

4.2.3 Defesa do uso da tecnologia do agronegócio

O próximo critério analisado no discurso referente à aplicação do 'Paraná 12 Meses' está relacionado à necessidade de adoção de tecnologias do agronegócio pelos beneficiados (critério 2). Como visto no quadro 1, a utilização de novas tecnologias está relacionada às propostas de uso de insumos, como sementes modificadas ou adubos químicos, maquinários modernos e defensivos/agrotóxicos, conforme o que é oferecido pelo mercado. Ao defender o uso de determinados produtos, é fato que há uma posição unidimensional a favor da agroindústria, já que a tecnologia assim aplicada é um fator ideológico (MARCUSE, 1998).

Verificou-se que tanto os releases como as matérias dos jornais analisados apresentaram discursos favoráveis à adoção de tais tecnologias de forma natural. Em nenhum momento surgiu um questionamento sobre formas de produzir ou se existiam alternativas diferentes daquelas oferecidas pelo agronegócio. Todas as vezes que o assunto apareceu, foi de maneira unidimensional, como se as novas tecnologias fossem o único modelo existente para a melhoria das condições produtivas nos pequenos estabelecimentos. Tais ideias foram defendidas tanto nos releases do governo do Estado como em matérias dos jornais. Assuntos relativos ao tema estão presentes em 16,9% das 330 notícias relativas ao 'Paraná 12 Meses'.

TABELA 8: Tratamento positivo ao uso de tecnologias do agronegócio

	Releases	Matéria própria	Artigos	Total dos veículos	%
Diário da Manhã	17	14	-	31	9,39
Folha de Londrina	-	3	1	4	1,21
O Paraná	10	11		21	6,36
TOTAL	27	28	1	56	16,96

A ideia de modernização e profissionalização do produtor beneficiário norteou boa parte do discurso publicado nos meios de comunicação. O contraponto lógico para tal proposta era de que os pequenos agricultores eram atrasados e não profissionais. Modernizar e profissionalizar significava adotar técnicas e produtos da agroindústria. Para implantar tal proposta, eram liberados os recursos que iriam servir para compra de equipamentos, implementos e insumos em geral. No aspecto da profissionalização, textos mostram que eram realizados cursos e treinamentos, dos quais, muitos em parceria com multinacionais do setor agropecuário ou agroindústrias de transformação.

QUADRO 6: Matérias e releases sobre modernização e profissionalização**Técnicos do Paraná 12 Meses elaboram diagnóstico da agricultura da Região Sul**

Diagnóstico demonstraria o que precisava ser modernizado.

Diário da Manhã 17/03/1998

Fórum traz Fábrica do Agricultor aos Campos Gerais

Release sobre um fórum realizado em Castro para tratar do programa, contando que o objetivo era agregar valor à produção. Evento contou com parceria da iniciativa privada.

Diário da Manhã 19/08/1999

Estímulo: Governo investe mais R\$ 3 mi na cafeicultura

Trata da aplicação de recursos do Paraná 12 Meses no café adensado

Folha de Londrina 26/06/1998

MATÉRIAS/RELEASES SOBRE CAPACITAÇÃO**Programa investe em capacitação no meio rural**

O release diz que uma das prioridades do projeto é capacitar e profissionalizar os produtores.

Diário da Manhã 26/02/1998

Toledo debate renda alternativa aos agricultores

Página inteira sobre vilas rurais, a partir de um seminário que discute alternativas e profissionalização dos vileiros, com recursos do Paraná 12 Meses.

O Paraná 13/09/1999

Um dos principais exemplos de parceria para levar tecnologia, implementos e insumos do agronegócio ao pequeno produtor familiar foi o “Projeto Grãos – Projeto Centro-Sul de Feijão e Milho”¹⁴, desenvolvido em parceria pela Emater-Paraná e instituições de pesquisa, como Iapar e Embrapa, com a Syngenta (multinacional de sementes e produtos químicos). O objetivo é incentivar o uso de tecnologia do agronegócio na produção de feijão e milho. Nesse período, o projeto recebeu recursos do ‘Paraná 12 Meses’.

Os técnicos implantam unidades demonstrativas em propriedades rurais e em áreas do Iapar e universidades onde aplicam todas as tecnologias disponibilizadas pela multinacional. Anualmente são realizadas “semanas de campo” para mostrar os resultados alcançados. Pequenos produtores de vários municípios são levados para participar e ver a produtividade alcançada, que geralmente fica muito acima das médias estaduais. Também acontecem “dias de campo” menores, nos municípios onde há unidades demonstrativas para também mostrar os resultados. Esses eventos eram amplamente noticiados no período estudado.

¹⁴ O Projeto Grãos surgiu na década de 1980 e ainda é desenvolvido.

QUADRO 7: Eventos voltados para a disseminação de tecnologias

Semana de campo marca Projeto Grãos <i>Diário da Manhã 09/12/2001</i>
Projeto reúne pequenos produtores em PG <i>Diário da Manhã 02/11/2002</i>

Importante destacar a fala de autoridades relativas à inserção ao agronegócio. No release do governo do Estado, publicado no Diário da Manhã de 17/07/2000: “Paraná 12 Meses libera mais R\$ 4 milhões para pequenos agricultores” é possível perceber tal situação. O texto trata do repasse dos recursos para pequenos produtores e faz um balanço de quanto já foi investido para modernização e profissionalização no campo. Entrevistado, o secretário de Estado da Agricultura, Antônio Leonel Poloni, diz que não tem como exigir de uma família marginalizada pela modernização o mesmo padrão de qualidade de uma propriedade “estruturada”. Percebe-se, então, que a ideia é que os beneficiários sejam inseridos no modelo do mesmo agronegócio que os excluiu anteriormente. Essa seria a única alternativa possível, segundo o governo, portanto, unidimensional.

4.2.4 Proposta de integração à agroindústria

Com relação ao critério 7, foi verificado se nos discursos oficiais havia um incentivo à subordinação dos pequenos produtores aos setores que trabalham com a integração¹⁵ à indústria. Nos 330 textos pesquisados, esse não foi dos assuntos mais presentes, mas nas 19 vezes em que surgiu, apareceu como sendo uma excelente alternativa as famílias de pequenos produtores. Foram diversas atividades produtivas apresentadas, principalmente como opção de renda para as vilas rurais, como produção de frango e mamona para indústrias. Também há incentivo, nas vilas rurais, à produção de stévia nas regiões Norte e Noroeste, voltadas à uma empresa que iria vender o produto para uma indústria estadunidense de adoçante. O governo acabou lançando um programa chamado “Sócio da Vila”, para integrar indústrias interessadas em comprar produções específicas que seriam então desenvolvidas por viliários. Era uma forma de reforçar os trabalhos integrados, envolvendo os trabalhadores rurais moradores desses locais.

¹⁵ A integração determina ao produtor integrado o que e como produzir, oferecendo insumos e orientação técnica. Em troca, devem vender o produto à indústria à qual está ligado por preço definido por esta. Também é determinada a etapa que vai realizar, no caso da produção de animais de corte, como cria, engorda intermediária, final etc.

QUADRO 8: Notícias sobre projetos de integração propriedade/empresa

Lerner lança programa Sócio da Vila Rural <i>Diário da Manhã 07/07/1999</i>
Norte e Noroeste devem resgatar plantio de stévia <i>Folha de Londrina 17/05/2000</i>
Frango é alternativa de renda para Vila Rural <i>Diário da Manhã 21/05/2001</i>

Outro exemplo do incentivo à integração foi convênio assinado em Castro entre o governo do Estado e a Cooperativa Batavo para a integração de pequenos produtores que seriam fornecedores de leite. O assunto foi destacado em release da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), publicado pelo Diário da Manhã sob o título: “Paraná 12 Meses e Batavo garantem incentivo à produção de leite na região”. O texto conta que a solenidade teria a presença do governador Jaime Lerner e que, com a especialização, os participantes iriam se dedicar somente à produção leiteira e poderiam arrendar terras para outros produzirem alimentos para o gado, o que lembra uma linha de produção reificada. O objetivo era ampliar a produção de leite e atender aos interesses da indústria.

De uma forma geral, percebe-se na análise dos critérios 2 e 7 que o uso de modernas tecnologias do agronegócio era dado como algo necessário, sem a qual seria impossível a sobrevivência do pequeno produtor, transformado em agricultor familiar, no campo. Diante disso, atuar como subordinado aos interesses da indústria e do mercado seria algo natural. Percebe-se uma reificação de pequenos produtores e produtoras do meio rural (LUKÁCS, 2003).

4.2.5 Inserção do pequeno produtor ao mercado “globalizado e competitivo”

Os critérios 3 e 4 podem ser considerados centrais da análise, no que diz respeito à presença de um pensamento unidimensional, ou dominação freiriana, no ‘Projeto Paraná 12 Meses’. O terceiro critério verifica se existe uma defesa do mercado globalizado e a necessidade de que o pequeno produtor atenda às exigências técnicas e de oferta para atendê-lo. Em 21 releases, 14 matérias e dois artigos publicados nos jornais analisados foram encontrados temas relativos à necessidade de se adequar ao mercado por parte dos pequenos produtores.

Expressões como ‘agregar valor’ foram intensamente utilizadas, como se vê no release “Fórum traz Fábrica do Agricultor aos Campos Gerais”, publicado pelo

‘Diário da Manhã’ de 19/08/1999, que destaca também a necessidade de abrir ‘canais de comercialização’, bem em voga no período neoliberal. Aliás, a agroindústria familiar foi apontada como uma ótima alternativa nesse sentido, especialmente a partir do programa ‘Fábrica do Agricultor’.

A postura dos agentes envolvidos com o ‘Projeto Paraná 12 Meses’ e replicada pela imprensa, reflete o pensamento hierarquicamente superior, posicionado unidimensionalmente em favor dos ditames neoliberais. Em release publicado pelo Diário da Manhã do dia 3 de fevereiro de 1998, o secretário da Agricultura e do Abastecimento, Antônio Leonel Poloni, afirmou que sem profissionalização e investimentos em tecnologia ficaria difícil a inserção dos pequenos agricultores na produção de escala “exigida pela abertura da economia e pela integração com o Mercosul”. A ideia da abertura do mercado e as exigências impostas por este estavam bem solidificadas no discurso. O mesmo release reforça o pensamento governamental no parágrafo seguinte, quando diz que

De acordo com um diagnóstico feito pelos técnicos das Secretarias de Planejamento e da Agricultura, ao mesmo tempo em que o Paraná exhibe uma agricultura moderna com forte participação na produção nacional, os pequenos produtores estão marginalizados deste processo. (DIÁRIO DA MANHÃ, 19/08/1999).

Segundo o secretário Poloni, o objetivo do projeto era estimular a adoção de tecnologias modernas e agroindustrialização para gerar renda na propriedade o ano inteiro. Em um artigo publicado na ‘Folha de Londrina’ do dia 28/07/1999, Poloni ressaltava a avaliação de que o modelo neoliberal seria inevitável, quando diz que

[...] mudanças ocorridas nos últimos anos na economia mundial exigem também uma mudança de postura do homem do campo. O agricultor de hoje tem que ser empreendedor. Precisa se emancipar e não ficar mais dependente do Estado e dos governos. O agricultor tem que ser o agente de sua própria transformação. É claro que algumas atribuições competem ao governo, mas ele deve ser visto como um dos parceiros. Não há mais espaço e nem condições para soluções paternalistas. (FOLHA DE LONDRINA, 28/07/1999).

O secretário afirmava ainda, no artigo, que países mais adiantados só começaram a avançar a partir do momento em que governantes mostraram à população que não podiam se responsabilizar sozinhos pelo desenvolvimento. Dizia

ainda que no Brasil há um “ranço paternalista”, difícil de romper em pouco tempo. O texto defendia também a participação da iniciativa privada.

Com a iniciativa privada [...] estamos conseguindo avançar, desenvolvendo ações que vão contribuir para que, em pouco tempo, tenhamos no campo um novo agricultor. Moderno, ágil, eficiente e capaz de competir no mercado em igualdade de condições com os agricultores dos países mais adiantados. (FOLHA DE LONDRINA, 28/07/1999)

O texto pregava independência e o que chamava de “emancipação” do agricultor, mas, por outro lado, o secretário Poloni reconhecia que ainda havia muita gente no meio rural necessitando de apoio e era para este grupo que o ‘Paraná 12 Meses’ desenvolvia o subcomponente ‘Combate a Pobreza no Meio Rural’. O objetivo é que tal público, então marginalizado (dizia) também fosse inserido ao processo de produção capitalista. Em uma entrevista à Folha de Londrina, também do dia 28/07/1999, o governador Jaime Lerner dizia que era preciso reabilitar o pequeno agricultor, que não podia ser deixado de lado e sim introduzido na tecnologia: “Lerner garante apoio ao campo” (FOLHA DE LONDRINA, 28/07/1999).

Matérias e releases tratam da ideia de profissionalizar o pequeno produtor para aumentar a competitividade deles. O que o discurso quer dizer é que ele deve ser inserido na proposta neoliberal do agronegócio e não exatamente atender seus anseios, desejos e ideias. A capacitação aparece no discurso como o caminho para ter espaço no mercado, “exigente e globalizado”, inclusive no mercado exportador.

QUADRO 9: Discurso pela profissionalização do pequeno produtor

<p>Produtor se torna mais profissional Release diz que Paraná 12 meses vai investir mais em profissionalização. <i>Diário da Manhã 24/06/2001</i></p>
<p>Agricultores recebem benefícios Release sobre entrega de novilhas do projeto a produtores do Sudoeste. Texto fala que produtores podem se profissionalizar e entregar leite para laticínios. <i>Diário da Manhã 23/06/2001</i></p>
<p>Poloni quer profissionalizar o produtor Matéria fala em investimentos de R\$ 120 milhões para profissionalizar 67 mil famílias e, assim, incentivar a melhoria da produção para ter competitividade. <i>Folha de Londrina 17/01/1998</i></p>
<p>Itaipulândia: Vileiros montam uma panificadora Release destaca que a panificadora foi montada com recursos do Paraná 12 Meses e que os vileiros poderão competir no mercado. <i>O Paraná 11/02/2001</i></p>

Percebe-se uma concordância na forma como se comporta o mercado e do que exige do pequeno produtor, que deve se adaptar a tais exigências. Assim, o

discurso sobre a inserção à estrutura mercadológica globalizada está amplamente presente nas matérias e releases publicados, sendo encontrado de forma direta em 34,8% dos 330 textos analisados. Quando avaliados apenas os releases, o índice sobe para 39,1%.

TABELA 9 – Discurso referente à inserção ao mercado globalizado

	Textos (Totalidade)	Discurso de inserção	%
RELEASES	189	74	39,1%
MATÉRIAS	133	39	29,3%
ARTIGOS	7	2	28,5%
ENTREVISTA	1	1	100%
TOTAL	330	116	34,8%

Estar inserido ao modelo do agronegócio é apresentado como ponto central nos discursos referentes ao ‘Paraná 12 Meses’. Já no lançamento do projeto, em release publicado pelo Diário da Manhã de 03/02/1998, o secretário estadual da Agricultura e do Abastecimento, Antônio Leonel Poloni, dizia que a situação atual (daquele momento) do produtor dificultava a inserção ao que o mercado exigia após a abertura econômica. As falas do secretário se repetiram ao longo do projeto, a tratar da ajuda aos marginalizados para participarem da globalização.

A convicção de que a participação no modelo do agronegócio seria o ideal para pequenos produtores se repete também no discurso do governador Jaime Lerner, que disse em entrevista do dia 28/07/1999, à ‘Folha de Londrina’ que 1 milhão de paranaenses tinham deixado o Estado anteriormente por falta de oportunidades e que agora o governo estava dando isso, se referindo ao ‘Paraná 12 Meses’. A proposta era de ser inserido no modelo do agronegócio.

Nos textos referentes à liberação de recursos, independente do subcomponente, as falas das autoridades sempre traziam a proposta de resgate do pequeno produtor e da inserção ao mercado globalizado, exigente e competitivo. Várias parcerias divulgadas, como a leiteira, com a Cooperativa Batavo, apontavam para a possibilidade de o beneficiário participar do modelo agroindustrial. Notícias de projetos de geração de renda nas vilas rurais traziam como destaque as alternativas possíveis. Nesse sentido, também se trata da inserção ao modelo do agronegócio. Ainda com relação ao ‘Programa Vila Rural’, mereceu frequente destaque o repasse de recursos do ‘Paraná 12 Meses’ com declarações das autoridades envolvidas relativas à se estar dando uma vida digna aos vileiros e de que o Estado estava deixando de ser paternalista.

QUADRO 10: Notícias de parcerias para geração de renda

Programa Vilas Rurais busca novas parcerias <i>Diário da Manhã 31/03/1999</i>
Alternativa: moradores de vila rural vão implantar fábrica de vassoura <i>Diário da Manhã 10/10/2000</i>
Paraná 12 Meses é a garantia de mais recursos para as Vilas Rurais do Estado <i>Diário da Manhã 12/02/1998</i>

Além das matérias e releases referentes às vilas rurais, direta ou indiretamente, o tema estava presente também em outros discursos, como de liberação de verba ou cursos de capacitação para os beneficiários do projeto, dentro do modelo agroindustrial.

QUADRO 11: Liberação de recursos para estímulos à produção

Bird aprova projetos do Paraná 12 Meses Release trata da aprovação dos primeiros 30 projetos e de que eles são uma forma de permitir aos beneficiários inserção no mercado produtor. <i>O Paraná 01/04/1998</i>
Estímulo: Governo investe mais R\$ 3 mi na cafeicultura Matéria trata da aplicação de recursos do Paraná 12 Meses na produção de café adensado. Discute a proposta de competitividade do setor. <i>Folha de Londrina 26/06/1998</i>
Paraná 12 Meses tem recursos de R\$ 123 milhões Release sobre a cerimônia de lançamento do Projeto. Texto fala dos valores a serem investidos na transformação do campo e das vilas rurais. <i>Diário da Manhã 10/02/1998</i>

A análise mostra que o pensamento unidimensional presente no discurso é de que há um único mercado fornecedor de insumos e comprador da produção viável e que é globalizado e exigente. Quem quiser continuar vivendo e trabalhando no campo deve participar de forma competitiva no mercado e o papel do 'Paraná 12 Meses' seria de inserir os beneficiários nessa proposta neoliberal.

4.2.6 Discurso neoliberal e defesa do agronegócio

O oitavo critério da análise teve como objetivo observar de que maneira foi apresentado o discurso relativo aos conceitos neoliberais. Nesse sentido, a posição pode ser avaliada em questões como redução da participação do Estado, aumento da iniciativa privada nos projetos, posicionamento com relação ao capital globalização, agronegócio, competitividade e mercado.

De uma maneira explícita ou não, praticamente todos os textos trazem uma posição favorável em relação ao modelo neoliberal, abertura de mercado, globalização e iniciativa privada. Entre o material analisado, 100 textos fazem alusão a tal proposta, sendo 58 releases do governo do Estado e/ou prefeituras.

Inicialmente, o discurso já trata o 'Paraná 12 Meses' como um projeto de transformação no campo, o que significa 'mudança sem mudar', ou seja, em direção ao modelo do agronegócio. O secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Antônio Leonel Poloni, destacou no release "Governo lança Paraná 12 Meses ao pequeno produtor" (DIÁRIO DA MANHÃ, 03/02/1998) que o mercado é mais exigente após a abertura econômica, por isso a situação atual do pequeno produtor deveria ser mudada. Defesa mais incisiva ao chamado neoliberalismo aparece no artigo "Agente de transformação", do próprio secretário, em que afirma que não há espaço para paternalismos no campo. Indicava que o governo iria atuar em parceria com a iniciativa privada e organizações não governamentais (ONGs), duas instituições muito presentes nos governos neoliberais de então, em substituição à estrutura do Estado, principalmente de pessoal (FOLHA DE LONDRINA, 28/07/1999).

Ainda em relação à iniciativa privada, em diversos momentos foram notícias as parcerias com empresas e instituições. O governo buscou apoio, por exemplo, de cooperativas, como mostra matéria de encontro do secretário Antônio Leonel Poloni com representantes da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), em que ele pediu ajuda para "mudar a mentalidade dos pequenos agricultores cooperados". Mudança de mentalidade, em tese, significava aderir ao modelo do agronegócio. Em 2001, a Fundação Araucária financiou universidades e faculdades interessadas em desenvolver projetos para as vilas rurais. O secretário da Habitação da época, Rafael Dely, fez questão de elogiar a participação de faculdades privadas no processo e não falou das públicas.

A opção por menor presença do Estado aparece também em notícias relativas às vilas rurais, como a busca de parcerias para desenvolver atividades produtivas entre vileiros. Nesse sentido, destacam-se acordos fechados com frigoríficos, cooperativas e empresas privadas.

QUADRO 12: Destaque dado às parcerias com a iniciativa privada

Fomento: Poloni quer ajuda das cooperativas para execução do PR 12 Meses <i>Folha de Londrina 04/03/1998</i>
Universidades têm projetos à Vilas Rurais <i>O Paraná 20/02/2001</i>
Parceria garante renda nas vilas rurais <i>Folha de Londrina 25/06/1999</i>

O discurso de que o 'Paraná 12 Meses' representa a transformação no campo, presente em vários textos, identifica formas próprias de trabalho como atrasadas e o modelo proposto, do agronegócio e neoliberal, como o moderno e transformador. Nesse sentido é que alguns textos mostram a clara intensão de redução do Estado. A própria fala do secretário Antônio Leonel Poloni, como já foi demonstrado, indica a opção pela iniciativa privada. O secretário aponta, em tom de crítica, que no 'Paraná Rural' (projeto anterior ao 'Paraná 12 Meses'), dos 140 milhões de dólares investidos, 70 milhões foram para a "manutenção da máquina pública". Em entrevista para a Folha de Londrina, o governador Jaime Lerner também defendia a participação da iniciativa privada no projeto.

QUADRO 13: Críticas ao Estado e defesa da iniciativa privada

Paraná 12 Meses já está no campo Poloni concluiu que 50% dos recursos do Paraná Rural foram aplicados no custeio da máquina. Segundo ele, de um total de US\$ 140 milhões que foram gastos em 7 anos, US\$ 70 milhões foram para a manutenção de pessoal e apenas US\$ 50 milhões chegaram ao campo. <i>Folha de Londrina de 10/02/1998.</i>
Lerner garante apoio ao campo "É desta forma, dividindo responsabilidades com a iniciativa privada e com a sociedade civil organizada que, no Paraná, estamos conseguindo avançar, desenvolvendo ações que vão contribuir para que, em pouco tempo, tenhamos no campo um novo agricultor. Moderno, ágil, eficiente e capaz de competir no mercado em igualdade de condições com os agricultores dos países mais adiantados". <i>Folha de Londrina 28/07/1999</i>

Nesse contexto é que inicia fortemente uma discussão sobre modernização do serviço de extensão rural, por exemplo. A ideia era fechar convênios da Emater Paraná com prefeituras, que repassariam recursos para a empresa. O objetivo, segundo noticiado, era atender melhor os agricultores, incluindo o 'Paraná 12 Meses'. Percebe-se que a intensão era dividir responsabilidades e, assim, evitar investimentos na extensão. Segundo Sepulcri (2005), o quadro de efetivos da Emater reduzia ano a ano. Em 1980 eram 1981 funcionários e em 2000 já tinha caído para 1542, número que baixaria ainda mais nos anos seguintes. Também

impactou sobre o quadro da Emater, a contratação de empresa terceirizada para prestar assistência social para vilas rurais, trabalho que era feito pela empresa.

QUADRO 14: Redução do Estado e ampliação das propostas de terceirização

Emater reformula e moderniza política para melhorar atendimento ao agricultor <i>Diário da Manhã 27/01/1999</i>
Assistência social volta às vilas rurais Sobre contratação de empresa terceirizada para fazer a assistência social. <i>Diário da Manhã 15/05/2002</i>

Vale ressaltar que os veículos de comunicação pactuavam com o modelo político eleito em 1994 e reeleito em 1998, tanto na esfera federal como estadual. Com isso, além do aspecto publicitário e de gastos de verbas públicas para publicidade nos veículos, como destacam Fanini, Souza e Pereira (2015), havia boa vontade em publicar assuntos com o mesmo viés ideológico que convergia para a unidimensionalidade. Por isso a análise mostra o mesmo modelo de texto dos releases repetidos em matérias, principalmente na questão da ausência de pluralidade de vozes. Apenas um texto, de um jornal de fora, tem posição diferente. Trata-se da matéria ‘Vila Rural melhora moradia’, da Folha de São Paulo de 22/03/1998. Trata-se de um texto crítico ao programa pela dificuldade de gerar renda. Diz que a área é pequena e que os moradores têm que trabalhar fora. A matéria aponta outros problemas, como falta de água para a produção e de experiência para viver em comunidade, além de falta de crédito.

4.2.7 Os donos da narrativa do ‘Paraná 12 Meses’

Como visto na apresentação do ‘Projeto’, no capítulo três, sempre foi divulgado, até com exaltação, que os beneficiários teriam participação direta na elaboração das propostas e aplicação dos recursos, junto com os conselhos municipais. Seria um trabalho horizontal, de forma ‘freiriana’, por assim dizer, embora os elaboradores não referenciassem Paulo Freire no ‘Paraná 12 Meses’. Para Freire (2001) é um problema justamente o fato de o produtor não participar do processo decisório, algo presente nos documentos apresentados pelo Governo do Paraná. Os beneficiários seriam os protagonistas principais e não objetos passivos de ações que o staff governamental definiu como paternalistas/assistencialistas (PARANÁ, 1997, p.11).

Assim, as propostas seriam implementadas a partir das comunidades, de baixo para cima, nos municípios, via escritório local da Emater, dentro daquilo definido como prioridade pelos conselhos municipais. Ou seja, havia um filtro, feito pelos setores representativos sobre onde investir. Além do conselho municipal, o 'Projeto' contava com comissões regionais e estadual (IPARDES, 2006).

Se a comunidade era a base das ações, com a decisão partindo dos envolvidos, seria legítimo que esta horizontalidade aparecesse no discurso de matérias, releases e artigos, não apenas como citação, mas também pela voz do público beneficiário como ator/sujeito. O critério nove (como demonstra o quatro 1) da pesquisa teve como objetivo investigar a horizontalidade do 'Projeto' a partir da identificação dos sujeitos das matérias jornalísticas, artigos e releases. Partindo dessa premissa, a pesquisa mostrou que tal não ocorreu.

As principais vozes presentes no discurso do 'Projeto' foram as oficiais, em diferentes níveis. Na maioria dos textos aparece o governo estadual, com constantes aparições do governador Jaime Lerner; do secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Antônio Leonel Poloni e do secretário da Habitação, Rafael Dely (por conta das vilas rurais). Também surgiram diretores e presidentes de outras empresas de governo envolvidas com o Paraná 12 Meses. Tais atores atuaram com vozes políticas, principalmente, embora, em alguns momentos se arriscassem em explicações técnicas. Os representantes do governo também predominaram quando se tratava do staff do projeto, nos diversos níveis. Nos planos regionais e municipais, foram recorrentes as presenças de chefes de núcleos regionais da SEAB, Cohapar e Emater. Técnicos do Estado, principalmente da Emater, foram ouvidos para explicar os projetos realizados, enquanto as chefias regionais se dividiram entre a parte política e técnica.

As vozes oficiais dos municípios apareceram com muita frequência, principalmente em assuntos menores, de repasse de recursos em localidades e distritos. Prefeitos, secretários municipais e vereadores eram os encarregados de agradecer e elogiar o governo do Estado pelo projeto, sempre apontado como o maior já desenvolvido no Paraná. Técnicos municipais que atuavam em parceria no atendimento aos pequenos agricultores e trabalhadores rurais beneficiários fizeram declarações. Profissionais do Estado, falavam como vozes técnicas.

Deputados estaduais governistas tiveram presença constante em matérias de repasse de recursos. Frequentemente se aproveitavam politicamente para serem os

portadores dos cheques nas solenidades em que eram entregues os valores aos comerciantes. O posicionamento dos jornais deixava clara uma postura de dar espaço a esses políticos, que muitas vezes tentavam passar a impressão de serem os responsáveis por conseguir o dinheiro. Termos como “o maior investimento já feito” e “revolução no campo”, são frequentes nas declarações publicadas.

Matérias e releases também deram destaque para representantes do BIRD em momentos de avaliação do ‘Projeto’ e à iniciativa privada, através de indústrias e cooperativas envolvidas em parcerias. Os produtores beneficiados apareceram, invariavelmente, como personagens, enquanto instituições representantes de grandes produtores também tiveram espaço para falar do projeto.

Não é objetivo desta tese quantificar o conteúdo, mas a tabela ‘9’ serve como ilustração dos atores que deram entrevistas para matérias e releases ou mesmo tiveram artigos publicados referentes ao ‘Paraná 12 Meses’. A variedade de vozes é relativamente alta, com representantes de governos estadual e municipal, produtores e iniciativa privada.

TABELA 10 – Atores presentes no discurso noticioso do ‘Paraná 12 Meses’

ATORES	VEZES
Vozes do Governo Estadual, em geral.	61
Governador Jaime Lerner.	13
Secretário de Estado da Agricultura, Antônio Leonel Poloni.	19
Secretário de Estado da Habitação, Rafael Dely.	10
Chefes de núcleos regionais e escritórios municipais de SEAB, Codapar, Cohapar e Emater.	18
Técnicos do governo do Estado (principalmente da Emater).	39
Prefeitos.	35
Vereadores.	4
Representantes de secretarias ou órgãos municipais.	6
Técnicos municipais envolvidos com o Projeto.	8
Deputados e autoridades políticas.	49
Iniciativa privada (representantes de cooperativas e agroindústrias).	5
Instituições representantes de grandes produtores (Ocepar e FAEP).	4
Staff do projeto.	22
BIRD e visitantes estrangeiros.	4
Pequenos produtores e vileiros.	35

Representantes do agronegócio foram vozes favoráveis e elogiosas à proposta de aproximação dos projetos à lógica de mercado. Por outro lado, instituições ligadas ao pequeno produtor ou ao campesinato, em nenhum momento foram ouvidas. Quanto à equipe técnica, teve o papel de tratar das questões operacionais e produtivas, sempre que ouvida.

QUADRO 15: Fala técnica dos profissionais e opinião de grandes produtores

<p>Técnicos do “Paraná” 12 Meses elaboram diagnóstico A prioridade é o combate à pobreza e, nesse sentido, feito para determinar o plano de ação do programa (sic) para este ano. – <i>Engenheiro agrônomo da Prefeitura de Ponta Grossa e presidente do Conselho Municipal, Gerson Ribeiro Sobrinho.</i> <i>Diário da Manhã 18/03/1998</i></p>
<p>“Paraná 12 Meses” reúne conselhos já formados [...] Segundo o chefe regional da Emater, Oscar Weller, as principais atividades devem se concentrar na reforma de casas, saneamento básico e proteção de fontes de água. <i>Diário da Manhã 04/03/1998</i></p>
<p>Fábrica do Agricultor com licença ambiental “O bóia fria coopera com o grande produtor, sendo, às vezes, até indispensável. Assim, o grande produtor recebeu a Vila Rural com aprovação. – <i>Énio Batista Rosas, grande produtor.</i> <i>Diário da Manhã 23/06/2001</i></p>

O governador Jaime Lerner e secretários de Estado são as principais vozes oficiais no que diz respeito à apresentação e defesa do ‘Paraná 12 Meses’, da sua linha neoliberal e em favor do agronegócio. Em todos os instantes que aparecem suas falas, tratam do mercado competitivo e de quanto é necessário estar capacitado e profissional para atender as exigências do setor. Prefeitos e políticos surgem como distribuidores dos recursos e portadores de elogio ao ‘Projeto’, principalmente nos releases oficiais.

QUADRO 16: Vozes políticas favoráveis à ‘modernização’

<p>Lerner garante apoio ao campo “O desafio do mundo, hoje, na opinião de Jaime Lerner, é reabilitar o pequeno agricultor. Ele diz que o mundo globalizado não pode deixá-lo de lado, e vai avançar mais quem souber melhor apoiar esse produtor. Sem esquecer de introduzi-lo na área da alta tecnologia”. <i>Folha de Londrina 28/07/1999</i></p>
<p>Assinado convênio para três vilas rurais “[...] Gente que sempre teve muito pouco e não acreditava mais na possibilidade de melhorar de vida. Com as vilas, estamos devolvendo a esperança e a alegria a esse público [...]” - <i>Rafael Dely, secretário da Habitação do Paraná.</i> <i>O Paraná 17/02/2001</i></p>
<p>Paraná 12 Meses libera oito projetos para Maripá Segundo o prefeito Dorival Moreira, este é um projeto de grande alcance social e por isto é uma das prioridades. <i>O Paraná 05/10/2001</i></p>
<p>Nova Santa Rosa recebe recursos do PR 12 Meses O prefeito Antônio Caldeira de Moura, acompanhado do secretário de Agricultura, Egon Bredlau, e representantes de órgãos do governo do Estado, trabalha para que pequenos produtores do município continuem recebendo benefícios. <i>O Paraná 16/03/2001</i></p>
<p>Agricultura: Rusch entrega recursos do Paraná 12 Meses “O mais importante é que o Paraná 12 Meses não empurra de cima para baixo. É no próprio município que as prioridades são eleitas”. – <i>Deputado Élio Rusch</i> <i>O Paraná 03/01/2002</i></p>
<p>Plauto diz que “Paraná 12 Meses será mais um marco do governo na região Entrevista com o deputado estadual Plauto Miró Guimarães Filho. <i>Diário da Manhã 04/02/1998</i></p>

A tabela '10' aponta para uma presença significativa de vozes de pequenos produtores. Em todos os casos, trata-se de beneficiários do 'Paraná 12 Meses', principalmente moradores de vilas rurais. Mas a observação quantitativa é insuficiente para a análise. A leitura do conteúdo dos textos mostra que não se trata de uma fala participativa, no sentido de construção do projeto, e sim de legitimação e elogios ao trabalho desenvolvido. Os pequenos agricultores presentes em matérias e, principalmente, releases, surgem apenas como "personagens" para dizer o quanto estão felizes com o que o governo está fazendo para eles; comparar o "antes e o depois" dos investimentos, sempre com vantagem para o depois; ter uma voz de agradecimento e dizer que jamais conseguiriam sozinhos. Cabe a eles uma narrativa subalterna que serve como recurso ao texto que, a partir disso, pode confirmar a eficiência do projeto proposto. Evidente que tais falas, no jargão jornalístico, são pinçadas após a indução do entrevistador para que digam exatamente isso.

QUADRO 17: Beneficiários do 'Paraná 12 Meses' como personagens do discurso

<p>Ovos e doces melhoram a vida de vileiros "Isso aqui caiu do céu, nunca estive tão bem [...] Vendemos cerca de 70 vidros por mês. Somente com os doces, aumentamos a nossa renda mensal em R\$ 140,00". – <i>Joaquina Brás da Silva, moradora da Vila Rural Nova União, de Céu Azul.</i> <i>O Paraná 14/02/2001</i></p>
<p>Vileiros montam panificadora "Todos estão animados com a oportunidade de, além de um pedaço de terra, poder investir em um próprio negócio" – <i>Jorge Corrêa, presidente da Associação de Moradores da Vila Rural Esperança, de Itaipulândia.</i> <i>O Paraná 12/02/2001</i></p>
<p>Café é nova alternativa de renda para vila rural "Hoje me sinto realizado e posso garantir que jamais tive tanta fartura na mesa" – <i>Lúcio Traieski, morador da Vila Rural Luz da Terra, de Braganey.</i> <i>Diário da Manhã 25/02/2001</i></p>
<p>Paraná 12 Meses em Campo Bonito 'Para Terezinha Schmegel da Silva [...] o benefício será de grande utilidade'. "Vamos construir mais um quarto em nossa casa e trocar parte do telhado" – pequena produtora beneficiada com recursos do Combate à Pobreza. <i>O Paraná 04/03/1998.</i></p>

De uma maneira geral, foi registrada grande variedade de vozes no discurso de matérias, releases e artigos, mas elas apareciam sempre em consonância, repetindo o mesmo consenso. Ao contrário do que se propõe o jornalismo, não havia oposição ou "o outro lado", nem mesmo em matérias dos veículos de comunicação.

Autoridades geralmente falavam em nome dos beneficiários, definindo o que era bom ou ruim para eles e que o 'Paraná 12 Meses' era um estímulo para produzir

mais que foi dado a quem nunca teve nada. Já os políticos, principalmente prefeitos e deputados, surgiam como responsáveis pela conquista dos recursos ou, no mínimo, como os grandes parceiros do Estado, claramente com discursos feitos e sem grande conhecimento do tema. A equipe técnica aparecia algumas vezes para dar explicações sobre projetos.

4.2.8 Outros fatores presentes no discurso do Projeto

Existem outros aspectos que aparecem na análise de discurso dos textos, conforme destacado no critério 10 (Quadro 1), e que apresentam possibilidade de leitura da unidimensionalidade da proposta. A partir do posicionamento político favorável ao governo, várias matérias e releases foram utilizados como forma de defesa e propaganda do 'Paraná 12 Meses' e do programa de vilas rurais. Nesse aspecto se divulgava o quanto já foi investido e os resultados alcançados, com destaque para o número de pequenos produtores e trabalhadores rurais atendidos ao longo do período até a data de publicação. As falas dos atores envolvidos buscavam enaltecer cada investimento feito, sempre com comparações a governos anteriores, evidentemente, com vantagens para o governo Lerner.

As vilas rurais ganharam destaque pelo ineditismo e o 'Paraná 12 Meses' aparecia como a grande solução para a chamada 'agricultura familiar'. Ao mesmo tempo, as relações (reuniões, encontros, acordos, entre outros) se davam entre governo e instituições, enquanto o pequeno produtor aparecia, no discurso, apenas em um papel secundário, como objeto dos investimentos.

QUADRO 18: Textos enaltecedores ao projeto, publicados nos jornais

Vila Rural faz quatro anos e se transforma em modelo <i>Diário da Manhã 26/05/1999</i>
Incentivo: PR 12 meses terá continuidade este ano <i>Diário da Manhã 24/03/2000</i>
Vila Rural ajuda a melhorar a vida dos paranaenses <i>O Paraná 13/04/1999</i>

Grande parte das matérias e releases presentes nos jornais analisados destaca os valores investidos pelo 'Projeto', ou seja, era o volume de recursos e não o alcance social o mais importante observado pelos jornalistas dos veículos e da assessoria de imprensa. Dois momentos ganharam maior destaque: da conquista

dos valores via ‘Paraná 12 Meses’ e da entrega do dinheiro, depois de aprovados os projetos. Muitas matérias trazem balanços dos valores investidos até determinados momentos, seja em subcomponentes, seja no ‘Paraná Doze Meses’ como um todo. O Diário da Manhã foi o jornal que mais deu destaque para notícias envolvendo valores monetários.

QUADRO 19: Destaques para valores investidos

Região recebe investimentos para a agricultura <i>Diário da Manhã 22/05/1998</i>
Carambeí: Paraná 12 Meses libera R\$ 111 mil <i>Diário da Manhã 05/08/2000</i>

Enfoques políticos estavam presentes em diferentes momentos do discurso do ‘Projeto Paraná 12 Meses’, como de eventos com a participação do governador Jaime Lerner ou de secretários de Estado. Politicamente também foram desenvolvidos releases que mostravam a aprovação do trabalho realizado, como, por exemplo, da confiança do BIRD no governo do Paraná ou de políticos, em vários textos, destacando que este era o maior projeto rural já realizado na América Latina. Há ainda a participação de deputados governistas que se apresentavam para falar dos investimentos ou fazer o repasse dos recursos. Esse destaque político é mais visível em matérias publicadas nos jornais ‘Diário da Manhã’ e ‘O Paraná’.

QUADRO 20: Promoção política a partir do ‘Projeto’

Plauto anuncia R\$ 2,4 milhões para a agricultura <i>Diário da Manhã 02/04/2002</i>
BIRD reforça confiança no Paraná <i>O Paraná 30/06/1998</i>
Lerner reúne moradores de vilas rurais do Paraná <i>Diário da Manhã 04/08/1998</i>

Releases destacavam frequentemente que vários estados, como São Paulo e Mato Grosso, gostariam de implantar vilas rurais, além de outros países interessados em conhecer o programa. No dia 02/10/2001, o jornal ‘O Paraná’ publicou, por exemplo, o release “Cuba tem interesse nas Vilas Rurais”. Ao divulgar que as vilas chamaram a atenção de uma nação com um modelo político antagônico ao capitalismo neoliberal, o objetivo, possivelmente, era demonstrar o sucesso do programa, capaz de atrair até os socialistas.

4.2.9 Vilas rurais como peça de propaganda contrarreforma agrária

Outro aspecto da unidimensionalidade presente no discurso do ‘Paraná 12 Meses’ foi a imensa propaganda das vilas rurais, que, embora surgidas anteriormente, em 1995, foram inseridas ao projeto a partir de 1997. O objetivo, segundo descrito na proposta, era oferecer melhores condições de habitação aos trabalhadores rurais volantes e possibilidade de melhorar a alimentação e incrementar a renda (SEPULCRI, 2005). Cada vileiro recebia uma casa de 40 metros quadrados em uma área de 5 mil metros quadrados, ou seja, meio hectare, além de apoio técnico e recursos via ‘Paraná 12 Meses’.

As vilas rurais foram o assunto mais divulgado entre as matérias analisadas, representando mais de um terço do total. Foram 121 textos dos 330 encontrados nos jornais pesquisados. Até por isso, tiveram grande destaque na propaganda das políticas sociais para o campo. Inicialmente o ‘Vila Rural’ aparece como o programa que pela primeira vez olhou para o trabalhador rural, o boia-fria. Assim, é destacado como uma proposta de resgate dessa população que sofreu reflexos diretos do êxodo rural das décadas anteriores.

Releases valorizaram o destaque do programa entre estrangeiros, o que pode ser visto no caso de visitas de comitivas internacionais para conhecer o trabalho que estaria “revolucionando conceitos no meio rural”, como destacou o prefeito de Santa Helena, Silom Schimidt, na matéria “28 países conhecem Vila Rural” (O PARANÁ, 03/04/1998), sobre visita de comitiva estrangeira à vila rural do município. Para o secretário da Habitação, Rafael, Dely, o programa mudou a vida das pessoas e era referência mundial, como destaca texto sobre elogios da ONU ao ‘Vila Rural’.

QUADRO 21: Textos destacam sucesso do programa

<p>Êxito- Programa Vila Rural completa seis anos <i>O Paraná 25/05/2002</i></p>
<p>ONU vê Vila Rural como projeto modelo <i>O Paraná 21/06/1998</i></p>

O programa ‘Vilas Rurais’ também foi apresentado como uma proposta para evitar o êxodo rural. Em 1998 se dizia que a prioridade seria atender municípios com maior perda de população. O secretário da Habitação, Rafael Dely, afirmava que era importante frear o êxodo ao menos até as cidades estarem preparadas para receber a população do campo, o que poderia ser interpretado como uma forma de dar

fôlego às cidades e não como meta para o campo. Releases destacavam o número de famílias “assentadas” nas vilas rurais como destaque de sucesso.

QUADRO 22: Destaque para o controle do êxodo rural proposto pelas vilas rurais

Governo quer evitar o êxodo rural no Estado

Release diz que o governo quer priorizar os municípios que estão perdendo população com o programa de Vilas Rurais.

Diário da Manhã 20/01/1998

“Com certeza o programa está contribuindo também para diminuir o êxodo rural para as principais cidades do Estado, oferecendo condições para que elas se equipem adequadamente para receber a migração em índices aceitáveis”, secretário da Habitação, Rafael Dely - *Diário da Manhã 17/12/2000*

Oficialmente, as vilas rurais não foram apresentadas como uma proposta de reforma agrária, mas o governo e apoiadores as viram como excelente propaganda de alternativa para assentamento de trabalhadores rurais sem terra. Coincidentemente, nesse período houve um crescimento das reivindicações de movimentos sociais de trabalhadores sem-terra em todo País. Assim, governo e aliados levantavam a bandeira de que essa era a melhor ideia já surgida para o problema das famílias sem terra. O discurso apontava para um contexto unidimensional favorável ao grande produtor, pois propunha assentar famílias sem tocar na propriedade privada do agronegócio. Essa condição apareceu em vários momentos, em falas do governador, secretários de Estado, deputados e prefeitos.

QUADRO 23: Alusão a assentamentos e reforma agrária pela via das vilas rurais

Vilas Rurais ajudam a fazer a Reforma Agrária

Diário da Manhã 18/02/1998

Governo nega afirmações da CNBB sobre Política Agrária

De acordo com release do governo do Estado, a CNBB¹⁶ teria acusado o Paraná de ser contrário aos sem-terra em questões de assentamento. Assessor para assuntos fundiários, Antônio Carlos da Costa Coelho, diz que o Estado tem sido mediador entre o MST e os produtores rurais e chama todas as ocupações de invasões e atos ilegais. Além disso, compara os números das Vilas Rurais (12,2 mil famílias) com os do Incra (12,7 mil famílias) como se o programa fosse de assentamento de produtores, com a mesma equivalência de área.

Diário da Manhã 27/12/2000

Governo do Estado assenta 106 famílias em três novas Vilas Rurais

Diário da Manhã 07/12/2000

O discurso favorável ao modelo também pode ser encontrado em outros veículos oficiais, como a edição do ‘Senado Notícias’ de 15/02/2001, em que o

¹⁶ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

senador Carlos Patrocínio (PFL/TO) elogiava o programa de Vilas Rurais do Paraná e chamava de “reforma agrária moderna, não traumática e reeducativa”.

O final da década de 1990 foi marcado por intensos conflitos pela terra no Brasil e no Paraná, incluindo ações violentas das forças policiais pela reintegração de posse. Nesse contexto, a propaganda das vilas rurais também trouxe várias falas que davam o programa como a “reforma agrária sem violência e sem invasões”, usadas pelos agentes políticos do governo Lerner e aliados. Vários eventos relacionados às vilas viraram palanque para discursos contra a reforma agrária, como pode ser visto no quadro ‘24’. Importante destacar que, ao reproduzir as falas relativas à suposta reforma agrária, sem questionamentos, os veículos de comunicação corroboravam tal pensamento, também.

QUADRO 24: Discurso sobre a suposta reforma agrária sem violência

<p><i>Para Jocelito (Jocelito Canto, prefeito de Ponta Grossa), o governo paranaense está dando uma grande lição de como incentivar o pequeno agricultor, sem haver a necessidade de invasão de propriedades</i> Diário da Manhã 13/08/1998.</p>
<p><i>“O Programa Vila Rural é garantia de paz na terra. É a contribuição do Paraná para a solução da questão agrária no Brasil” (Governador Jaime Lerner)</i></p> <p><i>“Essa é a contribuição paranaense ao que se refere à solução dos conflitos pela posse da terra” (Secretário da Habitação do Paraná, Rafael Dely)</i> Diário da Manhã 06/12/2000</p>
<p><i>Sem violência e sem invasões, oferecendo um exemplo edificante e pacífico, estamos reestruturando o meio rural do Paraná (Governador Jaime Lerner).</i> Diário da Manhã 17/12/2000</p>
<p><i>Presidente da Câmara de Vereados de Palotina, Silmar Soligo, diz que “essa é a reforma agrária que todos querem, sem violência, sem invasão e com justiça social”.</i> O Paraná 13/12/1999</p>
<p><i>Cascavel passa a aderir a um projeto que é modelo de justiça e paz no campo. (Governador Jaime Lerner)</i></p> <p><i>Trocam barracos de lonas e tábuas por uma casa e assistência. (Secretário de Habitação do Paraná, Rafael Dely, claramente se referindo aos acampamentos do MST).</i> O Paraná 17/02/2001</p>

Paralelo à apresentação das vilas rurais como grande exemplo de reforma agrária, ao que parece, era preciso mostrar que os moradores desses locais tinham grande desenvolvimento, principalmente econômico, além de estabilidade que trazia melhor qualidade de vida. Diversas matérias e releases foram publicados com o intuito de mostrar alternativas de atividades ali desenvolvidas e geração de renda. O governo fechou parcerias que permitiam a relação integrada de produção voltada para determinada indústria ou mesmo diretamente ao mercado. O quadro ‘25’ mostra alguns exemplos disso.

QUADRO 25: Propostas de geração de renda para as vilas rurais

<p>Parceria garante renda nas vilas rurais Trata do programa “Sócio da Vila” que iria incentivar a compra, de parte de agroindústrias, de produções das Vilas Rurais. <i>Folha de Londrina 25/06/1999</i></p>
<p>Vileiros produzirão vassouras em Três Barras <i>O Paraná 25/02/2001</i></p>
<p>Programa Vilas Rurais busca novas parcerias <i>Diário da Manhã 31/03/1999</i></p>

Ao mesmo tempo em que usava a reforma agrária como propaganda e destacava a melhora na qualidade de vida dos moradores, o discurso, em muitos momentos colocava o beneficiário como alguém inapto para realizar seu próprio desenvolvimento. Falas de que eles não conseguiriam nada do que estava sendo oferecido sozinhos contrariavam o discurso do ‘Paraná 12 Meses’ (do qual o ‘Programa Vilas Rurais’ passou a fazer parte) de construir juntos, além de enaltecer o papel do governo, como ator capaz de resgatar esses trabalhadores. Os próprios beneficiários aparecem como personagens de legitimação dessa situação.

QUADRO 26: Beneficiários como objetos da política pública governamental

<p>É difícil imaginar que um dia famílias boias-frias teriam casa de alvenaria confortável e um pedaço de chão para plantar (Texto do autor do release). <i>O Paraná 14/09/1999</i></p>
<p>“Com um salário desses, jamais teria condições de subir na vida” – Dionísio Bento de Souza, beneficiário do programa Vila Rural em Palotina.</p> <p>“Isso aqui caiu do céu. Sequer passava pela minha cabeça que o governo tinha um programa desses, que fizesse tão bem às pessoas” – Regina de Souza, beneficiária do programa Vila Rural em Palotina. <i>O Paraná 13/12/1999</i></p>
<p>“Jamais vi alguém dar casa e terra para alguém, atitude inédita de um governo realmente comprometido com as causas sociais do Paraná”. – Adelar Arrozi, prefeito de Ibema, na inauguração da ‘Vila Rural Causa de Todos’. <i>O Paraná 08/08/2000</i></p>
<p>Vila Rural: Famílias ganham casa e terra em Rondon No evento de inauguração de vila rural, o secretário da Habitação, Rafael Dely, diz que as famílias, até pouco tempo viviam dos trocados de boia-fria. <i>O Paraná 30/04/2001</i></p>

Com o tempo, as críticas relativas ao tamanho da área e localização, que não permitiam que o programa fosse classificado nem como urbano, nem como módulo rural, fizeram com que o discurso fosse mudando até que a ideia de reforma agrária sumisse dos textos, como se nunca isso tivesse sido proposto. A sequência das matérias e releases mostra o desaparecimento total. No dia 18/12/2001 foi publicado release do governo do Estado no jornal ‘O Paraná’ sob o título: ‘Propriedade: Paraná entrega títulos para 223 vileiros. No texto, o secretário Rafael Dely diz que as vilas

foram projetadas de acordo com a legislação vigente e foi pedido ao Incra que abrisse uma exceção no registro das propriedades, por ser um programa de alcance social. O release destaca que os convênios assinados entre a Cohapar e as prefeituras, para a doação de áreas às vilas rurais, consideram o terreno como expansão urbana. A narrativa, portanto, passou a demonstrar preocupação em deixar clara a natureza das vilas rurais, que não se tratava de um programa de reforma agrária.

De uma maneira geral, este tópico demonstra que todo discurso relacionado às vilas rurais reforçava o posicionamento unidimensional favorável ao agronegócio e, até de forma agressiva em muitos momentos, saindo em defesa do latifúndio e em oposição aos movimentos sociais do campo. Percebe-se ainda uma homogeneidade nos posicionamentos do governo e suas secretarias, técnicos e assessoria de imprensa na divulgação do programa, além de boa aceitação e adesão discursiva dos veículos, principalmente de 'O Paraná' e 'Diário da Manhã'.

4.3 PARA ONDE APONTA A ANÁLISE DE DISCURSO

O que a pesquisa dos documentos e dos jornais demonstrou é que os critérios utilizados para a análise do discurso acabaram por confirmar, se não no todo, na maior parte, as suspeitas de unidimensionalidade no 'Projeto Paraná 12 Meses', o que significa, nesse contexto, adotar o caminho do agronegócio. Cada um dos elementos trabalhados aponta para isso, como é o caso do conceito de 'agricultura familiar', que embora ainda não estivesse consolidado na época, foi usado em muitos momentos e quando substituído por 'pequeno produtor', este carregou os mesmos atributos conceituais do primeiro, tanto é assim, que a palavra camponês não apareceu uma única vez nos 330 textos.

A narrativa disposta nas notícias referentes ao projeto colocou a tecnologia industrial utilizada na grande propriedade como solução única para a manutenção do pequeno agricultor. A produção também deveria atender às exigências do mercado e a solução seria a inserção ao modelo que impõe as regras do comprador e do fornecedor de maquinários e insumos ao agricultor.

Como legitimadoras do agronegócio, as vozes oficiais e políticas tiveram a predominância da narrativa em todos os momentos em que o 'Paraná 12 Meses' foi notícia. A defesa do neoliberalismo foi uma constante, especialmente nas ideias de

manter intacta a estrutura fundiária do estado. Não à toa, as vilas rurais foram apresentadas como alternativa para a reforma agrária, dispostas por termos de forte impacto como “sem violência” e “sem invasão de terras”. uma defesa, portanto, da grande propriedade do agronegócio. O beneficiário, por sua vez, surgiu no discurso apenas como personagem alvo do ‘projeto’, para tecer expressões de agradecimento e não como alguém construindo junto.

O estudo apresentado na tese foi feito sobre o discurso presente nos jornais e em documentos. Não significa que os camponeses se apresentassem de forma passiva. Embora não fosse objeto do estudo, as análises mostraram que movimentos sociais do campo ofereciam formas de resistência às propostas do agronegócio, com outras vias, conforme Fernandes (2004). Isso inclui a luta pela reforma agrária e pelos direitos sociais das famílias rurais com raízes, que incluem o surgimento das ligas camponesas e movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O camponês clássico, conforme Wanderley (1996) desenvolve um trabalho mais independente, tanto na tomada de decisão sobre as formas de produzir como do que produzir e negociar. Dessa maneira, não está vinculado ao modelo do agronegócio. Tal público é formado por camponeses, mulheres e homens do campo, que têm produção diversificada de alimentos em pequena escala (SONDA e BERGOLD, 2013). O próprio MST colocou em sua agenda a produção de ‘alimentos saudáveis’. A análise do ‘Paraná 12 Meses’ não é, portanto, de uma ideia de total submissão do pequeno produtor ao agronegócio, mas uma leitura de como o discurso se apodera das ideias unidimensionais da tecnologia da agroindústria.

Os textos mostram ainda que o discurso político se mostra unidimensional e não comprova a construção horizontal dos projetos. Isso não significa afirmar que a equipe técnica tenha agido de forma proposital. Muitos técnicos devem ter trabalhado em favor de um projeto mais emancipador, ao contrário das autoridades, que em todo momento defenderam um posicionamento em favor do agronegócio e da manutenção da estrutura fundiária que privilegia o latifúndio, o que ficou explícito nos textos publicados pelos jornais.

Com relação ao discurso da mídia, fica claro o desconhecimento e despreparo dos profissionais que não sabiam diferenciar conceitos ou mesmo a estrutura fundiária. Em muitos textos, a questão agrícola e agrária é tratada como um todo, como se não houvesse distinção alguma entre pequena, média ou grande

propriedade e seus diferentes objetivos e funções sociais. Para muitos profissionais de comunicação, produzi commodities ou hortaliças é apenas uma questão de escolha pessoal e não de modo de vida e produção na propriedade rural. Até por isso e por interesses econômicos dos proprietários dos veículos de comunicação, acabavam recebendo e reproduzindo os discursos até de forma impensada. Assim, de certa forma podiam acabar como objetos de uma construção de ideologia (CHARAUDEAU, 2010). Os jornais analisados apoiaram o 'Projeto Paraná 12 Meses' sem questionar em nenhum momento.

Por conta disso, a invasão cultural unidimensional foi proposta e aceita sem restrições, ainda que profissionais da extensão rural e outros envolvidos tivessem como claro objetivo melhorar as condições de vida do pequeno produtor. Tal trabalho foi feito, mas dentro do modelo do agronegócio implantado e afirmado como a única dimensão possível para a produção agropecuária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto de época e a euforia do discurso neoliberal da década de 1990 levantaram suspeita para o problema de pesquisa relacionado à política pública voltada para os pequenos produtores, ou agricultores familiares, conforme o conceito do agronegócio. Não parecia haver espaço para um projeto emancipador e a ideia de “fazer junto” com a comunidade local e o público atendido se mostrava, o que foi comprovado, limitada pela abreviatura linguística do neoliberalismo e defesa de interesses agroindustriais e patrimonialistas. Os projetos poderiam avançar, mas desde que dentro da ideia globalizante, mercadológica e com tecnologias do agronegócio. Assim, nada mais seria feito do que continuar o modelo instalado historicamente, desde as monoculturas de exportação e da “revolução” verde com cooptação dos pequenos produtores, apagando qualquer iniciativa de diferenciação e mantendo o modelo fundiário existente desde a colônia. A narrativa proposta foi legitimada via assessorias de imprensa e meios de comunicação de massa.

Historicamente, o pequeno estabelecimento viveu à margem das atenções e benefícios dos diferentes modelos de distribuição de terras e apoios produtivos nacionais. Primeiro foram as sesmarias e em seus limites ou ao longo do caminho, quem não tinha nome ou relações se instalou como pode, dando origem aos pequenos estabelecimentos no Paraná Tradicional. Depois, outros modelos, como a posse que, como visto, se embrenhou nos sertões, depois também ocupados pela modalidade do comércio de terras, fez surgir um novo pequeno produtor, o proprietário de áreas compradas junto às colonizadoras. Evidente que o capitalismo fez crescer o latifúndio também para aquelas regiões, via comercialização de maiores áreas para quem tinha mais recursos ou por grilagem.

Em toda história rural paranaense a produção para mercados específicos e externos esteve presente: da pecuária, do tropeirismo, da produção de erva-mate, da madeira e do café. Com a chegada da “modernização conservadora” e da “revolução verde” ao Estado, na segunda metade do século XX, mudaram culturas, mudaram as tecnologias e o agronegócio impôs a produção de grãos para abastecer a agroindústria e vender insumos e maquinários aos produtores. Com o apoio das políticas públicas federais aumentou a concentração de terras e o êxodo rural, que atingiu principalmente aqueles pequenos produtores que tinham adquirido uma área das companhias colonizadoras.

A análise de discurso demonstra que foi exatamente o modelo modernizador, responsável por tantas perdas ao pequeno produtor em décadas anteriores, o escolhido para os investimentos do 'Paraná 12 Meses'. O neoliberalismo e as determinações de mesmo viés ideológico do Banco Mundial referendaram a proposta colocada como via única ao beneficiado pelo projeto. As aplicações dos recursos estiveram submetidas aos interesses do agronegócio e da manutenção da estrutura fundiária vigente naquele momento.

A 'abreviatura linguística' mostra qual é o pensamento e intensão presentes na fala, capaz de promoverem alguns conteúdos sociais e suprimir outros. A imposição unidimensional pode ser vista pela imagem única de um modelo de desenvolvimento e impedimento, pela palavra, de outros sentidos. As expressões utilizadas com frequência nos textos, como 'agricultura familiar', 'modernização', 'globalização', 'agronegócio', 'iniciativa privada' ou 'reforma agrária sem invasões' demonstram a intensão do 'Projeto Paraná 12 Meses', tanto quanto a ausência de 'camponês', 'reforma agrária em grandes latifúndios' ou 'formas alternativas de viabilização do pequeno produtor rural'.

A partir de documentos oficiais e jornais, foi possível analisar qual era a proposta do 'Paraná 12 Meses' e como se desenvolveu na prática. Mais que isso, observar como o projeto foi percebido e apresentado pelo governo e técnicos e o sentido dado a ele, seja como fonte de recursos, ferramenta de desenvolvimento ou propaganda. Apesar de alguns problemas estruturais, foram investidos recursos dentro da lógica da agricultura familiar que serviram para atendimentos pontuais de estruturas e produção de uma parcela dos pequenos estabelecimentos.

A pesquisa demonstrou que a unidimensionalidade industrial foi aplicada ao 'Paraná 12 Meses' e, como previa o conceito marcusiano, a tecnologia foi usada de forma ideológica. A primeira resposta encontrada demonstra isso, no sentido de que o modo de vida propagado impunha aos agricultores, especialmente aos pequenos, um atrelamento do próprio tempo e trabalho de homens e mulheres aos interesses industriais. No momento em que a análise foi feita, observou-se que quando a via do agronegócio foi colocada como caminho único, encontrou-se no discurso do 'Paraná 12 Meses' o homem unidimensional sendo moldado. Os aparatos tecnológicos eram externos e verticais, em vez de horizontais. Com isso, o conceito freiriano de invasor e invadido também estava presente na narrativa.

Se a proposta era de uso do modelo do agronegócio, dependente e herdeiro da “modernização conservadora”, se confirma também a hipótese inicial, de que esse era o caminho definido como único, pelo ‘Paraná 12 Meses’ para o pequeno produtor. Não ocorreu a transformação prometida, uma vez que os projetos não alteraram a disposição fundiária e nem romperam com o modelo reificador do agronegócio, que transforma produtores rurais em peças do sistema industrial.

A noticiabilidade do ‘Projeto’ demonstrou unidimensionalidade a partir da absorção do pequeno produtor rural ao sistema, no qual atuou como personagem subordinado à verticalização da narrativa. Os projetos, como se percebe nas notícias de distribuição de recursos, foram pontuais. Além das reformas de residências, que sem dúvida melhoraram as condições de moradia de muitas famílias, matérias e releases mostraram a aquisição de insumos, estruturas e maquinários para atividades específicas. Por si só, tais investimentos não fariam uma “revolução no campo”, como alguns discursos alardearam.

A partir das teorias marcusianas e freirianas, a tese mostrou que o objetivo do ‘Paraná 12 Meses’, na narrativa das autoridades do governo e políticos em geral, era fazer com que os beneficiários aceitassem os propósitos do agronegócio como seus. Nas vozes desses atores há defesa constante da globalização dos mercados e da tecnologia, que controla a sociedade pela técnica racional oferecida pelas empresas do setor. O aparato tecnológico organizou e manteve as relações sociais, submetendo o indivíduo ao pensamento único. O discurso, o tempo todo, foi harmônico, com todo discurso colocado de forma favorável ao ‘Paraná 12 Meses’. O caminho apresentado era racional e, portanto, razoável que a noticiabilidade do projeto assim o mostrasse.

Toda narrativa relativa ao ‘Paraná 12 Meses’ apresenta concordância e afirmação com o modelo proveniente ainda da “revolução verde”, colocado como determinante para o pequeno produtor. Há relação do discurso com a ideologia neoliberal e a ‘unidimensionalidade’ do agronegócio na aplicação dos recursos, com algumas defesas colocadas abertamente e outras subentendidas. As falas davam conta da necessidade de mudança na forma de produzir e se relacionar com o mercado, de maneira a dizer aos homens e mulheres pequenos produtores e produtoras quais eram as novas demandas que eles tinham que obedecer.

Uma vez tecnificados, na visão da coordenação do ‘Projeto’, os agricultores deveriam ser inseridos no mercado do agronegócio, ideia que estava presente,

inclusive, nos objetivos específicos do 'Paraná 12 Meses'. Isso significava atuar nas duas pontas, adquirir insumos e equipamentos e vender produtos para a agroindústria de forma competitiva. Atender às exigências comerciais era fundamental, segundo os documentos, que destacavam a abertura do mercado, por parte do Governo Federal, como irreversível. Restava ao pequeno produtor, nas falas oficiais, seguir esse caminho ou ser excluído do meio rural. Toda essa postura é reveladora para a unidimensionalidade, que coloca o modelo industrial, tecnificado e de mercado, como forma objetiva e reificadora do pequeno estabelecimento.

Os documentos relativos ao 'Projeto' deixam clara a intensão de reduzir o papel do Estado, com defesa da diminuição dos subsídios, privatização e abertura do mercado. Mesmo para os pesquisadores do Ipardes, a ideia geral era de que o Estado deveria apenas criar os mecanismos para que as técnicas recomendadas fossem adotadas. O Instituto chegou a sugerir que o melhor para o pequeno produtor beneficiário seria o trabalho externo à propriedade rural e que a atividade agrícola fosse só uma complementação de renda, o que seria uma tendência mundial, segundo o texto do relatório de 2006.

Percebe-se também, nos documentos, que a participação horizontal dos beneficiários do 'Paraná 12 Meses' não ia além da retórica, uma vez que a definição dos subcomponentes para investimentos foi decidida nos gabinetes. Restava aos beneficiários acatar e adotar investimentos e critérios técnicos propostos para que fossem feitos os investimentos. Ou seja, havia discussão para definir aplicações sim, mas dentro de um "cardápio" fechado de opções e com técnicos e autoridades atuando conjuntamente na escolha.

Trazido a público, o 'Paraná 12 Meses' foi apresentado nos jornais, o tempo todo, de forma positiva, uma vez que em nenhuma edição, em quatro anos pesquisados, de 1998 a 2002, apareceu um só texto crítico ao 'Paraná 12 Meses'. O 'Projeto' foi recebido com entusiasmo pelos jornais analisados. Os discursos sempre defenderam a adoção de tecnologias sem questionamentos sobre a via única ou se haveria outras formas de desenvolvimento e fixação do homem no campo. Pelo contrário, profissionalização e modernização do beneficiário foram abreviaturas linguísticas presentes nos meios de comunicação. Tal narrativa era decisivamente unidimensional e voltada para os interesses externos, já que modernizar era adquirir a tecnologia da agroindústria e profissionalizar significava aprender a dominar esses

recursos. De outro lado, ficou subentendido que o trabalho realizado pelo pequeno produtor era atrasado e não profissional.

A opção pelos conceitos do agronegócio se mostra uma escolha ideológica, pois, “marcusianamente”, não há neutralidade na adoção de determinada tecnologia, já que ela não pode ser vista em separado do uso que lhe é dado. Competitividade e inserção ao mercado também foram presenças constantes nos discursos oficiais e traziam sempre a orientação para que a produção conseguisse atender às exigências do comprador sobre o que produzir, como produzir e em que quantidade. Tal discurso é reificador no sentido de transformar o produtor em uma peça do sistema, com obrigações a cumprir dentro de um processo industrial, sem maiores liberdades de movimento e inserido em uma lógica racional, que submete o agricultor a determinados paradigmas a serviço do mercado.

Havia na narrativa de autoridades uma repetição da afirmativa de que sem profissionalização e tecnologia pequenos agricultores não teriam condições de continuar no campo, especialmente a partir da abertura de mercado. A “transformação” sugerida ao pequeno produtor era a adesão ao modelo do agronegócio como via única.

Toda proposta presente no discurso traz claramente a unidimensionalidade do agronegócio para a produção do pequeno produtor rural. É um aparato ideológico com organização de valores, pensamentos e sentimentos dos envolvidos. Os indivíduos em questão são os representantes do discurso oficial, que aplicam suas ideias no sentido de eliminar qualquer contradição ou mesmo de justificar, a partir do projeto neoliberal, as diferenças existentes, que seriam causadas porque os beneficiários não adotam os valores oferecidos.

A análise de discurso mostrou que a narrativa do ‘Paraná 12 Meses’ teve como protagonistas as fontes oficiais, desde técnicos até autoridades e políticos, que conseguiram afinar o discurso. Em todos os releases, matérias e artigos, o pensamento e perfil ideológico são parecidos. Percebe-se que os textos dos jornais seguem o mesmo estilo do material produzido pela Agência Estadual de Notícias (AEN), dando como único caminho existente, aquele da modernidade tecnológica da indústria e que toda produção, de qualquer cultura agrícola, deve ser feita para atender demandas de mercado. As ideias unidimensionais foram transformadas em narrativa em diversas situações e se tornaram o foco central das informações.

Nas vozes oficiais, a cooptação ao modelo em voga desde a “revolução verde”, que foi responsável pela exclusão de milhares de famílias do meio rural, deveria ser o caminho da resiliência dos pequenos produtores e trabalhadores rurais atendidos com os recursos do Estado e do Banco Mundial. O discurso foi utilizado pelos altos escalões do governo, mas também por deputados governistas, assumido por alguns técnicos do governo, autoridades municipais e representantes do agronegócio. Os beneficiários surgiam apenas para corroborar o que era informado pelas fontes oficiais.

É possível perceber que nos momentos em que foram ouvidos, os produtores e produtoras foram “escolhidos” criteriosamente para tecer elogios ao ‘Projeto’ e agradecimentos pelos recursos recebidos, como se fossem atos de bondade praticados pelos governantes. É possível que as declarações tenham sido editadas, já que seguiam um padrão nos textos, utilizadas em primeira pessoa, provavelmente induzidas por quem entrevistou para que aquilo fosse dito. Além disso, as autoridades também falaram em diversas matérias em nome dos beneficiários, de forma vertical e nunca horizontal, como era a proposta. O ‘Paraná 12 Meses’ era um estímulo à produção para aqueles que, conforme a narrativa, nunca tiveram um apoio do Estado em governos anteriores.

Outras fontes ou personagens utilizados, especialmente da iniciativa privada, ofereceram uma narrativa elogiosa ao governo por aplicar propostas do agronegócio ao pequeno produtor rural e sem tocar no problema da reforma agrária. Quando foi tratado do assunto das parcerias, empresários e grandes produtores apresentaram como discurso a ideia de que esse era o caminho correto que o governo deveria seguir. Nota-se que a proposta elogiada era aquela que permitia ganhos às empresas do agronegócio e manutenção da estrutura fundiária.

Se o modelo aplicado já estava definido, mais uma vez a verticalização fica aparente no projeto e a extensão e assistência técnica tiveram como papel apenas técnicas de propaganda e persuasão. Assim, os beneficiários passariam a ser coisificados perante as técnicas e tecnologias implantadas. Havia a glorificação das propostas unidimensionais, o que podia facilmente transformar qualquer posição contrária em negação ao óbvio, ou forma de intimidação, como diria Marcuse (1973).

Com relação às vilas rurais, foi o assunto que esteve mais presente nos noticiários sobre o ‘Paraná 12 Meses’, representando um terço de todas as matérias e releases encontrados nos jornais analisados. Grande quantidade de matérias e

releases relativos ao programa destacaram desde a oportunidade de moradia, geração de renda até a comparação com a reforma agrária, em muitos momentos e por diferentes personagens. O tempo todo houve destaque por se tratar do atendimento a um público que, segundo as fontes oficiais, sempre foi esquecido pelas políticas públicas. Nesse sentido é que o projeto foi considerado, em vários textos, como uma alternativa para evitar o êxodo rural no Paraná.

Há nos textos um posicionamento favorável ao modelo fundiário estruturado no Estado, já que a narrativa era voltada a atender o boia-fria com uma casa e oportunidade de produzir para o consumo. Ele poderia, ainda, vender o excedente nos períodos de folga do trabalho volante, o que significa, na maioria das vezes, serviços nas fazendas, reflorestamentos, usinas e outros empreendimentos localizados no meio rural, principalmente.

As vilas rurais não foram apresentadas oficialmente como uma alternativa para a reforma agrária, mas em momentos de maior embate com os movimentos sociais e instituições, tanto as fontes do governo como apoiadores políticos e lideranças ruralistas surgiram em matérias e releases comparando o programa a assentamentos. O que apareceu no noticiário foram narrativas abertamente alinhadas ao pensamento do agronegócio, incluindo abreviaturas linguísticas como “reforma agrária sem violência” e “sem invasões de terra”. Naquele momento, essa era colocada como a melhor ideia já surgida para o problema das famílias sem propriedade da terra. Em nenhum dos textos há questionamentos sobre as limitações das áreas para que fosse feita tal comparação.

Por conta da pressão dos movimentos sociais, as vilas rurais viraram propaganda para o governo dizer que estava atento ao trabalhador rural e distribuindo terras igual ou mais que o governo Federal. Os veículos de comunicação, ainda que por ignorância, ao não levantar questionamentos, se mostravam concordantes com o discurso governamental sobre as vilas rurais serem uma alternativa de assentamento para produtores sem-terra. A maneira como tal assunto foi colocado apresenta uma intencionalidade na tomada de posição em favor do agronegócio e contra os movimentos sociais, usando as vilas rurais como “pano de fundo” para criticar as ações pela reforma agrária.

Além das vilas rurais, as matérias publicadas sobre o ‘Paraná 12 Meses’ não conseguiram se desvincular de dois aspectos. O primeiro deles, os valores investidos, já que o volume de recursos aplicados ganhou relevância no sentido de

se tentar mostrar a grandiosidade do 'Projeto'. O alcance social, destacado pelos coordenadores, não atingia a mesma dimensão narrativa que o governo pretendia mostrar. O discurso dos jornalistas dos veículos de comunicação era muito mais voltado para a noticiabilidade dos valores monetários. Outro aspecto presente foi o destaque político, já que eram elevados os elogios e engrandecimentos de deputados, prefeitos e governo do Estado.

O papel dos meios de comunicação na disseminação do pensamento unidimensional relativo ao 'Paraná 12 Meses' foi fundamental. O discurso era frequentemente aceito e a informação imposta como verdade de que nenhuma política pública anterior teve grande relevância junto ao público rural. Além disso, esse projeto iria revolucionar o campo, narrativa comum entre os envolvidos, especialmente políticos. Parafraseando Marcuse (1973), naquele momento, quando a proposta neoliberal tinha "domado" a inflação, discursos que tivessem esse respaldo se mostravam mais facilmente aceitáveis e indicavam que não era sensato ser contrário a essa racionalidade, ainda que os políticos envolvidos fossem mais patrimonialistas do que necessariamente liberais.

Embora o conceito marcusiano de unidimensionalidade se aplique à sociedade industrial, tanto que o desafio deste trabalho é aplica-lo para analisar um projeto de política pública para o pequeno produtor rural a partir da agroindustrialização, vale lembrar que alguma forma de pensamento único acompanha as atenções para o meio rural desde a organização colonial do Brasil, no século XVI, período em que o enfoque era monocultural exportador, com isso, não foi difícil se manter o mesmo viés de uma proposta estreita. Quando o 'Paraná 12 Meses' foi implantado, prometeu-se horizontalidade na participação dos envolvidos, incluindo os beneficiários. Mas o que o discurso demonstrou na prática foi um projeto verticalizado, na medida em que a margem de manobra foi sempre pequena e dentro daquilo que o agronegócio oferecesse. Caso ocorresse mesmo uma proposta horizontal e polifônica, a tendência seria de uma profusão de modelos de desenvolvimento aplicáveis e não um único.

O objetivo da análise realizada não foi desmerecer a importância de se propor novas tecnologias que melhorassem a produção e produtividade, além de facilitar o trabalho no campo, já que a aplicação de recursos se mostra fundamental nesse sentido. O que se pretendeu foi verificar a possível unidimensionalidade favorável à agroindústria e ao agronegócio no desenvolvimento dos projetos. Os elementos

discursivos encontrados nas publicações analisadas em nenhum momento demonstram a horizontalidade nas tomadas de decisões ou protagonismo do beneficiário, como prometido. A partir da análise do discurso se percebe que o 'Projeto' não rompeu com o modelo "modernizador", que levou ao desaparecimento de milhares de estabelecimentos rurais nas décadas anteriores.

Em todo momento, matérias, releases e artigos propõem ao beneficiário a lógica do agronegócio. A análise mostrou que essas referências estão presentes também nos documentos do 'Projeto Paraná 12 Meses'. Assim, os recursos foram aplicados em favor da continuidade da "modernização conservadora" das décadas anteriores, o que pretendeu manter a estrutura fundiária intacta, apenas absorvendo pequenos produtores para a mesma lógica.

É possível encontrar no discurso uma proposta unidimensional para o desenvolvimento rural, como se fosse a única via existente. O conceito de Marcuse (1973) atesta que não há neutralidade na indicação da tecnologia, que é, portanto, uma escolha política, na medida em que opta por determinado modelo que atende a interesses bem definidos. As novas técnicas de produção, como as financiadas no 'Paraná 12 Meses' (novas apenas para o público atendido) estão inseridas no que o autor chama de um projeto histórico definido.

Há uma clara opção das instituições e equipes envolvidas no projeto pelo conceito de agricultura familiar, o mesmo adotado pelo agronegócio e entidades como o Banco Mundial, ambos defensores das propostas neoliberais. Ainda que em muitos momentos os textos se refiram ao público atendido como pequeno produtor, o conceito continua implícito, devido às propostas sociais e tecnológicas sugeridas e aplicadas, pois há uma defesa contínua às tecnologias modernas e mercado competitivo e exigente.

Os beneficiários funcionariam apenas como receptores dos conteúdos, ainda que os documentos e falas oficiais dissessem o contrário. A ideia geral era de que o pequeno produtor encontrava dificuldades e os recursos naturais apresentavam problemas. Ambos precisavam do apoio que viria a partir do 'Paraná 12 Meses'. Havia um reconhecimento de que o modelo da "revolução verde" ocasionara o desaparecimento de milhares de pequenos estabelecimentos rurais e o êxodo rural de muitas famílias. Mas, paradoxalmente, as soluções apresentadas, com exceção da ideia de um manejo dos recursos naturais de forma consciente, que no passado não teve a atenção merecida, foram as mesmas da modernização agrícola.

A fala favorável à submissão da pequena produção ao agronegócio, demonstra que o 'Projeto', independente das intenções serem boas ou não, buscava a unificação do que restou do campesinato, colono ou posseiro de outrora, à modernidade a serviço da indústria. Ainda que o discurso oficial fosse de que a decisão seria dos beneficiados, foram impostos conceitos da agroindústria, interessada em vender tecnologia e ampliar fontes de matéria prima.

A eficácia e a produtividade tão defendidos atendem a interesses particulares de uma proposta do mundo empresarial industrial e os governos dão sustentação ao modelo. Não resta dúvida de que uma proposta calcada em conceitos como modernidade e tecnologia do agronegócio globalizado, opera com determinantes de leis de mercado. A forma como se vislumbra a pequena propriedade rural dentro do 'Projeto' é "racionalizada", o que torna o trabalho objetivo e "coisifica" as relações entre envolvidos, especialmente nas integrações com agroindústrias.

A análise de discurso demonstra ainda o processo unidimensional a partir dos atores protagonistas da ação. Em nenhum momento esse papel é representado pelo pequeno produtor ou produtora, que surgem apenas como personagens legitimadores do 'Projeto'. O protagonismo é do governo e de políticos aliados, como deputados e prefeitos e em nenhum momento surge uma voz discordante, o outro lado, como pede o jornalismo.

O 'Paraná 12 Meses' foi estudado a partir dos conceitos centrais de Paulo Freire e Herbert Marcuse, entre outros autores que deram suporte teórico à pesquisa. Havia uma proposta de avaliar se o discurso publicado em jornais confirmava uma transformação nas políticas públicas para o pequeno produtor ou, quando colocado em prática, seria uma continuidade à unidimensionalidade do agronegócio. O discurso presente nos textos publicados mostra que não ocorreu transformação, apenas ampliação do universo de participantes da lógica do agronegócio através da inserção do pequeno produtor, tratado como agricultor familiar, ou seja, o público que restou do êxodo rural provocado pela "modernização" da agropecuária paranaense.

Toda ideia de desenvolvimento do pequeno estabelecimento presente no 'Paraná 12 Meses' está relacionada com a produção agrícola voltada para um modelo industrial. Se a tecnologia da indústria é unidimensional e ideológica, a proposta do 'Projeto' apresenta exatamente essas características. Trata-se de um estudo de caso, mas análises de outros programas voltados para a pequena

propriedade, desenvolvidos na sequência, podem tender a apresentar as mesmas características se partirem de governos com os mesmos posicionamentos ideológicos. Ou seja, transformar o espaço dos pequenos estabelecimentos em uma extensão da fábrica. Ao se padronizar a produção para atender os interesses externos ocorre um difusionismo tecnológico que invariavelmente é realizado com modelos produtivos exógenos.

Os elementos discursivos de identificação da unidimensionalidade foram encontrados ao longo da pesquisa em textos de matérias, releases, artigos, além dos próprios documentos do 'Projeto'. A narrativa foi favorável à aplicação de novas tecnologias do agronegócio na propriedade e atendimento ao mercado e suas exigências relacionadas à globalização da economia. Como as propostas eram restritas à lógica do setor agroindustrial, o que se observa é que a horizontalidade proposta, por conta da limitada margem de manobra, se mostrou, na realidade, de forma verticalizada a partir da coordenação do 'Projeto' para os beneficiários. Assim, a hipótese de que os investimentos foram feitos em tecnologias e práticas da agroindústria, de forma unidimensional, foi confirmada pela análise dos discursos presentes em matérias, releases e artigos publicados em jornais.

O 'Paraná 12 Meses' foi lançado num período em que a "modernização conservadora" do campo já se encontrava consolidada na agricultura empresarial paranaense e em que o êxodo rural já tinha apresentado números devastadores. Movimentos sociais surgiram para lutar pela reforma agrária e recuperação da lógica camponesa. A linguagem favorável ao agronegócio e de ataques aos movimentos, principalmente ao MST, mostram que a opção do 'Projeto' foi de utilizá-lo também como uma forma de neutralizar qualquer propaganda de alteração fundiária. Assim, difundiu-se que a unidimensionalidade agroindustrial era a única modalidade lógica para a produção rural, ao mesmo tempo, ao transformar as pequenas propriedades também em extensão da fábrica, poderia se ampliar o mercado para o agronegócio.

Passadas mais de duas décadas do lançamento do 'Paraná 12 Meses', se sucederam governos com predominância do pensamento neoliberal nos três mandatos mais recentes. É possível que o modelo adotado naquele momento tenha se repetido em governos posteriores e até que esteja servindo de exemplo para a implantação de políticas públicas atuais. Portanto, saber qual era a tendência em um governo que provavelmente foi o mais entusiasticamente apresentado como neoliberal já visto no Paraná, e assim, paradoxalmente, aplaudido pela ala mais

conservadora da sociedade e pela mídia, pode servir como indicador para outros estudos de programas e projetos rurais paranaenses pelas ciências sociais e também sobre o papel que cabe à mídia em sua legitimação.

Com relação à unidimensionalidade, vale lembrar o que propõe Marcuse (1969). Para ele, era necessário um movimento de contracultura para o enfrentamento dos modelos impostos. Assim, prevaleceria o homem emancipado em vez do homem unidimensional. Da maneira como foi desenvolvido, o 'Paraná 12 Meses' não levou a um pequeno estabelecimento emancipado, mas sim à manutenção de um pequeno produtor unidimensional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Cláudia Silva. A colonização do território paranaense e o dinamismo dos municípios da frente norte. **Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino – Geomae**, Campo Mourão, v.7, n.1, p.9-20. 2016.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005, 18 p. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/extensouniversitaria/contents/photoflow-view/content-view?object_id=1635678>. Acesso em: 07 jan. 2018.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo – Território: revista de geografia agrária-UFU**, Uberlândia-MG, v.1, n.2, p.123-151, ago. 2006.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial**. Washington, DC, 1997.

BASTOS, Rogério Lustosa. Marcuse e o homem unidimensional: pensamento único atravessando o Estado e as instituições. **Revista Katálisys**, Florianópolis, v. 17, n.1, p.111-119. Jan-jun. 2014.

BATISTA, Francine Ândrea. Questão agrária e luta de classes: alguns apontamentos para a leitura da territorialização do capital e das lutas contra hegemônicas. In: ROSAS, Celso Antônio R. Fonseca (org). **Perspectivas da geografia agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 103-118.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

CAMILOTTO, C. A. G; CRHISPIM, R. G.; LOPES FILHO, B. B. L. Indivíduos e organizações na sociedade civil interface entre a esfera política e o capital social. **Comunicação & Mercado**, Dourados-MS, v. 04, n. 11, p. 70-82, 2015.

CARVALHO, Guilherme. Diretrizes para análise de discurso em jornalismo. **Revista Uninter de Comunicação**, Curitiba, n.1, p. 5-27, jun-dez. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v.40, n.2, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em: 19 out. 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas.** São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2010.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (CODESUL); SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO; INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **O papel social do pequeno estabelecimento rural no Paraná,** Curitiba, 1978.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional.** 2003, 136 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Área de Concentração em Desenvolvimento e Agricultura) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2003.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Questão agrária e região no Paraná. In: ROSAS, Celso Antônio R. Fonseca (org). **Perspectivas da geografia agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos.** Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 51-59.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2012.

DIAS, Joilson; DIAS, Maria Helena Ambrosio. Estimativas do impacto esperado no emprego e renda salarial do Programa Paraná 12 Meses nos municípios do Estado. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba, n.17, p.105-121, jul./dez., 2009.

DI GIOVANNI, Geraldo. **As Estruturas Elementares das Políticas Públicas.** CADERNO DE PESQUISA Nº 82, Campinas-SP: Unicamp - NEPP, 2009.

DUARTE, Jorge. **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas decodificação em jornalismo.** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

FAJARDO, Sérgio. Aspectos da ocupação, da formação da estrutura produtiva e das transformações na paisagem rural no território paranaense. **Caminhos de geografia.** Uberlândia, v.7, n. 20, p. 89-101, fev. 2007.

FANINI, A. M, R; SOUZA, M.; PEREIRA, D. S. Uma análise discursiva sobre parcialidade, pluralidade de vozes e princípio do contraditório em uma agência estadual de notícias. **Discursos Fotográficos,** Londrina, v.11, n.18, p.143-170, jan./jun. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Disputas paradigmáticas e territoriais: leituras dos modelos agrários de desenvolvimento. In: ROSAS, Celso Antônio R. Fonseca (org). **Perspectivas da geografia agrária no Paraná**: abordagens e enfoques metodológicos. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 85-102.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Agrária**, nº 1, pp. 16-36, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara. 1987.

FERREIRA, Ângela Duarte. Movimentos sociais rurais no Paraná – 1978-1982. In: BONIM, A.A. et al. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1987.

FIORI, José Luís. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Phisys: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 129-147, 1997.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes. 1997.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise de discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo: Global. 2003.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24 ed. São Paulo: Editora Nacional. 1991.

GEDIEL, José Antônio Peres. Cartografias invisíveis. In: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. **Memórias dos povos do campo no Paraná Centro-Sul**. Curitiba: IPCG, 2013. Introdução. p. 07-12.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v.13, n.1, p. 30-45. 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicos de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In: WELCH, Clifford Andrew et al. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 45 - 56.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 35-78.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário de 1995-1996 – Brasil. Rio de Janeiro, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário de 1997-2006 – Brasil. Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) - Boletim de acompanhamento de Políticas Sociais. Brasília: IPEA, 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Avaliação da estratégia global do Paraná Rural. Curitiba, 1993.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Avaliação institucional do Projeto Paraná 12 Meses. Curitiba, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru: Edusc, 2001.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **O Estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza. **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013. part. 1. p. 3-14.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijuwa. Campinas-SP: Unicamp, 1993.

LENARDÃO, Elsio. A relação entre “modernização” neoliberal e práticas políticas “atrasadas” no Brasil dos anos 1990. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 16, n. 31, p. 197-214, nov. 2008.

LIMA, Ederson Prestes Santos. O neoliberalismo no Paraná: um resgate histórico. **UEPG - Revista de História Regional**. Ponta Grossa, 109-124, verão 2006.

LIMA, Maria Emília Amarante Torres. Análise de discurso e/ou análise de conteúdo. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v.9, n.13, p. 76-78, jun. 2003.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A questão da agricultura de subsistência. In: WELCH, Clifford Andrew et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 117 - 134.

LOCKE, John. **O segundo tratado do governo civil**. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril, 2001.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná: formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. **II SIMPÓSIO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR (ANPUH)**, 1962, Curitiba. **Anais do II da ANPUH**. Curitiba, 1962.

MAGALHÃES, Luzia Eliana Reis Magalhães. **O trabalho científico: da pesquisa à monografia**. Curitiba: FESP, 2007.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Os economistas. São Paulo: Abril, 1982.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. 4 ed. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1973.

MARCUSE, Herbert. **An essay on liberation**. Beacon Press: Boston-USA, 1969. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/marcuse/works/1969/essay-liberation.htm>. Acesso em: 25 set. 2018.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Unesp, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente-SP, nº 12, p.57-67, jan-jun, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MST – A história da luta pela terra. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 27 jun. 2019.

NETTO, Carlos Guilherme A. Mielitz; MELO, Lenivaldo Manoel de; MAIA, Cláudio Machado. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

ORLANDI, Eni P.; **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas-SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas-SP: Pontes, 2008.

PADIZ, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. 2 ed. Curitiba: Iparde, 2006.

PARANÁ – Projeto Paraná 12 Meses Síntese. CURITIBA, 1997.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB. Unidade de Gerenciamento do Projeto Paraná 12 Meses. **Projeto Paraná 12 Meses: Manual de Campo**. Curitiba: 1996.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB). **Projeto Paraná 12 Meses**. Disponível em: <http://www.simep.seab.pr.gov.br/pr12meses/index.html>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PAZ, F. História e cotidiano: a sociedade paranaense do século XX na perspectiva dos viajantes. **História: questões e debates**. Curitiba: UFPR/Depto de História, v. 8, n. 14-15, p. 3-44, jul./dez., 1987.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4 ed. Campinas-SP. Pontes Editores, 2006.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A reforma agrária assistida pelo mercado do Banco Mundial na África do Sul e no Brasil (1994-2002). **Estudos Ibero-Americanos PUC-RS**. Porto Alegre, v.43, n.1, p. 218-235, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Metamorfoses da política de ajuste estrutural do Banco Mundial (1980-2014). **Revista Sociologias-UFRGS**. Porto Alegre, ano 19, n.44, p. 390-422, jan/abr 2017.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. Jornalismo e representações sociais: algumas considerações. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – E-compós**. n. 1, dez. 2004.

PEREIRA, Valléria Villa Verde Reveles. **Considerações acerca da ocupação e da migração no Estado do Paraná**. Curitiba: Iparde, 2010.

POLICY IN FOCUS. Brasília: Policy Centre for Inclusive Growth (IPG-IG), v.12, n.4, 2015.

PRADO JUNIOR, Caio. A questão agrária e a revolução brasileira. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 79-88.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 24 ed. São Paulo: Brasiliense. 1996.

PRIORI, Ângelo. Legislação e política fundiária no Estado do Paraná (1889-1945). **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n.26, 133-147, jan./jun. 2012.

PRIORI, Ângelo; POMARI, Luciana Regina; SILVIA, Maria Amâncio; IPÓLITO, Verônica Karina. A modernização do campo e o êxodo rural. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, p. 115-127. 2012.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 171 - 232.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 86, p.49-99, set./dez., 1995.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O contrato social**. Coleção os Pensadores, São Paulo: Abril, 1978.

SEPULCRI, Odílio. **Estratégias e trajetórias institucionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater-PR)**. 2005, 145 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Desenvolvimento Econômico) - Centro de Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 29, p. 57-71, 1986.

SERRA, Elpídio. O novo modelo agrícola e a proletarianização do trabalhador rural no norte do Paraná. In: ROSAS, Celso Antônio R. Fonseca (org). **Perspectivas da geografia agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. p. 25-38.

SERRA, Elpidio. Os primeiros processos de ocupação de terra e a organização pioneira do espaço agrário do Paraná. **Boletim de Geografia**. Maringá: UEM, ano 10, n. 1, p. 61-89, 1992.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 18-36, dez. 2011.

SILVA, José Graziano da. A estrutura agrária do Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.87, p. 175-195, 1996.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SONDA, Cláudia; BERGOLD, Raúl Cezar. Paraná: terra, floresta e gentes. In: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sônia Maria dos Santos (Org.). **Memórias dos povos no campo do Paraná – Centro-Sul.** Curitiba: ITCG, 2013. p. 15-40.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias: Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Herbert José de. **Análise de conjuntura.** 27 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

VIANA, Francisco José de Oliveira. **Populações meridionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. p. 129-155.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, n. 2, p. 159-222, abr./jun. 1949.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS.** 1996, Caxambu, MG.

WILKSON, John. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre, v.1, n.3, p. 20-30, jul/set, 2000.